



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de São José do Rio Preto

Ana Caroline de Lima Parreira

Gramaticalização de orações avaliativas completivas do verbo *achar*

São José do Rio Preto  
2014

Ana Caroline de Lima Parreira

Gramaticalização de orações avaliativas completivas do verbo *achar*

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,  
Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual  
Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para  
obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos  
(Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa  
Coorientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite  
Gonçalves

São José do Rio Preto  
2014

Parreira, Ana Caroline de Lima.

Gramaticalização de orações avaliativas completivas do verbo achar / Ana Caroline de Lima Parreira. -- São José do Rio Preto, 2014  
162 f. : il., tabs.

Orientador: Gisele Cássia de Sousa

Coorientador: Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

I. Linguística. 2. Língua portuguesa – Gramaticalização. 3. Língua portuguesa – Construções subordinadas. 4. Gramática comparada e geral - Verbo. 5. Língua portuguesa - Português falado - São José do Rio Preto, Região de (SP) 6. Linguística de corpus. I. Sousa, Gisele Cássia de. II. Gonçalves, Sebastião Carlos Leite. III. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Título.

CDU – 415.4

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE  
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

## COMISSÃO JULGADORA

### Titulares

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa – Orientadora  
(IBILCE/UNESP – São José do Rio Preto)

Profa. Dra. Raquel Master Ko Freitag  
(UFS - Itabaiana)

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos  
(IBILCE/UNESP – São José do Rio Preto)

### Suplentes

Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira  
(UFMS – Três Lagoas)

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Sousa  
(IBILCE/UNESP – São José do Rio Preto)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela sua onipresença em minha vida e infinita misericórdia.

Aos meus pais, Léa e Lupércio, grandes incentivadores para que eu continue trilhando os caminhos acadêmicos. Pelo amor sempre dedicado a nossa família e, principalmente, por ter me ensinado que, mesmo diante das dificuldades impostas pela vida, é preciso lutar para poder vencer.

Ao meu irmão, Luiz Gustavo, que, com o seu modo despreocupado e travesso de ser, ensinou-me que, muitas vezes, é preciso levar a vida de um jeito leve.

Aos meus avós, Aparecida e Luis, que SEMPRE fizeram tudo por mim. Minha eterna gratidão por serem anjos na terra e iluminarem a vida de todos que cruzam os seus caminhos.

Ao meu amado, Ricardo, pelo amor e carinho sempre demonstrados por mim. Por ser amigo, companheiro, namorado, marido e por ter me ajudado a enfrentar todos os momentos bons e ruins por que passei.

Aos meus amigos, em especial à Carol e Maraiza, por terem compartilhado comigo as angústias e alegrias durante todo o processo da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves pela oportunidade concedida quando todas as portas se fecharam para mim, pelos ensinamentos e dedicação sempre demonstrados e por ter despertado, em uma única aula, o desejo de percorrer os caminhos da Linguística.

À Profa. Dra. Gisele de Cássia Sousa por ter me acolhido nos momentos finais desse processo, pela orientação impecável que, apesar do período curto de tempo, contribuiu muito para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS: DELINEAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	17
1.1 AS PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS SEGUNDO A ABORDAGEM FUNCIONALISTA .....	17
1.2 AS PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS ( <i>SMALL CLAUSES</i> ) SEGUNDO A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA GERATIVA .....	25
1.3 O TRATAMENTO DAS CONSTRUÇÕES NÃO-VERBAIS NO PORTUGUÊS FALADO NO INTERIOR PAULISTA .....	38
<b>2 A ABORDAGEM DA GRAMATICALIZAÇÃO</b> .....	44
2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA GRAMATICALIZAÇÃO .....	44
2.2 OS MECANISMOS DA GRAMATICALIZAÇÃO .....	51
2.2.1 <b>Metáfora</b> .....	51
2.2.2 <b>Metonímia</b> .....	54
2.2.3 <b>Reanálise e analogia</b> .....	57
2.3 GRAMATICALIZAÇÃO DE ORAÇÕES COMPLEXAS .....	60
2.3.1 <b>Estudos sobre a gramaticalização de construções com o verbo <i>achar</i></b> .....	75
2.3.2 <b>O verbo <i>achar</i> como um modal-epistêmico</b> .....	75
2.3.3 <b>Gramaticalização do verbo <i>achar</i> e integração de cláusulas completivas</b> .....	84
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	93
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	117
4.1 PROPRIEDADES GRAMATICAIS, SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS DAS PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS ENCAIXADAS NO VERBO <i>ACHAR</i> .....	117
4.2 EVIDÊNCIAS SINCRÔNICAS DA GRAMATICALIZAÇÃO DAS PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS ENCAIXADAS NO VERBO <i>ACHAR</i> .....	125
<b>CONCLUSÕES</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	158

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b>	Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia.....	56
<b>Quadro 2</b>	Esquema de desenvolvimento do auxiliar <i>be going to</i> .....	60
<b>Quadro 3</b>	<i>Continua</i> de articulação de orações.....	68
<b>Quadro 4</b>	Direção da integração de cláusulas.....	85
<b>Quadro 5</b>	Subamostra dos inquéritos da amostra censo e de interação do banco de dados Iboruna.....	95
<b>Tabela 1</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro <i>forma da entidade avaliada</i> .....	118
<b>Tabela 2</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro <i>categoria semântica da entidade avaliada</i> .....	120
<b>Tabela 3</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro <i>estatuto informacional da entidade avaliada</i> .....	123
<b>Tabela 4</b>	Frequência das predicções desenvolvidas e reduzidas no <i>corpus</i> de análise.....	126
<b>Tabela 5</b>	Frequência das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro <i>pessoa gramatical</i> .....	127
<b>Tabela 6</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro <i>tipo de texto</i> .....	135
<b>Tabela 7</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro <i>tempo e modo do verbo achar</i> .....	139
<b>Tabela 8</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro <i>presença/ausência de material interveniente</i> .....	141
<b>Tabela 9</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro <i>concordância nominal entre o avaliativo e a entidade avaliada</i> .....	142
<b>Tabela 10</b>	Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro <i>ordem no elemento avaliativo em relação à entidade avaliada</i> .....	145



**Tabela 11**      Porcentagem das predicações desenvolvidas e reduzidas para o 147  
parâmetro *forma do elemento avaliativo*.....

## RESUMO

O trabalho proposto aborda as predicções não-verbais reduzidas avaliativas encaixadas no verbo *achar*, com o objetivo de discutir o estatuto da predicção encaixada, do ponto de vista da gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; LEHMANN, 1988). São conhecidas e bastante investigadas na língua portuguesa orações complexas compostas de predicado matriz avaliativo ou modalizador no qual se encaixa uma oração na forma finita, como em “Acho [que o seu cabelo é lindo]”. Interessa-nos, no entanto, a investigação do complexo oracional em que, em uma predicção avaliativa em que figura o verbo *achar*, encaixa-se uma predicção não verbal reduzida, estruturada por um predicador adjetival avaliativo sem recurso à cópula, como em “Acho [essa cadeira confortável / confortável essa cadeira]”, um complexo oracional fortemente integrado do ponto de vista sintático, semântico e pragmático, quando se contrasta esse tipo de predicção reduzida a sua contraparte desenvolvida “Acho que [essa cadeira é confortável / é confortável essa cadeira]. Por meio da análise de amostras do português falado no interior paulista selecionadas do banco de dados Iboruna (GONÇALVES, 2007), procedeu-se a uma investigação das motivações sintáticas, semânticas e pragmáticas a fim de apresentar uma descrição do comportamento das predicções em estudo. Além disso, a presente pesquisa investiga, a partir de uma perspectiva sincrônica, o processo de gramaticalização das predicções não-verbais reduzidas avaliativas encaixadas no verbo *achar*, com base na escala de gramaticalização de orações proposta por Lehmann (1988). Os resultados da pesquisa revelam que o emprego das predicções não-verbais reduzidas sinaliza uma avaliação do falante decorrente de sua experiência direta com a fonte da avaliação ao passo que as desenvolvidas indicam uma avaliação pautada em uma experiência obtida indiretamente pelo falante. A análise comparativa das predicções não-verbais reduzidas e desenvolvidas atesta que as construções reduzidas são estruturas mais integradas do que as desenvolvidas, o que culminou na elaboração de um *continuum* de gramaticalização a partir da escala proposta por Lehmann (1988). Constatou-se ainda que a forte integração observada entre predicado matriz e predicção encaixada nas construções investigadas é resultado da atuação do *princípio da proximidade* elaborado por Givón (1980, 1985), a partir do qual se verifica que quanto mais integrados dois conteúdos estiverem no plano conceitual, maior a tendência de que esses conteúdos sejam expressos de modo mais integrado sintaticamente.

**Palavras-chave:** orações completivas; gramaticalização; dessentencialização.

## ABSTRACT

The proposed work addresses the non-verbal predication embedded in the verb *to think* aiming to discuss the status of embedded predication, from the point of view of grammaticalization (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; LEHMANN, 1988). It is known and fairly investigated in Portuguese complex sentences composed by predicates that indicates evaluation and modality in which embed a non-verbal predication, as in "I *think* [that your hair is beautiful]." We are interested, however, in the investigation of the complex sentence, in which an evaluative predication structured by the verb *think*, fits a reduced non-verbal predication without use of copular verb, as in "I think [this chair to be comfortable]", a complex sentence strongly integrated in syntactic, semantic and pragmatic terms when it contrasts this kind of predication to its counterpart expanded "I think [that this chair is comfortable]. Through the analysis of samples of Portuguese spoken selected in Iboruna database (GONÇALVES, 2007), it was conducted an investigation of syntactic, semantic and pragmatic motivations in order to present a description of the behavior of the predicates in study. In addition, the present research, from a synchronic perspective, provides evidence for the process of grammaticalization of non-verbal predication embedded in the verb *think*, based on the continuum of grammaticalization and desententialization proposed by Lehmann (1988). The survey results reveal that the employment of non-verbal predicates reduced signals a speaker evaluation due to their direct experience with the source of the evaluation while expanded predication indicates an evaluation based on an experience obtained indirectly by the speaker. The comparative analysis of non-verbal predicates and developed attests that the reduced non-verbal predication are more integrated than expanded predication, which culminated in the development of a *continuum* of grammaticalization from the scale proposed by Lehmann (1988). It was noted further that the tight integration observed between the non-verbal predication investigated is a result of the performance of *the proximity principle* elaborated by Givón (1980, 1985), which proposes that the closer together two concepts are semantically, the more likely are to be put adjacent to each other syntactically.

**Keywords:** subordinated sentences; grammaticalization; desententialization.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na linha de estudos sobre gramaticalização e adota uma perspectiva funcionalista da linguagem, abordagem teórica que tem como um de seus pressupostos a concepção de que a língua é um instrumento de comunicação e de interação social cuja forma se adapta às funções que exerce no contexto comunicativo. Essa concepção de língua impõe ao estudioso uma investigação dos fenômenos linguísticos que esteja pautada no uso real da linguagem, o que significa não admitir separações entre sistema e uso.

Conforme assinala Neves (1997), qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural deve ter como questão básica de interesse a verificação de como a comunicação é obtida com a língua, ou seja, o *modo* como os usuários da língua estabelecem uma comunicação eficaz. Essa consideração, segundo a autora, implica compreender as expressões linguísticas enquanto configurações de funções, à medida que cada uma das funções exerce um modo de significação distinto dentro da frase. Assim, para além da concepção de linguagem como um instrumento de comunicação, é necessário um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

Dentro desse paradigma teórico, o estudo da mudança linguística, especificamente da mudança via gramaticalização, tem se voltado à investigação de diferentes funções assumidas pelas expressões linguísticas, particularmente a mudanças por meio das quais itens lexicais e/ou construções passam, em determinados contextos, a exercerem funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER & TRAUGOTT, 2003).

Com base nesses postulados, o presente trabalho tem por objetivo geral investigar o complexo oracional em que, em uma predicação avaliativa estruturada pelo verbo *achar*, encaixa-se uma predicação não-verbal reduzida,

constituída por um predicador adjetivo avaliativo sem recurso à cópula, conforme apresentado em (1), ocorrência extraída do *corpus* desta pesquisa.<sup>1</sup> Trata-se de um complexo oracional fortemente integrado do ponto de vista sintático, semântico e pragmático, quando se contrasta esse tipo de predicação reduzida a sua contraparte desenvolvida, exemplificada em (2).

- (1) Doc.: é ele inibe... [Inf.: ((risos))] ah pode dá(r) sua opinião de tê::(r) grava::do como que é falá(r) com um gravador na <sup>3</sup>[fre::nte]  
 Inf.: [ah]... não **eu acho interessante assim:: a a pesquisa** né? pra fazê(r)... mas AI de(i)xa a gente um po(u)co inibido assim o gravador (na mão) ((risos) às vezes a gente sabe assim das coisa mas não num consegue expor assim falá(r) por causa dele... mas é legal... foi bom participá(r) (AC - 044, 261).<sup>2</sup>
- (2) eu acho **que a pesquisa é interessante / é interessante a pesquisa**

Nesta pesquisa, adota-se a noção de *encaixamento* presente em Lehmann (1988), Halliday (1994) e Gonçalves (2001). De acordo com esses autores, as orações encaixadas compreendem um mecanismo por meio do qual uma oração ou sintagma vem a funcionar como um constituinte dentro de uma estrutura de um grupo ou sintagma. Assim, as orações encaixadas estabelecem uma relação de dependência ou integração com a matriz.

A depender da posição sintática que assumem dentro dessa estrutura, as orações encaixadas recebem uma nomenclatura específica. Se, no complexo oracional, ocupam, por exemplo, posição típica de um elemento nominal, a oração encaixada é denominada tradicionalmente **oração subordinada substantiva**. Essa correspondência entre elemento nominal e oracional pode ser observada em (3), exemplo oferecido por Gonçalves; Sousa e Galvão (2008).

<sup>1</sup> O *corpus* utilizado como material de análise para esta pesquisa será detalhado adiante.

<sup>2</sup> As informações entre parênteses, que acompanham as ocorrências, indicam, respectivamente: o tipo de amostra de onde se extraiu a ocorrência, o número da amostra, a linha e o tipo de texto em que se encontra a ocorrência.

- (3) a. no setor odontológico... sabemos... **que... existe uma demanda... muito grande... atualmente... das pessoas... em relação... aos... respectivos sindicatos...** [DID REC 131]  
 b. então ela:::lê a respeito da futura profissão...ela quer saber **as matérias que ela vai ter...** [D2 SP 360]

Em (3), o constituinte oracional destacado em (a), por corresponder sintaticamente à função de um sintagma nominal, como em (b), desempenha o papel de objeto direto do predicado matriz “sabemos”. Por esse motivo, a oração destacada em (a) é denominada, pelos autores, “oração encaixada objetiva direta”.

Com base nessa classificação, as predicções não-verbais investigadas neste trabalho podem ser consideradas como orações encaixadas objetivas diretas uma vez que funcionam como argumento do verbo *achar*. No entanto, poucos são os trabalhos que consideram as predicções não-verbais, aquelas cujo núcleo predicador não é um verbo, mas um nome ou um adjetivo, como oração. Dentre esses, pode-se mencionar a pesquisa desenvolvida por Fortilli (2007). A autora estudou as chamadas *predicções não-verbais*, do tipo mostrado em (4a), em que uma predicção se estrutura sem recurso a um predicador verbal e sem recurso à cópula, como mostra o contraste com parte estendida em (4b).

- (4) a. [Lindo] [seu cabelo!]  
 b. [É lindo] [seu cabelo]

Nesse trabalho, a autora não considerou os casos de predicções não-verbais que ocorrem em posição argumental de um predicado matriz, como pode ser observado em (5), em que uma predicção não verbal avaliativa (*um absurdo essas leis nossa aqui*) ocorre encaixada em um predicado matriz avaliativo, o verbo *achar*.

- (5) eu acho um absurdo essas leis nossa aqui (AC-110)

A autora constata que predicções não-verbais livres (não encaixadas), como a mostrada em (4), são geralmente empregadas para expressar uma avaliação subjetiva (lindo) do falante acerca de um referente (seu cabelo). Essas construções podem ser de dois tipos: Orientação-Núcleo, especializadas na função descritiva, uma vez que, de acordo com os resultados de Fortilli, nos textos narrativos, atuam como um comentário acerca de um referente no discurso; e Núcleo-Correção, cuja função nos textos descritivos é expressar uma avaliação acerca de algum referente, funcionando como lembretes que o falante faz sobre o referente.

Considerando esses dois tipos, as predicções do tipo Núcleo-Correção despertaram a nossa atenção em virtude da semelhança com predicções não-verbais reduzidas avaliativas (doravante, PNVRA), pois, além de se apresentarem com grande frequência sob a forma de sintagma adjetival mais sintagma nominal (SA + SN), são estruturas especializadas na veiculação de atitudes avaliativas do falante, fato também observável nas construções objeto da presente pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho aqui empreendido representa um desdobramento em relação ao estudo de Fortilli (2007) na medida em que busca descrever o comportamento de predicções não-verbais encaixadas no predicado matriz *achar*, o que pode evidenciar em que medida essas construções se diferenciam das predicções não-verbais livres, investigadas por Fortilli (2007).

A importância da presente pesquisa consiste também no fato de considerar as predicções não-verbais encaixadas no verbo *achar* como orações que não são estruturadas por um verbo, mas sim por um adjetivo. Observa-se que a maioria dos estudos acerca da gramaticalização do verbo *achar* não deixa claro se considera esse tipo de construção como complementos oracionais, isto é, como formas reduzidas de predicções não-verbais plenas em que figurava o complementizador e o verbo cópula. De um modo geral, essas construções

não são consideradas como predicções, mas sim como complementos não-oracionais ou, na perspectiva da Gramática Tradicional, como predicados verbo-nominais e, por esse motivo, são excluídas de estudos que visam à investigação de complexos oracionais.

Pretende-se, assim, ampliar as descrições disponíveis acerca do estatuto de predicções não-verbais encaixadas, considerando a existência de orações reduzidas sem cópula um tipo mais dessentencializado do que aqueles tradicionalmente reconhecidos como orações infinitivas, hipótese investigada nesta pesquisa e que toma por base a proposta de gramaticalização de orações, tal como postulada por Lehmann (1988).

Desse modo, são objetivos deste trabalho: (i) determinar as motivações sintáticas, semânticas e pragmáticas que levam os falantes a avaliarem entidades numa configuração sintática do tipo das predicções não-verbais reduzidas encaixadas no verbo *achar*; (ii) analisar as relações sintáticas, semânticas e pragmáticas que se estabelecem no complexo oracional envolvendo oração matriz e encaixada e que convergem para suas dessentencializações; (iii) analisar os resultados alcançados à luz de teorias de mudança linguística, especialmente a que trata da gramaticalização e da dessentencialização de orações; e (iv) comparar os resultados alcançados com outros que tratem de temática semelhante.

Em vista desses objetivos, propõe-se com esta pesquisa responder às seguintes questões:

- (i) Quais as motivações semânticas e pragmáticas que levam os falantes a utilizarem as predicções avaliativas não-verbais reduzidas encaixadas no verbo *achar* em detrimento das predicções não-verbais desenvolvidas?
- (ii) Esse tipo de predicção constituiria, de fato, um estágio mais gramaticalizado do que as predicções do mesmo tipo desenvolvidas?



Para a investigação aqui proposta, o referencial teórico utilizado está amparado nos estudos de gramaticalização, especificamente, aqueles que tratam da gramaticalização e da dessentencialização de orações complexas, desenvolvidos, sobretudo, por Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (2003). Com base nos postulados teóricos desses autores, procurar-se-á determinar um *continuum* de gramaticalização que caracterize as construções em estudo.

Tendo em vista a concepção de linguagem assumida neste trabalho, a análise das ocorrências de predicções não-verbais reduzidas encaixadas no verbo *achar* incidirá sobre dados de amostras de fala do interior paulista, disponíveis no Banco de dados Iboruna, composto no âmbito do projeto ALIP, por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista, câmpus de São José do Rio Preto.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo I, apresentam-se os principais trabalhos que se voltaram para a investigação das predicções não-verbais, de modo que, em um primeiro momento, expõe-se o tratamento dessas construções segundo a abordagem funcionalista e, em um segundo momento, apresenta-se a proposta gerativista acerca das construções conhecidas como *small clauses*, no âmbito das quais são tratadas as PNVRA. Ao final desse capítulo, expõe-se o trabalho de Fortilli (2007) sobre as construções não-verbais por se tratar de um dos poucos estudos que focalizam essas construções no português falado no interior do Estado de São Paulo.

O capítulo II está reservado à exposição dos postulados teóricos da gramaticalização, dos princípios que o facultam e dos principais estudos desenvolvidos no âmbito da gramaticalização de orações complexas, especificamente os que investigam a gramaticalização do verbo *achar* e a integração de cláusulas completivas.

Constitui foco do capítulo III a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa, bem como a descrição dos parâmetros de análise considerados para a investigação das predicções não-verbais em estudo. A esse capítulo, segue o capítulo

IV, em que se busca, a partir do referencial teórico e da metodologia adotados, apresentar uma análise descritiva dos resultados alcançados a fim de determinar as propriedades gramaticais, semânticas e pragmáticas das PNVRA. Ainda neste capítulo, são apresentadas as evidências sincrônicas da gramaticalização dessas construções que permitem comprovar a hipótese inicial deste trabalho de que as predicções não-verbais reduzidas encaixadas no verbo *achar* são estruturas mais gramaticalizadas do que as desenvolvidas. Ao final desse capítulo, propõe-se um *continuum* de gramaticalização dessas construções.

Por fim, diante dos resultados exibidos no capítulo anterior, apresenta-se a conclusão da pesquisa seguida das referências bibliográficas utilizadas.

# CAPÍTULO I

## AS PREDICAÇÕES NÃO-VERBAIS: DELINEAMENTOS TEÓRICOS

### 1.1 As predicções não-verbais segundo a abordagem funcionalista

Hengeveld (1992), em um trabalho que trata especificamente das predicções não-verbais, assinala que todas as construções que apresentam ou não a cópula podem ser consideradas membros da classe das predicções não-verbais. De acordo com o autor, essa abordagem permite um tratamento unificado de construções nominais, copulativas, locativas, existenciais e possessivas através de línguas que usam ou não cópulas na expressão de predicções não-verbais. Para o autor, os diferentes tipos de predicções não-verbais devem apresentar o seguinte formato geral<sup>3</sup>

(6) Argumento(s)            (Cópula)            Predicado<sub>v</sub>

Assim, construções que apresentem esse formato geral devem ser denominadas predicções não-verbais. O autor considera *cópula* qualquer elemento auxiliar que ocorra nesse tipo de construção, incluindo morfemas pronominais copulativos e partículas existenciais, conforme se pode observar nos exemplos abaixo, de sentenças do inglês dadas pelo autor:

(7) Argumento	(Cópula)	Predicado <sub>v</sub>
a. John	∅	ill
'John		doente'
b. Peter	he	my best friend

---

<sup>3</sup> A ordem dos constituintes pode variar e não é relevante para a definição geral de predicção não-verbal.

	‘Peter	ele	meu melhor amigo’
c.	the dog	is	in the garden
d.	‘O cachorro	está	no jardim’
e.	a meeting	there is	at ten o’clock
	‘A reunião	é	às dez horas’

(HENGEVELD, 1992, p. 1)

As construções ilustradas, segundo Hengeveld (1992), diferem com relação ao tipo de predicado: um adjetivo em (7a), um sintagma nominal em (7b) e um sintagma preposicional em (7c-d). Tais construções também se distinguem com relação ao tipo de cópula, já que em (7a) não há presença desse elemento, em (7b) tem-se uma cópula pronominal, em (7c) há uma cópula verbal e, em (7d), uma cópula existencial. Porém, há um fator em comum que pode ser observado em todas as construções apresentadas: o fato de o predicado principal pertencer a uma categoria distinta do verbo, o que, de acordo com o autor, determina tais construções como predicções não-verbais.

O termo *predicação* designa a aplicação de um predicado a um número apropriado de argumentos, em que o predicado especifica uma relação ou uma propriedade. Castilho (1994, p. 7) assinala que, de acordo com a lógica aristotélica, a designação é um processo de predicação de modo que cada item lexical pleno de significado é um predicador. Assim, os nomes predicam, pois designam os seres e as coisas; os adjetivos, os estados; os verbos, as ações e os eventos; as preposições, as relações, etc.

Desse modo, *predicação não-verbal* é definida por Hengeveld (1992, p. 26) como a aplicação de um predicado não-verbal a um número apropriado de argumentos. Esse termo, ainda segundo o autor, é usado para referir-se a todas as construções com um predicado principal não-verbal independentemente de esse predicado apresentar ou não cópula. O autor alerta para o fato de que a predicação não-verbal não deve ser confundida com uma sentença nominal ou não verbal, uma vez que a predicação não-verbal é uma unidade semântica de análise, ao passo que a sentença é uma unidade de análise morfossintática. Logo, uma

predicação não-verbal pode ser expressa por meio de uma sentença verbal, isto é, por meio de uma construção com cópula.

Neste ponto convém esclarecer que, embora Hengeveld (1992) proponha essa distinção entre sentença verbal e predicação não-verbal enquanto unidades de análise distintas, uma predicação não-verbal pode ser entendida como uma unidade de análise semântica e morfossintática. Semântica porque, nesse tipo de construção, um constituinte não-verbal pode ser usado em função predicativa; e morfossintática porque nela se identifica um núcleo predicador, que não é um verbo, mas sim um nome ou um adjetivo.

Assim, a presença do verbo-cópula em uma predicação não-verbal, nos termos de Dik (1997, p. 198), exerce apenas a função de codificar as noções de tempo, modo e aspecto restritas aos verbos em predicções verbais, não constituindo, portanto, núcleo da predicação, aspecto que permite caracterizá-la, também desse ponto de vista, como *não-verbal*.

Hengeveld (1992) elenca alguns critérios para a identificação do estatuto de um predicado principal de uma predicação não-verbal. O primeiro critério apresentado pelo autor refere-se à *seleção de argumentos*. Conforme aponta Hengeveld (1992, p. 29), em predicções não-verbais, é o predicado não-verbal que impõe restrições de seleção sobre os argumentos, e não a cópula. Observem-se, a esse respeito, os exemplos abaixo, traduzidos do autor:

- (8) a. Sheila is ill. ‘Sheila está doente.’  
 b. \* This table is ill. ‘\*Esta mesa está doente.’

- (9) a. \*Sheila is round. ‘\*Sheila é redonda.’  
 b. This table is round. ‘Esta mesa é redonda.’

(HENGEVELD, 1992, p. 29)

Como pode ser notado, a propriedade *doente* em (8) não pode ser aplicada a argumentos inanimados, do mesmo modo que a propriedade *redondo* não pode ser aplicada a

argumentos animados.<sup>4</sup> Esses exemplos mostram que é o predicado não-verbal que comanda as restrições quanto ao tipo de argumento.

Já o segundo critério apresentado pelo autor consiste na *valência do predicado não-verbal*, pois é ele que determina o número obrigatório de argumentos que devem estar contidos na predicação. Observem-se os seguintes exemplos:

- (10) This book is fascinating.  
'O livro é fascinante.'
- (11) a. This book is identical to that one.  
'O livro é idêntico àquele outro.'  
b. \*This book is identical.  
'\*O livro é idêntico.'<sup>5</sup>

(HENGEVELD, 1992, p. 29)

Nas sentenças apresentadas em (10) e (11), o adjetivo *fascinante* demanda apenas um argumento, ao passo que o adjetivo *idêntico* exige dois argumentos já que estabelece uma relação de comparação. Note-se que, em ambas as construções, os adjetivos estão combinados pela cópula, porém o que determina a restrição quanto ao número de argumentos é o predicado não-verbal, e não a cópula.

Desse modo, verifica-se que, nesses exemplos, a cópula não determina o significado da sentença, funcionando apenas como um elemento portador de categorias próprias de verbos, como tempo, modo e aspecto.

---

<sup>4</sup> Em português, no entanto, a propriedade *redondo* pode ocorrer com argumentos animados quando apresenta um sentido figurado, como em “Maria está redonda.” em alusão ao fato de Maria estar acima do peso.

<sup>5</sup> O adjetivo “idêntico” requer dois argumentos apenas quando está no singular, já que é preciso duas entidades para que se estabeleça uma relação de comparação. Por esse motivo, a sentença apresentada em (11b) é agramatical. No entanto, é possível, na língua portuguesa, a ocorrência de uma sentença como “Os livros são idênticos” e neste caso não há agramaticalidade, uma vez que o adjetivo que predica a construção está no plural e exige apenas um argumento que também deve estar no plural, visto que pressupõe uma comparação entre duas entidades.

Com base nesses critérios, Hengeveld (1992) conclui que o predicado não-verbal é o predicado principal de predicções não-verbais, e a cópula usada nessas predicções não constitui, portanto, o predicator principal nesse tipo de construção.<sup>6</sup>

Assim, para o autor, a cópula, por não constituir o predicado principal da predicção não-verbal, exerce apenas a função de suporte da sentença e pode ser considerada como uma subclasse de verbos auxiliares, haja vista que não apresenta características de predicados lexicais, como seleção de argumentos e valência.

Em algumas línguas, verbos de estado podem apresentar funcionamento semelhante ao da cópula, tais como, em português, *ficar*, *permanecer*, *tornar-se*, etc. Essa particularidade é verificada por Hengeveld (1992), que propõe uma distinção entre cópula, semi-cópula e pseudo-cópula.

De acordo com esse autor, a principal característica da cópula prototípica é que ela não apresenta nenhuma contribuição ao significado da sentença em que é utilizada, podendo, em algumas línguas, ser retirada da sentença sem prejuízo do seu significado. Em virtude de ser um elemento semanticamente vazio, a cópula, conforme mencionado anteriormente, exerce apenas a função de suporte, como pode ser visto na sentença a seguir:

- (12) Sheila is ill.  
'Sheila está doente.'

No exemplo acima, verifica-se que a cópula desempenha a função de um elemento suporte, pois veicula apenas as noções de tempo e modo sem constituir núcleo predicativo, função esta que é desempenhada pelo predicado não-verbal *doente*.

---

<sup>6</sup> Convém assinalar que esse funcionamento está na base da classificação da gramática tradicional dessas sentenças como casos de “predicados nominais”.

A semi-cópula, por sua vez, partilha das mesmas propriedades de construções copulativas, pois também nelas é o predicado não-verbal que comanda a seleção de argumentos e que determina o número de argumentos dentro da sentença. Contudo, a semi-cópula adiciona um elemento de significado à construção em que ocorre, geralmente relacionado ao valor aspectual, enquanto a cópula prototípica não o faz, conforme se verifica nos seguintes exemplos:

- (13) Sheila become ill.  
‘Sheila ficou doente’
- (14) Peter remained healthy.  
‘Peter continuou/permaneceu saudável’

(HENGEVELD, 1992, p. 34)

Como pode ser visto nos exemplos acima, as semi-cópulas acrescentam um significado às construções relacionado ao valor aspectual dos estados descritos. Em (13), o verbo *ficar* tem um valor ingressivo, ao passo que, em (14), o verbo *permanecer* assume um valor continuativo. No primeiro exemplo, o aspecto ingressivo indica uma mudança de estado e, no segundo exemplo, o aspecto indica o oposto, isto é, a continuidade de um determinado estado.

Essas mudanças aspectuais demonstram, portanto, que os referidos verbos não se comportam como cópulas prototípicas, mas sim como semi-cópulas, na medida em que acrescentam um significado à construção diferentemente das construções copulativas em que há apenas a descrição de um estado.

Além das construções com semi-cópula, há construções com verbos seguidos de predicativos que podem ser consideradas como pseudo-cópulas. Segundo Hengeveld (1992), as pseudo-cópulas são predicados lexicais assim como *gostar* e *vender* do português, e como



tais, comandam o tipo e o número de argumentos a serem selecionados na constituição da predicação. Denominam-se pseudo-cópuas uma vez que ocorrem com complementos baseados em uma predicação não-verbal e são, por esse motivo, facilmente confundidas com semi-cópuas. Vejam-se os exemplos a seguir:

- (15) Sheila seems doente.  
'Sheila parece doente'
- (16) It proved true.  
'Isso se provou como verdade./ Isso é comprovadamente verdade'
- (17) Sheila seems to be ill / It seems that Sheila is ill.  
'Sheila parece estar doente / Parece que Sheila está doente'
- (18) It proved to be true.  
'Isso se provou ser verdade'

(HENGEVELD, 1992, p. 39)

Conforme explica o autor, os verbos *parecer* e *provar* não selecionam uma predicação não-verbal como seus argumentos. Entretanto, é possível verificar nos complementos desse predicado uma relação predicativa entre *Sheila* e *doente* em (15) e *Isso* e *verdade* em (16), em que se pode perceber o sentido do verbo *to be*, como mostra a paráfrase em (17) e (18).

Assim, Hengeveld (1992) explica que os verbos *parecer* e *provar* são predicados de um argumento que selecionam uma proposição como constituinte argumental. Essa proposição contém uma predicação, dentro da qual uma relação predicativa não-verbal é obtida entre *Sheila* e *doente* e entre *isso* e *verdade*. Portanto, esses verbos, embora não exijam predicções não-verbais como argumentos, selecionam proposições em que se identifica uma relação predicativa não-verbal.

Desse modo, nesse tipo de construção, os verbos *parecer* e *provar* não podem ser considerados verbos semi-copulativos, mas sim pseudo-cópuas, uma vez que selecionam

como argumentos proposições dentro das quais é possível estabelecer uma relação predicativa não-verbal. Observe-se que, de modo contrário às construções com pseudo-cópulas, as construções com semi-cópulas ocupam a posição de cópulas prototípicas e, por sua vez, exercem a função de suporte da predicação, como evidencia a agramaticalidade das seguintes paráfrases:

- (19) \*Sheila became to be ill.  
 ‘\*Sheila ficou ser doente’
- (20) \*Sheila remained to be ill.  
 ‘\*Sheila permaneceu ser doente’

(HENGEVELD, 1992, p. 39)

Outras construções que também podem ser consideradas como pseudo-cópulas estão apresentadas em (21) e (22).

- (21) He died a beggar.  
 ‘Ele morreu (um) mendigo’
- (22) He married young.  
 ‘Ele casou jovem’

(HENGEVELD, 1992, p. 40)

Nessas construções, o predicativo do sujeito não pode ser considerado como o predicado principal<sup>7</sup>, uma vez que essa função é exercida pelos predicados verbais *morrer* e *casar*, respectivamente. Conforme propõe Hengeveld (1992), esses verbos são considerados pseudo-cópulas, já que o predicado não-verbal pode ser excluído sem afetar a gramaticalidade da sentença, o que seria inviável em construções (semi)copulativas (cf. (13), (14)).

---

<sup>7</sup> Em português, esses predicados são classificados como verbo-nominais pela Gramática Tradicional, pois apresentam dois núcleos: um verbo e um adjetivo.

Diante do exposto, as construções investigadas neste trabalho podem ser consideradas como predicções não-verbais nos termos de Hengeveld (1992), uma vez que atendem aos critérios mencionados pelo autor para a identificação de predicções não-verbais. Esse tipo de construção não tem como núcleo o verbo cópula, mas sim um adjetivo ou um nome em função avaliativa responsável pela seleção dos argumentos que constituirão a predicção.

A presente seção consistiu na apresentação das predicções não-verbais de acordo com a abordagem funcionalista. Na seção seguinte, será feita uma caracterização desse tipo de construção sob o viés gerativista, abordagem que tem se dedicado amplamente ao estudo dessas construções denominadas, no âmbito dessa perspectiva teórica, como *small clauses*, ou “miniorações”.

## **1.2 As predicções não-verbais (*small clauses*) segundo a abordagem da Gramática Gerativa**

As *small clauses* (SC daqui em diante)<sup>8</sup>, ou “miniorações”, são construções amplamente estudadas na literatura gerativista. Conforme afirma Gomes (2007, p. 56), além de haver uma literatura considerável sobre essas construções que abrange diferentes visões teóricas, o rótulo *small clause* pode abarcar estruturas distintas. De acordo com a autora, as SC são um subconjunto de construções que expressam uma relação entre sujeito e predicado. O predicado em uma SC não é um verbo flexionado, como ocorre em uma sentença plena, mas sim um verbo no infinitivo, gerúndio ou particípio, um adjetivo, um sintagma preposicionado ou um sintagma nominal. Veja-se o exemplo abaixo de uma SC adjetival:

---

<sup>8</sup> O termo *Small Clause* do inglês é mais difundido na literatura gerativista do Brasil do que a sua tradução. Contudo, alguns textos traduzem-no por oração pequena ou minioração, respectivamente. No presente trabalho será mantido o termo em inglês.

- (23) Muito bonita a sua roupa.

Gomes (2007, p. 55) alerta que o termo *small clause* é, de um modo geral, empregado em oposição à sentença plena. Entretanto, isso não significa que a estrutura de uma SC seja menos complexa que a de uma sentença plena. Segundo Stowell (1995, p. 272 *apud* Gomes, 2007, p. 55), a principal diferença entre as SC e sentenças plenas está relacionada ao fato de que as primeiras não apresentam um verbo auxiliar ou morfologia de tempo/aspecto associados às estruturas, ainda que, em algumas línguas, o núcleo de uma SC adjetival apresente concordância de número e gênero com o sujeito. Já a semelhança entre as construções é que as duas apresentam a geometria convencional sujeito/predicado e expressam o mesmo tipo de relação de predicação semântica.

Ainda a respeito da estrutura das SC, Miotto e Foltran (2007, p. 27) assinalam:

*Small clause* é um conceito criado por oposição ao de sentenças plenas. O que opõe os dois tipos é que as plenas ostentam todas as categorias funcionais, em especial a flexão finita (IP), que, além de mediar a relação de predicação, identificam uma seqüência de palavras como sentença (ver Cardinaletti e Guasti (1995)). Às SC também se atribuem propriedades sentenciais porque nelas se estabelece uma predicação entre um sujeito e um predicado, mas esta relação prescinde da flexão finita.

De acordo com Kato (2007), esse tipo de construção pode ser livre, caso das *Small Clauses Livres* (SCL), ou encaixada a um predicado de nível mais alto, caso das *Small Clauses Dependentes* (SCD), em que figuram verbos como *considerar*, *achar*, *parecer*, conforme se verifica nos seguintes exemplos:

- (24) a. Considero os meninos inocentes.  
 b. Maria achou o João um gênio.  
 c. Os meninos parecem inocentes.

(KATO, 2007, p. 86-87)

Sibaldo (2012, p. 272), ao investigar as sentenças copulativas do PB, considera que haja, pelo menos, três tipos de construções predicacionais no que respeita à ordem dessas sentenças, a saber: (i) construções copulativas “canônicas” (cf. 25a); (ii) construções com o verbo cópula fronteado (cf. 25b); e (iii) *Small clauses* livres (cf. 25c).

- (25)        a. A sua roupa é/está muito bonita.  
               b. É/está muito bonita a sua roupa.  
               c. Muito bonita a sua roupa.

Em (25a), há uma estrutura “canônica” que respeita a seguinte ordem: sujeito + cópula + predicado, com uma flexão temporal finita expressa no tempo presente. Em (25b), o SN sujeito é deslocado para a periferia à direita da sentença e a cópula finita, no tempo presente, está fronteada e é precedida do predicado adjetivo. Já em (25c), não se observa nenhuma cópula flexionada, nem marca morfológica de tempo expressa. Nesse exemplo, o predicado precede o SN interpretado como sujeito, e a interpretação dada à sentença pressupõe o tempo presente entendido de modo subjacente. Esse tipo de sentença, segundo Kato (2007), deflagra o que ela denomina de *terceira cópula* (ou cópula zero).

De acordo com a autora, tanto nas SC quanto nas sentenças com o complementizador *que*, é possível atribuir uma leitura de ênfase semelhante à permitida pelas sentenças clivadas, como se observa nos exemplos abaixo.

- (26)        É [INTELIGENTE] que [o menino é]  
               (27)        É [INTELIGENTE] [este menino]

Essa focalização, segundo a autora, permite constatar que a cópula nessas construções, por não desempenhar a função de um verbo pleno, pode ser facilmente apagada quando está em posição inicial da sentença, originando as SCs. Kato (2007, p. 107) assim explica: “Nós

assumimos, além disso, que a terceira cópula não é um verbo de alçamento ou uma cópula atributiva conforme foi visto acima, mas um pequeno verbo, com menos conteúdo substancial que um verbo pleno.”<sup>9</sup>

Ainda com relação aos exemplos expostos em (25), é interessante assinalar que a estrutura em (25c) representa a ordem canônica de uma SCL no PB, visto que a ordem SN+predicado, sem a cópula, é agramatical, conforme já apontou Kato (2007, p. 88).<sup>10</sup>

(28) \* A sua roupa muito bonita!

Kato (2007), ao investigar diferentes hipóteses acerca da natureza da ordem predicado+sujeito nas SCL, propõe que essa inversão esteja relacionada ao tipo de adjetivo presente nessas construções, que são do tipo ergativo. Conforme explica a autora, SC com adjetivos ergativos podem ser complementos de uma terceira cópula distinta das cópulas atributiva *ser* e estática *estar*, que subjazem às construções clivadas. Ao assumir esse posicionamento, a autora advoga que a derivação de SCL é paralela à das sentenças clivadas canônicas.

Adjetivos ergativos são aqueles que, segundo Kato (2007, p. 100), podem ocorrer tanto com as cópulas *ser* quanto *estar*, dada a possibilidade/impossibilidade de ocorrerem com sujeitos pospostos. Observem-se os exemplos em (29), com adjetivo ergativo, e em (30), com adjetivo inergativo:

---

<sup>9</sup> “We claim, moreover, that the third copula is not a raising verb like the attributive copula we saw above, but a small *v*, with less substantive content than a full *V*.” (KATO, 2007, p. 107)

<sup>10</sup> Kato (2007) argumenta que a sentença em (28) é aceitável se for considerada uma frase nominal, porém a questão levantada pela autora está relacionada ao fato de essa sentença não atingir a interpretação de uma SCL observada no exemplo em (25c).

- (29) a. Esta menina é linda.  
b. Esta menina está linda.  
c. Linda esta menina!
- (30) a. João está bêbado.  
b. \*João é bêbado.  
c. \* Muito bêbado esse amigo seu.<sup>11</sup> (KATO, 2007, p. 100)

Contudo, conforme explica a autora, há uma classe de adjetivos ergativos que selecionam apenas proposições como argumentos e não entidades. Nesse caso, o verbo-cópula é sempre *ser*, como se verifica em (31). Tais adjetivos também podem estar presentes em SCL, caso em que preferem complementos infinitivos a sentenças finitas, como mostra (32).

- (31) É curioso que João venha.
- (32) Curioso o João não ter vindo!

Contrariamente às SCL, as SCD apresentam dupla possibilidade de ordenação: o predicado pode estar anteposto ao sujeito ou aparecer posposto a ele. De acordo com Kato (2007, p. 101), verbos de julgamento como *considerar* e *achar* selecionam SC com adjetivos ergativos.

- (33) a. Eu acho linda/inteligente esta menina.  
b. \* Eu considero bêbado/ contente este homem.

---

<sup>11</sup> A respeito dos exemplos apresentados em (30b) e (30c), deve-se ressaltar que, embora Kato (2007) considere como agramaticais, reconhecemos como possibilidades reais de serem empregadas por um falante da língua portuguesa quando o sentido assumido pelo adjetivo *bêbado* for sinônimo de *alcóolatra* e não como resultado da ação de beber exageradamente, significado presente em (30a).

Ainda segundo Kato (2007), essa possibilidade de inversão pode estar relacionada à posição dos adjetivos ergativos em frases nominais. No PB, o adjetivo pode ocupar a posição pré-nominal ou pós-nominal, sendo que a primeira é mais restrita.

Para Kato (2007), todos os adjetivos ergativos podem apresentar-se na posição pré e pós-nominal, ao passo que os adjetivos inergativos, aparecem apenas na posição pós-nominal. Ainda de acordo com a autora, os primeiros podem ocorrer tanto com o verbo *ser* quanto com o *estar* enquanto os segundos ocorrem apenas com o verbo *estar*. Vejam-se os exemplos:

(34) Adjetivos com *ser* e *estar* (ergativos)

- a. A linda menina.
- b. A menina linda.

(35) Adjetivos apenas com *estar* (inergativos)

- a. \* A grávida mulher.
- b. A mulher grávida.

(36) Adjetivos apenas com *ser* (ergativos proposicionais)

- a. Uma curiosa reação.
- b. Uma reação curiosa.

(KATO, 2007, p. 104)

Além do fato de as SC e PNVRA apresentarem adjetivos do tipo ergativo, outras propriedades das SCL compartilhadas pelas PNVRA são elencadas por Sibaldo (2012). Segundo o autor, as SCL sempre apresentam *sujeitos específicos*. Assim, não é possível encontrar nesse tipo de construção SNs não-específicos (cf. (37a)), plurais nus (cf. (37b)), itens de polaridade negativa e quantificadores de baixo acarretamento (cf. (37c)), mas somente SNs *específicos e fortemente referenciais* (cf. (38)).

(37) a. \* Muito bonita uma roupa qualquer



- b. \* Muito bonitas roupas!
- c. \* Muito bonita(s) nenhuma roupa/ poucas roupas!

- (38) a. Muito bonita uma roupa que eu vi no shopping!  
b. Uma droga aquele programa de televisão!

(SIBALDO, 2012, p. 273-274)

No que concerne aos predicados das SCL, estes podem ser apenas da *categoria adjetival* (cf. (39a)). Além disso, alguns SNs com função avaliativa também podem compor o predicado das SCL, visto que se distinguem de SNs comuns em virtude de seu *conteúdo de avaliação* (cf. (39 b) vs (39c)).

- (39) a. Linda a Maria!  
b. Um luxo essa sua bolsa!  
c. \* Médico esse cara!

(SIBALDO, 2012, p. 274)

Outros sintagmas, como SPs<sup>12</sup>, SAdvs e SVs, também não são aceitos como predicados das SCL, conforme se nota nos exemplos (40a), (40b), (40c), respectivamente:

- (40) a. \* Na Ponta Verde o João!  
b. \* Bem a Maria!  
c. \* Dançando os meus alunos!

(SIBALDO, 2012, p. 274)

Com relação aos adjetivos das SCL, o autor aponta que nem todos os adjetivos atuam como predicados dessas construções, já que estes devem ser *graduáveis*, em geral, com o grau máximo (por exemplo, *muito lindo*, *horrível*, etc).

---

<sup>12</sup> Sibaldo (2012, p. 274) afirma que alguns SPs encabeçados por *sem* de conteúdo avaliativo podem constituir predicados em SCL, como os que se observam em “Sem sal essa sopa!” e “Sem nenhum interesse essa sua proposta!”. Trata-se de exceções que não foram abordadas no referido trabalho.

- (41) a. \* Disponíveis os bombeiros! > \*Muito disponível  
 b. \* Grávida essa mulher! > \* Muito grávida

(SIBALDO, 2012, p. 274)

Conforme observa Sibaldo (2012), as sentenças acima apresentadas são agramaticais em razão de os predicados dessas construções serem, nos termos de Kato (2007), adjetivos do tipo *stage level*, ou seja, adjetivos que apresentam uma propriedade transitória, também considerados como inergativos, já que aceitam apenas a cópula *estar*. Logo, como assinala a própria autora, os predicados de SCL só podem ser do tipo *individual level*, caracterizados por apresentar adjetivos que expressam propriedades inerentes. Esse tipo de adjetivo também é conhecido como ergativo, pois aceita a cópula *ser*. Nos exemplos abaixo, é possível verificar essa diferenciação entre adjetivos *stage level* e *individual level* discutida acima.

(42) Eu considero inteligente a Maria. (Maria é inteligente.)

(43) Eu considero grávida a Maria. (Maria está/\*é grávida.)

Ainda acerca dos predicados avaliativos que acompanham as SCL, Sibaldo (2012, p. 274-275) afirma que:

Assim, os predicados *avaliativos* que vão com as SCLs são predicados que, mais que notar um fato descrevem uma *impressão*, uma *opinião pessoal do falante*, que menciona algo de surpreendente, surpresa, ou algo fora do comum, como é inerente às sentenças exclamativas (cf. ZANUTTINI & PORTNER, 2003). O predicado *individual* deve, então, ser uma apreciação e *não* pode ser uma expressão referencial.

Essas características dos predicados avaliativos da SCLs também são verificadas nos predicados das PNVRA, haja vista que, conforme será mostrado no capítulo IV referente à

análise dos resultados deste trabalho, essas construções são empregadas pelos falantes quando estes emitem uma avaliação/opinião no momento da enunciação.

Outro aspecto das SCL apresentado por Sibaldo (2012) é a ausência de morfologia de tempo verificada nesse tipo de sentença. De acordo com o autor, as SCL, embora não apresentem marca morfológica de tempo, podem ser parafraseadas com o verbo-cópula no tempo presente, como mostram os exemplos a seguir:

- (44) Bonita a sua roupa!  
 “A sua roupa está / \* estava / \* estará bonita!”  
 (SIBALDO, 2012, p. 275)

Como consequência do tempo presente estar subjacente às SCL, o predicado dessas construções deve ser interpretado sempre como um predicado *estativo* na medida em que o tempo é entendido como a forma do presente do indicativo, o que impede, por exemplo, que o predicado seja analisado como um verbo na forma gerundiva.

- (45) Bonita a sua roupa! > “\* A sua roupa *está sendo* bonita!”  
 (SIBALDO, 2012, p. 275)

Em resumo, Sibaldo (2012) mostra que, para que a terceira cópula, ou SCL, do PB ocorra, três critérios devem ser respeitados: (i) os sujeitos das SCL do PB devem ser específicos; (ii) os predicados das SCL devem ser predicados avaliativos; (iii) o tempo (não morfológico) das SCL deve ser entendido como o presente.

Com base no exposto, é possível traçar um paralelo entre as características das SC abordadas por Kato (2007) e Sibaldo (2012) e as PNVRA, foco desta pesquisa.

Na discussão feita por Kato (2007) acerca das SCDs, a autora destaca que esse tipo de construção só pode ocorrer com adjetivos do tipo ergativo, ou seja, aqueles que são acompanhados apenas pela cópula *ser*. As PNVRA também partilham dessa propriedade, visto que os adjetivos que atuam como predicados nessas construções pertencem ao tipo ergativo ou *individual level*, já que permitem uma interpretação com o verbo *ser* e denotam uma propriedade intrínseca do elemento sobre o qual recai a predicação, como se verifica a seguir.

(46) eu acho que:: o mundo deve tê(r) consciência do que ele está fazen/ do que o mundo faz do que ele faz também... e eu acho que ele... deveria tá fazen(d)o até criá(r) um po(u)co de vergo::nha eu sei que eu num sô(u) uma (inint.) muito boa pra falá(r) isso (inint.) ((rindo)) mas... ele... ele... num dá pra explicá(r) ele é MUIto ruim... e::... **eu acho ele cínico né?**... hipócrita... e é essa a minha opinião opinião do Bush (AC - 001, 322, RO)

(47) Ele é cínico / \*Ele está cínico.

Ainda segundo Kato (2007), as SCDs, de modo contrário às SCLs, permitem uma dupla ordenação do adjetivo que pode estar posposto ao sujeito ou anteposto a ele. O mesmo se observa na PNVRA, como ilustram os exemplos seguintes.

(48) Inf.: [entende?],... que me trouxe mais dois netos [Doc.: óh::] porque eu já tenho dois netos... de de dois filhos meus... entende?... então eu acho assim que essa parte familiar... de filhos... ficô(u) assim quase que completa né? porque... aí chegô(u) uma MO::ça definitivamente pra eu me acostumá(r)  
Doc.: uma filha [aí né?]  
Inf.: [exato],... e aí eu fui me acostumando com NOras também que vão chegando né?... então **eu acho essa parte assim interessante** (AC - 150, 212, NE)

(49) Doc.: é? e:: o(u)tra apresentadora de T.V. quem que cê/ ELIANA? que que cê acha da Eliana?

Inf.: **eu acho muito interessante o programa dela** porque fala sobre os anima::is... e... e também é divertido com os JOgos... com as brincade(i)ras que tem (AC - 004, 229, RO)

As propriedades das SCLs elencadas por Sibaldo (2012), por sua vez, também podem ser verificadas nas PNVRA. O autor assinala que os sujeitos das SCLs são sempre específicos e fortemente referenciais. O mesmo pode ser visto nas PNVRA, como mostra a ocorrência abaixo.

(50) Inf.: ah:: o Morumbi:: é tudo manSÃO né? meu... as casa lá pequena lá... as casa lá pequena lá o quarto já dá minha casa já né?... é enorme lá eu trabalhei::... de servente de pedre(i)ro lá no Morumbi... n/... na frente da Bande(i)rantes né?... com o dono da::... d'um dos dono da *Lorenzetti* né?... ele queria que fizesse... uma garagem lá pos carro dele lá e::... fui trabalhá(r) lá e **achei muito bonito assim aquele lugar lá::** tam(b)ém... extremamente é o(u)tro mundo né? (AC - 069, 185. DE)

Como se verifica no dado acima apresentado, o sujeito da PNVRA *aquele lugar lá* é um sujeito específico, já que se refere ao bairro Morumbi da cidade de São Paulo, expresso anteriormente pelo falante.

De acordo com o segundo critério abordado pelo autor, os predicados das SCLs pertencem apenas à categoria adjetival, propriedade que é compartilhada pelas PNVRA em virtude do seu forte conteúdo avaliativo verificado não só no verbo *achar* como também no predicado não-verbal que é expresso sobretudo por SAs, conforme se observa no dado apresentado em (51):

(51) Doc.: descreva diga como é o local onde você mais gosta de ficÁ::(r) de passeá(r)

Inf.: bom o local onde eu mais gosto de... de ficá(r) de passeá(r)... é quando a gente pega um feriado prolongado a gente vai::... na praia né?... e::... a gente já::... foi na::... na praia das Toninhas... em::... no Guarujá:: já foi::... em Santos né? então a::... e na praia das Toninhas... o... **achei um lugar muito gostoso** muito (AC - 133, 165, DE)

Além de adjetivos, os predicados das SCLs podem conter SNs avaliativos. Essa propriedade também está presente nas PNVRA que exibem SNs com função avaliativa como predicados não-verbais. Vejam-se as construções a seguir:

(52) Inf.: <sup>1</sup>[aí] tinha que pulá(r) as pedras pra entrá(r) na praia (**eu achava isso o cúmulo**) a praia tá fechada (inint.) tá fechada num precisa ninguém entrá(r) lá... meu pai cismava de pulá(r) a praia (AC - 020, 85, DE)

(53) (a gente ficô(u)) uns cinco dias... em Cachoe(i)ra Paulista... essa foi a melhor viagem da minha vida inTE(i)ra inte(i)rinha inte(i)rinha inte(i)rinha [Doc.: aham] num gosto de praia... num:: suporte praia... **acho a coisa mais sem GRAÇA do mundo** ainda mais praia deserta... (AC - 20, 26, NE)

Em (52), o SN *o cúmulo* é empregado pelo falante em função avaliativa para expressar como o evento *pular as pedras para entrar na praia* é insuportável para ele. Também SPreps podem aparecer nessa função avaliativa como predicados das PNVRA, como se verifica no exemplo (53) em que *sem graça* é utilizado para expressar o quanto o falante não gosta de praia.

Ainda de acordo com Sibaldo (2012), os predicados das SCLs devem conter adjetivos que possam ser graduáveis, característica que é constatada nas PNVRA, como comprovam os exemplos seguintes.

(54) Doc.: é... e assim... falan(d)o né? por agí(r) por impulso... e a traição o que você pensa... [Inf.: olha] <sup>5</sup>[dela?] <sup>5</sup>[Inf.: sempre] de todos os lados sabe não só de homem pra mulher... de qualquer  
Inf.: eu sempre fui assim muito rígida com isso até antes de eu começá(r)... a gostá(r) de alguém mesmo... e **eu achava traição... uma coisa horrorosa** traição pra mim uma vez e acabô(u)... dane-se num quero mais/ nunca mais vê(r) o cara (AC - 056, 365, RO)

- (55) Doc.: e de política assim? que que cê pen::sa? cê acha que é importante (a política)? a política do Lula como que tá sendo?... e de Guapiaçu? ((risos))  
 Inf.: **eu acho muito importante política** poRÉM eu sô(u) totalmente desligado (AC - 083, 369, RO)

Por fim, outra propriedade destacada por Sibaldo (2012) acerca das SCLs também compartilhada pelas PNVRA é a ausência de morfologia de tempo. Porém, de modo oposto ao que ocorre nas SCLs em que o tempo não morfológico da cópula deve ser subentendido como o presente, nas predicções não-verbais foco deste trabalho o tempo da cópula pode ser pressuposto como o mesmo tempo do verbo *achar*, como exemplificam os dados abaixo:

- (56) eu num tenho que(i)xa não... eu gosto de Rio Preto toda vida... eu gostei de Rio Preto... eu morei... em Pindorama onze anos né? que eu me casei fui pra::... Pindorama... morei onze anos em Pindorama... e aqui eu tô com trinta e trê/ três pra trinta e quatro anos que eu tô moran(d)o aqui... né?... mas eu gosto de Rio Preto... gosto... **eu acho uma cidade muito bo::a...** (AC - 132, 391, RO)
- (57) Eu acho que (Rio Preto) é uma cidade muito boa.
- (58) então eu sempre tive muita facilidade de conversá(r)... ((tosse)) e nessa conversa com ela... éh::... eu fiquei sabendo de MUIto mais coisa dela do que ELE... conversando com ela... e **eu achei essa história assim fantástica...** (AC - 150, 66, NE)
- (59) Eu achei que essa história assim foi fantástica.

No entanto, em alguns contextos, como o da sentença em (58), uma paráfrase com a cópula no presente do indicativo não seria agramatical, como se observa em (60).

- (60) Eu achei que essa história assim é fantástica.

Assim, de modo contrário às SCLs, o tempo nas PNVRA poder variar em razão do tempo do predicado matriz *achar*, e, portanto, não deve ser entendido como um predicado estativo, isto é, na forma do presente do indicativo, já que outras formas são licenciadas nesse tipo de construção a depender do tempo e modo do predicado matriz.

Após a caracterização das predicções não-verbais segundo a abordagem gerativista, passa-se, na seção seguinte, à discussão do comportamento desse tipo de construção no português falado no interior paulista, variedade linguística investigada nesta pesquisa.

### **1.3 O tratamento das construções não-verbais no português falado no interior paulista**

Dentre os poucos trabalhos existentes acerca das construções não-verbais no português brasileiro, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Fortilli (2007) sobre essas construções do português falado no interior do Estado de São Paulo. A autora, em sua dissertação de mestrado, estudou as chamadas predicções não-verbais<sup>13</sup>, do tipo mostrado em (61).

(61) Lindo seu cabelo!

A autora sustenta o seu trabalho nos princípios teóricos da Gramática Discursivo-Funcional. Segundo afirma, a Gramática Discursivo-Funcional, embora não trate diretamente das predicções não-verbais, fornece subsídios para o estudo dessas construções definindo as partes que as constituem como Atos de Discurso, entendidos como as menores unidades identificáveis de um comportamento comunicativo que não apresentam uma forma sintática

---

<sup>13</sup> Nesse trabalho, a autora não considerou os casos de predicções não-verbais que ocorrem em posição argumental de um predicado matriz em que figura o verbo *achar*, foco de nossa pesquisa.



pré-estabelecida. Assim, as construções não-verbais, apesar de não constituírem a estrutura típica de uma oração, podem ser estudadas como Atos de Discurso.

Fortilli (2007)) explica que as predicções não-verbais, conforme estabelece a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), estão organizadas em dois Atos de Discurso, dois blocos de informação: o Ato Nuclear e o Ato Subsidiário, que acrescenta alguma informação acerca do primeiro, como podem ser observados em (62).

(62)       Aquele objeto, coloque-o no carro!

(FORTILLI, 2007, p. 66)

Na construção não-verbal acima, *coloque-o no carro* é o Ato Nuclear enquanto *aquele objeto* é o Ato Subsidiário, pois fornece informações sobre o que deve ser colocado no automóvel.

De acordo com Fortilli (2007), o Ato Subsidiário pode expressar diferentes relações a depender do vínculo estabelecido com o Ato Nuclear: como as de Motivação, Concessão, Orientação e Correção. Para a pesquisa empreendida por Fortilli (2007), as duas últimas relações foram consideradas mais importantes por se apresentarem com maior frequência nas construções não-verbais em estudo.

Segundo a autora, a Orientação é entendida como uma forma de direcionar o ouvinte com relação às intenções comunicativas do falante. A Correção, por sua vez, é compreendida como esclarecimentos ou correções feitas acerca do Ato Nuclear, cujo sentido o falante julga não estar comunicativamente claro. Esse último tipo de relação foi considerado, no trabalho de Fortilli (2007), como lembretes que o falante faz sobre o referente. Desse modo, a autora propõe dois tipos fundamentais de construções não verbais: Orientação-Núcleo e Núcleo-Correção.

De acordo com Fortilli, tais estruturas podem ser comparadas a duas funções presentes na Gramática Funcional (DIK, 1997): a de Tema (*Theme*) e Antitema (*Tail*), considerados como constituintes extraoracionais. O constituinte sentencial que manifesta a função Tema apresenta uma entidade, ou um conjunto de entidades, que serão tratadas pela predicação seguinte. O constituinte cuja função é Antitema sucede a oração adicionando informações que podem ser relevantes para a sua correta compreensão, de modo a esclarecer ou modificar a ideia nela contida. Os Atos Subsidiários das predicções não-verbais, segundo Fortilli, embora não sejam constituintes atuantes fora da sentença, apresentam um funcionamento semelhante ao das estruturas mencionadas.

Para o estudo desses dois tipos de construções não-verbais, a autora analisou os seguintes fatores: tipo de sintagma que constitui cada uma das partes das predicções não-verbais, tipo de texto em que aparecem, a função do Ato Nuclear, considerando o Nível Interpessoal e a função textual das predicções.

Da análise dos resultados encontrados por Fortilli (2007), destaca-se que as construções Orientação-Núcleo são estrutural e funcionalmente diferentes daquelas com a sequência Núcleo-Correção. Tendo em vista o critério tipo de sintagma, o grupo Orientação-Núcleo apresentou com maior frequência variações quanto ao tipo e à organização dos seus sintagmas constitutivos, enquanto o grupo Núcleo-Correção apresentou uma regularidade, com tendência a se configurar como SA + SN.

Com relação ao tipo textual em que cada tipo de construção não-verbal é recorrente, Fortilli (2007) constatou que as construções Orientação-Núcleo ocorrem mais nas narrações ao passo que as construções Núcleo-Correção aparecem mais nas descrições. A autora assinala ainda que tais resultados estão intimamente ligados à função interpessoal assumida por cada tipo de predicação, pois o primeiro tipo se especializa na função descritiva, uma vez que, nos textos narrativos, as predicções não-verbais atuam como um comentário acerca de

um referente no discurso; já o segundo tipo se especializa na função avaliativa, cujo papel nos textos descritivos é expressar uma avaliação acerca de algum referente.

Outro resultado importante obtido pela autora está relacionado à função textual desempenhada pelas construções não-verbais. A autora observou que esse tipo de construção exerce a função de Fundo nos textos em que estão inseridas, de modo a acrescentar, ampliar ou comentar o conteúdo da fala sem, contudo, contribuir categoricamente para a meta comunicativa do falante. No entanto, a autora aponta que a função interpessoal dessas construções é muito marcada pelo fato de veicularem uma informação que, embora não contribua para a linha discursiva principal, é de extrema importância para a informação pragmática do ouvinte, pois acrescenta detalhes e atitudes do falante sobre o que está sendo dito.

Tais considerações acerca do trabalho de Fortilli (2007) são de grande valia para a presente pesquisa por ser esse um dos únicos trabalhos centrados na investigação das predicções não-verbais, haja vista que a maioria das pesquisas na área está voltada para o estudo de predicções verbais. Considerando os resultados apresentados pela autora, constata-se que as predicções do tipo Núcleo-Correção apresentam um comportamento semelhante ao das PNVRA, visto que, além de apresentarem-se com grande frequência sob a forma SA + SN, são estruturas especializadas na veiculação de atitudes avaliativas do falante, fato também observável nas PNVRA, objeto da presente pesquisa.

O presente capítulo voltou-se para a abordagem das predicções não-verbais segundo as perspectivas teóricas do Funcionalismo e do Gerativismo. Apesar de constituírem pontos de vistas distintos, ambas as abordagens apresentam um ponto em comum no que tange às construções não-verbais que diz respeito ao tratamento desse tipo de construção como oração.

Para Hengeveld (1992) e Dik (1997), sob o viés funcionalista, predicções não-verbais são construções cujo predicado não é um verbo, mas sim um nome ou um adjetivo. Desse

modo, constituem predicacões não-verbais qualquer sentença que contenha ou não a cópula, a qual desempenha a função de suporte nesse tipo de construção, na medida em que veicula apenas as noções de tempo, modo e aspecto.

Já para Gomes (2007), Kato (2007), Miotto e Foltran (2007), Sibaldo (2012), dentre outros, as *small clauses* ou miniorações consistem em um subconjunto de construções que expressam uma relação entre sujeito e predicado. Esse conceito é empregado no Gerativismo em oposição à sentença plena, pois o predicado de uma *small clause* não é um verbo flexionado, como ocorre em uma sentença plena, mas sim um verbo no infinitivo, gerúndio ou particípio, um adjetivo, um sintagma preposicionado ou um sintagma nominal.

Assim, as duas perspectivas teóricas apresentam uma abordagem mais adequada para o tratamento das predicacões não-verbais na medida em que conferem a elas o estatuto de oração diferentemente da abordagem tradicional, que trata esse tipo de enunciado como predicado verbo-nominal.

Conforme se buscou apontar neste capítulo, poucos são os trabalhos de orientação funcionalista que se dedicam ao estudo das predicacões não-verbais. Os trabalhos de Hengeveld (1992) e Dik (1997) se detêm na investigação da estruturação sintática desse tipo de enunciado, argumentando em favor do estatuto oracional dessa construção. Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Fortilli (2007) focaliza as construções não-verbais (não-encaixadas) no português falado no interior paulista e, para além do valor sintático e semântico, a autora enfatiza o valor pragmático das construções não-verbais, uma vez que acrescentam atitudes do falante em relação ao seu discurso.

Já nos estudos realizados no âmbito gerativista, as predicacões não-verbais ou *small clauses* são amplamente investigadas e por esse motivo não poderiam deixar de ser tratadas nesta pesquisa. De um modo geral, as investigações estão centradas na formação sintática desse tipo de construção em relação às regras e princípios da Teoria Gerativa, cuja abordagem

foge ao escopo deste trabalho. Nesse sentido, os trabalhos de Kato (2007) e Sibaldo (2012) foram enfatizados na seção 1.2 porque se destacam por trazer uma descrição das *small clauses* que possibilita o estabelecimento de uma comparação com as PNVRA, conforme se procurou mostrar ao final da referida seção.

Feita essa caracterização das predicções não-verbais segundo as perspectivas funcionalista e gerativista, apresentam-se a seguir os pressupostos teóricos da gramaticalização, os mecanismos pelos quais esse processo é efetivado e os estudos que envolvem a gramaticalização de orações complexas, especificamente, aqueles que envolvem a gramaticalização do verbo *achar* na complementação verbal.

## **CAPÍTULO II**

### **A ABORDAGEM DA GRAMATICALIZAÇÃO**

Conforme mencionado anteriormente, o presente trabalho está inserido em uma perspectiva funcionalista da linguagem, especificamente no quadro dos estudos da gramaticalização, principalmente, aqueles desenvolvidos por Hopper e Traugott (2003), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e Lehmann (1988).

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos teóricos básicos da gramaticalização. Busca-se, em um primeiro momento, expor as principais concepções atribuídas a esse processo por diferentes estudiosos do assunto. Em um segundo momento, serão expostos os mecanismos principais que guiam a gramaticalização, bem como a correlação entre eles. Por fim, em um terceiro momento, atenção especial será dedicada ao tratamento das orações complexas sob o enfoque da gramaticalização, objeto deste trabalho.

#### **2.1. Pressupostos teóricos da gramaticalização**

A gramaticalização, dentre os diversos processos de mudança linguística, é um dos mais comumente atestados nas línguas e, como tal, constitui parte importante dos estudos gramaticais, uma vez que focaliza a mudança pela qual itens ou construções lexicais, ou menos gramaticais, são recrutados a servir a funções gramaticais ou mais gramaticais. Trata-se de um processo responsável pela constante renovação do sistema linguístico de uma língua, haja vista o surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes.

A esse respeito, Heine e seus colaboradores (1991, p. 150) assinalam que subjaz ao processo de gramaticalização (doravante GR) o princípio cognitivo da exploração de velhas formas para novas funções, conforme proposto por Werner e Kaplan (1963 *apud* Heine,

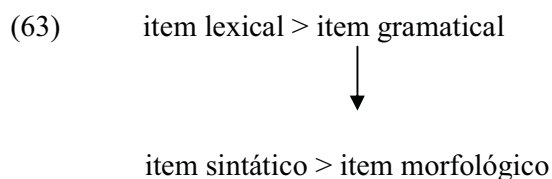
Claudi e Hünne Meyer, 1991). De acordo com essa proposta, por meio desse processo, conceitos concretos são escolhidos para explicar ou descrever fenômenos menos concretos. Assim, entidades claramente delineadas são selecionadas para conceituar entidades menos estruturadas, experiências não-físicas são entendidas em termos de experiências físicas, por exemplo, tempo entendido em termos de espaço ou de causa.

Para Hopper e Traugott (2003, p. 1-2), a GR apresenta dois significados, um relacionado à abordagem de pesquisa que procura explicar os fenômenos da linguagem e outro centrado na investigação dos fenômenos em si mesmos. Como um termo que se refere à abordagem científica, GR refere-se à parte do estudo da mudança linguística que está preocupada em responder à questão de como itens e construções lexicais passam, em determinados contextos linguísticos, a exercer funções gramaticais, ou como itens já gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. Ainda como uma abordagem científica, esse termo está relacionado à caracterização do grupo de correlações recorrentes através do tempo entre mudanças semântico-pragmáticas, morfossintáticas e fonológicas.

O estudo da gramaticalização enfatiza, assim, a tensão existente entre estruturas fixas e menos fixas na língua, entre estruturas lexicais livres e estruturas sintáticas, morfossintáticas e morfofonológicas mais fixas. Fornece também o contexto conceitual para uma explicação da relativa “indeterminância” da linguagem e da não-discretude das categorias.

Já como um termo que se refere à investigação de fenômenos reais de mudança, a GR está relacionada aos passos pelos quais itens específicos tornam-se mais gramaticalizados ao longo do tempo. GR, nesse sentido, de acordo com os autores, é parte de um fenômeno linguístico mais abrangente de estruturação em que formas ou combinações de formas podem, com o tempo, se fixar no cumprimento de determinadas funções.

O primeiro uso do termo “gramaticalização” é atribuído por Hopper e Traugott (2003) ao linguista Antonie Meillet<sup>14</sup>, em cujo artigo “L’evolution des formes grammaticales”, de 1912, define o processo como a atribuição de caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Conforme assinalam Hopper e Traugott (2003), nesse artigo, Meillet propõe que a emergência de novas formas gramaticais ocorre por meio de dois processos: a analogia, que consiste no surgimento de novos paradigmas a partir de paradigmas já existentes, e a GR, que consiste na passagem de uma palavra autônoma à função de um elemento gramatical. Assim, a concepção clássica de GR, proposta por Meillet, envolve a passagem [léxico] > [gramática], em que o lado gramatical apresenta a sequência [sintaxe] > [morfologia], conforme se verifica na representação abaixo:



Não distante dessa concepção está a definição adotada por Lehmann (1995, p.10), que, apoiado nos estudos de Kuriłowicz’s (1965), compreende o processo de GR não apenas como a mudança de um item lexical a um item gramatical, mas também de um item menos gramatical para mais gramatical. Também Hopper e Traugott (2003) assumem o processo de GR como o desenvolvimento de um item ou construção lexical em direção a uma função

---

<sup>14</sup> Embora o trabalho de Meillet seja considerado marco inicial dos estudos em GR, as noções básicas desse processo já estavam presentes na linguística oriental do século X que distinguiu símbolos linguísticos plenos e signos linguísticos vazios, considerando os últimos originários dos primeiros. Os trabalhos de Horne Tooke no final do século XVIII até meados do século XIX já defendiam a tese de que a língua é concreta em seu estágio original e itens abstratos derivam de itens concretos. Também Wilhelm Von Humboldt, em 1822, já sugeria que a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio de evolução em que somente ideias concretas eram expressas. (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e GALVÃO., 2007, p. 20)



gramatical ou, se já possui estatuto gramatical, em direção ao aumento de sua gramaticalidade.

Conforme se observa, está na base das definições apresentadas a distinção fundamental entre itens lexicais e itens gramaticais. De acordo com Hopper e Traugott (2003, p. 4), os itens lexicais são usados para reportar ou descrever coisas (nomes), ações (verbos plenos) e qualidades (adjetivos), ao passo que os itens gramaticais têm a função de indicar a relação entre nomes (preposições), ligar partes do discurso (conjunções), indicar se os participantes do discurso estão identificados ou não (pronomes e artigos) e mostrar se eles estão próximos ao falante ou ao ouvinte (demonstrativos). Ainda segundo os autores, as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

Contudo, deve-se observar, como ressaltam os próprios autores, que a distinção entre itens lexicais e gramaticais não pressupõe o entendimento de que a língua apresente categorias discretas, uma vez que a passagem de um domínio para o outro é gradual e não pode, portanto, ser concebida fora de um *continuum* (ou *cline*), como o dado em (64), proposto por Hopper e Traugott (2003).

(64) item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

(HOPPER E TRAUGOTT, 2003, p. 3)

Os autores ressaltam que cada item situado à direita do *continuum* é mais claramente gramatical e menos lexical que o seu parceiro à esquerda. Assinalam ainda que é difícil estabelecer limites fixos entre as categorias representadas nos *clines*, até mesmo porque o estudo da GR emergiu em parte do reconhecimento de que uma forma muda de um ponto à esquerda do *cline* para um ponto à direita, e essa mudança é sempre gradual. Essa direção de mudança das formas, indicada pelo *cline*, aponta também, conforme destacam Hopper e

Traugott, para uma forte tendência à unidirecionalidade na história das formas individuais, aspecto a ser tratado adiante neste capítulo.

Segundo Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão. (2007, p. 24), uma terceira fase dos estudos em GR, da qual Givón é precursor, procura ampliar as propriedades definidoras do termo ao incluir fenômenos gerais de mudanças, que constituem a gramática das línguas, por meio da adoção de uma perspectiva sincrônica paralelamente ao caráter historicista da GR. Assim, sob essa perspectiva, a GR é concebida como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo que deve ser investigado a partir dos padrões fluidos da língua.

Essa nova etapa, conforme explicam Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007), é representada pelo trabalhos de Givón (1979), em que o discurso é considerado como um parâmetro maior para a compreensão da estrutura da língua e para o desenvolvimento de estruturas e categorias gramaticais. Givón (1979, p. 208-209), ao afirmar que “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”, enfatiza a emergência da sintaxe no discurso, ressaltando que um modo mais pragmático dá lugar a um modo mais sintático, de maneira que expressões linguísticas com vinculação sintática fraca se transformam em expressões sintáticas fortemente ligadas. Esse processo é apresentado pelo autor no seguinte esquema:

(65) [discurso] > [sintaxe] > [morfologia] > [morfofonêmica] > [zero]

Com base no exposto, é possível verificar uma escala evolutiva dos estudos desenvolvidos no âmbito da GR conforme propõem Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007, p. 27), que reconhecem, em um primeiro momento, a versão de Meillet, para quem a GR é concebida como a passagem do [lexical] > [gramatical]; em um segundo momento, a versão de Kurilowicz's, que acrescenta ao *cline* proposto por Meillet a passagem do [-

gramatical] > [+ gramatical]; e as versões dos estudos atuais que consideram a GR como [qualquer material linguístico] > [+ gramatical].

Como pode ser observado nas definições acima, a passagem do lexical para o mais gramatical ou do gramatical para o mais gramatical, e nunca o contrário, pressupõe um caminho unidirecional que as formas e construções linguísticas percorrem no processo de GR. Subjaz, portanto, a esse processo um princípio fundamental: a *unidirecionalidade*.

Segundo esse princípio, as mudanças apresentam uma trajetória única, partindo sempre de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo, mais concretas, para categorias mais distantes do indivíduo, menos concretas, e nunca o inverso. De acordo com Hopper e Traugott (2003, p. 100), a assunção básica que está por trás do conceito de unidirecionalidade é a de que existe uma relação entre dois estágios A e B, de modo que A ocorre antes de B, e não o contrário.

Ainda acerca da unidirecionalidade, os autores ressaltam a importância do contexto na trajetória de mudança na medida em que a passagem do lexical para o gramatical não é direta. Essa passagem segue a trajetória apresentada em (66), em que itens lexicais devem, primeiramente, ser gerais em termos semânticos e servir a funções discursivas para então tornarem-se sintaticamente fixos e, em um momento posterior, virem a se constituir como morfemas.

(66) item lexical usado em contextos específicos > sintaxe > morfologia

Nesse contexto, a noção de *cline* é fundamental para a compreensão do princípio da unidirecionalidade assim como do processo de GR em si. Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 6), o termo “cline” é uma metáfora para a observação empírica de que as formas tendem a passar pelos mesmos tipos de mudança ou apresentar um conjunto de relações similares. Para

os autores, esse termo assume dois significados: um diacrônico e outro sincrônico. De uma perspectiva histórica, *cline* é um caminho natural percorrido pelas formas em sua evolução, um esquema que modela o desenvolvimento das formas. Já a partir de uma perspectiva sincrônica, o termo deve ser entendido como um *continuum*, um arranjo de formas em uma linha imaginária cujo ponto inicial apresenta uma forma lexical e o ponto final é caracterizado por formas reduzidas, ou seja, gramaticais.

Desse modo, a unidirecionalidade é uma hipótese forte que está baseada em observações de mudanças linguísticas que levam à conclusão de que as formas gramaticais não passam, de repente, a ser lexicais; trata-se, porém, de um processo lento e gradual em que as formas gramaticais têm suas origens em formas lexicais. A mudança sofrida por itens ou construções não se dá, portanto, de uma maneira abrupta, mas pressupõe uma série de transições graduais que culminará na escolha da forma mais gramatical ou na inclusão dessa nova forma a um paradigma já existente.

Como pode ser visto, a GR é um processo de renovação da língua, uma vez que itens ou construções lexicais ou menos gramaticais são recrutados a servir funções gramaticais ou mais gramaticais, prevendo um percurso unidirecional de mudança. Esse processo pode ser estudado sob duas perspectivas: a diacrônica e a sincrônica.

Segundo Hopper e Traugott (2003, p.2), a perspectiva *diacrônica* investiga as fontes das formas gramaticais e os estágios de mudança por que elas passam. Os autores afirmam que, com base nessa perspectiva, a GR é pensada como um conjunto de mudanças linguísticas pelas quais itens ou construções lexicais passam, em determinados usos, a apresentar características gramaticais, ou ainda por meio das quais um item gramatical torna-se mais gramatical. Assim, uma investigação diacrônica da GR está voltada para a busca de explicações para o surgimento das formas gramaticais e seu desenvolvimento na língua.

Sob a perspectiva *sincrônica*, por sua vez, concebe-se a GR como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático que deve ser estudado a partir do ponto de vista de padrões fluidos da linguagem. Um estudo que aborde essa perspectiva tem por objetivo identificar os diferentes graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve com base nas diversas funções a ela conferidas pelos padrões fluidos da língua.

Convém salientar que os autores admitem a possibilidade de conjugar as duas abordagens nos estudos em gramaticalização, defendendo a adoção de uma perspectiva *pancrônica* na investigação da mudança linguística. Essa visão está pautada na relação de interdependência entre o sistema linguístico e o uso, isto é, entre os padrões fluidos da gramática e a relevância da investigação diacrônica para um entendimento mais adequado da sincronia da língua.

No presente trabalho, adota-se uma abordagem sincrônica de investigação da mudança linguística das predicções avaliativas reduzidas encaixadas no verbo *achar*, com base em dados do português falado no noroeste paulista, obtidos no Banco de dados Iboruna, entre os anos de 2004 e 2006. A constituição desse banco de dados bem como os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa serão detalhados no capítulo 3 deste trabalho. Antes, porém, serão expostos, nas seções seguintes, os mecanismos que norteiam o processo de GR tradicionalmente relacionado a itens lexicais, dada a importância desses mecanismos para a caracterização do fenômeno da GR. Entretanto, neste trabalho, esse processo será focalizado no tocante à articulação de orações complexas, conforme será apresentado na seção 2.3.

## **2.2 Os mecanismos da gramaticalização**

### **2.2.1 Metáfora**

A partir do exposto na seção anterior, compreende-se que o processo de GR consiste em recrutar conceitos mais concretos, próximos dos indivíduos, para expressar conceitos mais

abstratos, distantes dos indivíduos. Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 150), essa função é característica não só da GR, mas da metáfora de um modo geral.

Assim, conclui-se que a GR envolve *abstratização metafórica* na medida em que significados de domínios lexicais ou menos gramaticais (concretos) são estendidos metaforicamente para conceituar significados de domínios menos lexicais ou mais gramaticais (mais abstratos). A abstratização metafórica está relacionada ao modo como o mundo é compreendido e conceituado pelos indivíduos. Dessa forma, elementos que estão mais próximos do indivíduo são mais claramente delimitados e estruturados e, portanto, menos abstratos em relação aos que estão mais distantes.

Deve-se salientar que a metáfora envolvida no processo de GR não compreende a metáfora conhecida das figuras de linguagem, uma vez que este tipo de metáfora, conforme Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), está restrito à criação de novas expressões e à violação de regras semântico-conceituais. Trata-se de uma “metáfora criativa”, cujas motivações são psicológicas. Já a metáfora atuante na GR (“metáfora emergente”) tem motivações cognitivas e deve ser entendida como a transferência de um conceito pertencente a um domínio lexical ou menos gramatical para um domínio gramatical ou mais gramatical. Nesse sentido, a mudança metafórica consiste na extensão de um significado básico, concreto, para um significado mais abstrato.

Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 85), essa transferência de conceitos pode ser observada, por exemplo, no desenvolvimento de partes do corpo em locativos e de termos espaciais em temporais, como ocorre com o termo do inglês *behind*, entre outros casos. Conforme explicam os autores, originalmente usado para se referir a uma parte do corpo, o termo *behind*, por meio de um processo metafórico, passou a indicar uma localização espacial e, subsequentemente, passou a indicar um valor temporal, como se observa no exemplo em (67), extraído de Hopper e Traugott (2003).

- (67) *We are behind in paying our bills.*  
Nós estamos atrasados com nossas contas.

Para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 157), o processo metafórico é de natureza categorial e, como tal, pode ser descrito em termos de seis categorias cognitivas básicas representativas de domínios conceituais importantes para a estruturação da experiência humana. Tais categorias são dispostas em um *continuum* de modo que o elemento à esquerda é sempre mais concreto que o elemento localizado à direita, conforme se verifica em (68):

- (68) PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

De acordo com os autores, é com base nessa escala que se desenvolve o conceito de *metáfora categorial* que estabelece que a noção de tempo pode ser estruturada a partir da noção de espaço. Por se tratar de uma relação metafórica, cada categoria deve servir para conceituar a categoria localizada a sua direita. Ainda de acordo com esses autores, a organização dessas categorias é unidirecional, uma vez que parte da esquerda para a direita; e pode ser definida em termos de *abstração metafórica*, pois uma dada categoria é mais abstrata que outra categoria a sua esquerda e menos abstrata que qualquer categoria a sua direita.

Assim, para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 158-159), a metáfora está diretamente relacionada ao processo de GR, que é compreendido por eles como uma estratégia de solução de problemas, na medida em que conceitos mais acessíveis à experiência humana são recrutados para a expressão de conceitos menos acessíveis e menos abstratos.

Trata-se, portanto, de um processo que tem grande atuação na evolução das línguas. No português brasileiro, por exemplo, observa-se uma grande influência do processo metafórico comum a muitas línguas em que partes do corpo são projetadas para definir

objetos, conforme se verifica nas metáforas mostradas em (69), adaptadas de Martelotta *et al* (1996, p. 19).

- (69)      Apoiou o *pé* da cadeira numa pedra.  
             Está com uma *cabeça* de prego no joelho.  
             Apoio as *costas* do sofá na *perna* da mesa.  
             Quebrou o *bico* da prancha contra o coral.

### 2.2.2. Metonímia

A *metonímia* é outro mecanismo atuante na GR que, diferentemente da metáfora, envolve a associação de significados com base na contiguidade. Trata-se de um processo em que um item ou construção, em determinado contexto, assume um significado associado ao significado original, de modo que este segundo significado se torna convencionalizado ao primeiro.

Hopper e Traugott (2003, p. 88) definem a metonímia como um processo cognitivo em que uma entidade permite o acesso à outra entidade pertencente ao mesmo domínio conceitual. Ainda segundo os autores, a metonímia consiste nas relações estabelecidas em contextos que incluem constituintes interdependentes morfossintaticamente.

Conforme assinalam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 165), o surgimento da metonímia está relacionado à manipulação discursivo-pragmática dos conceitos que estão sujeitos a fatores contextuais na interpretação da fala. Os autores referem-se a esse processo como *interpretação induzida pelo contexto*, o que significa que, por exemplo, dado um contexto adequado, conceitos espaciais podem servir a inferências temporais.

A atuação desse mecanismo pode ser verificada na gramaticalização do auxiliar *be going to* do inglês, que, em um primeiro momento, indicava um deslocamento espacial com finalidade e, por meio de um processo de reanálise, passa então a significar um deslocamento temporal, indicando tempo futuro. Posteriormente, esse auxiliar deixa de ser empregado



somente diante de verbos de movimento, o que leva a sua completa gramaticalização a partir da redução a *gonna*. Esse percurso pode ser observado nos seguintes exemplos adaptados de Hopper e Traugott (2003, p. 93):

- (70)
- a. Estágio I - I am going to visit Bill. (deslocamento espacial com finalidade)  
Eu vou visitar Bill
  - b. Estágio II - I am going to visit Bill. (deslocamento temporal)
  - c. Estágio III - I am going to like Bill. (tempo futuro)  
Eu vou gostar de Bill.
  - d. Estágio IV - gonna like/visit Bill. (tempo futuro)

Desse modo, verifica-se que não somente a metáfora atua no processo de GR, mas também a metonímia. Essa coexistência é representada por Heine, Claudi e Hünemeyer. (1991, 166) no seguinte esquema:

- (71)  $A \rightarrow A, B \rightarrow B$

De acordo com os autores, esse esquema comum ao processo metafórico e metonímico sugere que a transição de um domínio conceitual A para um domínio B pressupõe um estágio intermediário (A, B) em que as entidades pertencentes aos dois domínios coexistem. A presença desse estágio é, conforme apontam os autores, responsável pelo surgimento de alguns tipos de ambiguidade e variação livre na estrutura linguística.

Ao se considerar a gramaticalização do auxiliar *be going to* do inglês apresentada acima, tem-se que a passagem do domínio espacial para o domínio temporal é motivada por um processo metafórico, ao passo que o estágio intermediário, a partir do qual em um contexto específico emerge o sentido temporal, caracterizado pelo estágio II, é motivado por um processo metonímico.

Constata-se assim, a partir da discussão tecida acima, que a metáfora e a metonímia constituem processos complementares. O primeiro consiste em um processo unidirecional de abstratização crescente que resulta da transferência de conceitos pertencentes a domínios próximos da experiência humana para domínios mais abstratos. O segundo, por sua vez, consiste na mudança por contiguidade, condicionada pela proximidade das formas linguísticas no contexto sintático.

Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 92-93), ambos os processos estão direcionados à informatividade, embora atuem em diferentes eixos. A mudança metafórica envolve a especificação de algum elemento ou expressão em termos de outro que não está presente no contexto. Já a metonímia envolve a especificação de um significado em termos de outro, porém de modo contrário, já que essa relação está presente no contexto. Para os autores, a metáfora está relacionada à resolução de problemas de representação, ao passo que a metonímia está relacionada à resolução de problemas de expressão da atitude do falante.

Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007, p. 49) elaboram o seguinte quadro em que são apresentados os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia:

<b>Metonímia</b>	<b>Metáfora</b>
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos constituintes	Opera na inter-relação sintática de domínio conceptuais
Opera por reanálise (abdução)	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

**Quadro 1:** Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia

Fonte: Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007, p. 49)

Em suma, metáfora e metonímia são processos complementares, e não mutuamente exclusivos, pois atuam no nível pragmático e são resultantes do mecanismo da analogia relacionado ao processo cognitivo da metáfora, e da reanálise ligado ao processo cognitivo da metonímia, respectivamente. Tais mecanismos, analogia e reanálise, passam a ser comentados na seção seguinte.

### 2.2.3 Reanálise e analogia

A reanálise e a analogia são processos considerados de grande importância para a mudança linguística de um modo geral e, conforme já mencionado na seção anterior, estão relacionados aos processos metonímicos e metafóricos, respectivamente.

Na reanálise, as propriedades gramaticais (sintáticas e morfológicas) e semânticas são modificadas. Tais modificações compreendem mudanças de interpretação, mas não mudanças na forma. De acordo com Hopper e Traugott (2003, p. 39), a reanálise é o processo mais importante para a GR porque é um pré-requisito para a implantação da mudança por meio da analogia. Já a analogia modifica as manifestações superficiais e não altera o sistema linguístico, embora o seu efeito possa se espalhar por todo o sistema e pela comunidade.

Para exemplificar as diferenças entre os dois mecanismos, os autores trazem a formação do nome composto *childhood* a partir de *cild* ‘child’(criança) + *had* ‘person, condition, rank’ (pessoa, condição, ranque) do inglês antigo. Hopper e Traugott (2003) explicam que a formação dessa nova palavra envolve duas instâncias de reanálise. Em um primeiro momento, dois nomes independentes passam a funcionar como um nome apenas (composição), e, em um segundo momento, o segundo nome passa a funcionar como um morfema derivacional representante de um estado abstrato (mudança morfológica e semântica). A formação do substantivo composto *falsehood* ilustra a atuação da analogia,

visto que, a partir do momento que *-hood* passa a ser usado como um morfema derivacional, não requer sua associação a palavras que se referem a pessoas (como em *childhood*) e, portanto, é estendido a novos contextos, assumindo o significado de um adjetivo relacionado a um contexto abstrato.

Assim, a *reanálise* viabiliza a criação de novas formas gramaticais, pois as fronteiras de constituintes em uma expressão vão alterando-se de modo gradual, o que leva uma forma a ser reanalisada como pertencente a uma categoria distinta da original. Esse mecanismo é definido por Langacker (1977, p. 58 *apud* Hopper e Traugott, 2003, p. 51) como uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve uma modificação imediata ou intrínseca na sua manifestação superficial. Trata-se de um processo que atua no eixo sintagmático.

De acordo com Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007, p. 50), os mecanismos da metonímia e da reanálise estão diretamente relacionados pelo fato de a abdução motivada pela metonímia levar à reanálise que, por sua vez, modifica as representações subjacentes e induz a mudança de regras. Um dos tipos de reanálise mais atuantes na GR é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais.

Os autores alertam, entretanto, para o fato de que GR e reanálise constituem fenômenos independentes, uma vez que a atuação da reanálise não leva, em todos os casos, à mudança de uma categoria lexical para gramatical nem amplia o estatuto gramatical já existente em uma forma. Nesse sentido, o processo de GR sempre envolve reanálise, porém nem sempre casos de reanálise resultam em GR.

De modo contrário à reanálise, a *analogia*, conforme assinalam Hopper e Traugott (2003, p. 63-64), refere-se à atração de formas preexistentes para construções já existentes no sistema e, por isso, envolve inovações no eixo paradigmático. Esse mecanismo, segundo os

autores, compreende uma “equação” ou “proporção” do tipo A:B::C:D, em que D é a forma resultante da analogia. Desse modo, ao se considerar a alternância singular-plural do inglês, obter-se-ia a seguinte equação analógica, segundo Hopper e Traugott:

$$(72) \quad \begin{array}{l} \text{cat: cats} = \text{child: X} \\ \text{X} = \text{childs (children)} \end{array}$$

(Adaptado de Hopper e Traugott, 2003, p. 64)

Conforme apontam Hopper e Traugott, apesar de apenas a reanálise criar novas estruturas gramaticais, o processo de analogia não deve ser subestimado, pois seus produtos são, em muitos casos, a primeira evidência para os falantes de uma língua de que uma mudança ocorreu.

Assim, para Hopper e Traugott (2003, p 68), reanálise e analogia são mecanismos distintos que apresentam diferentes efeitos. A reanálise envolve essencialmente mudança linear, sintagmática, frequentemente local, reorganização e mudança de regra; e não constitui um processo diretamente observável. De modo oposto, a analogia envolve essencialmente organização paradigmática, mudança nas colocações na superfície e nos padrões de uso. A analogia faz com que as mudanças não observadas da reanálise se tornem observáveis.

Por fim, os autores destacam que reanálise e analogia são importantes mecanismos atuantes na mudança linguística. Eles não definem o processo de GR nem são coextensivos a ele, mas a GR não ocorre sem os dois. Como forma de ilustrar a atuação de ambos os mecanismos na GR, Hopper e Traugott (2003) oferecem um esquema exemplificativo da GR do auxiliar *be going to*, apresentado a seguir:

				<b>Eixo sintagmático</b>
				<b>Mecanismo: reanálise</b>
<b>Estágio I</b>	be	going	[to visit Bill]	
	PROGRESSIVO	V. direcional	[Oração de finalidade]	
<b>Estágio II</b>	[be going to]	visit	Bill	
	TEMPO	V. ação		
	(por reanálise)			
<b>Estágio III</b>	[be going to]	like	Bill	
	TEMPO	V.		
	(por analogia)			
<b>Estágio IV</b>	[gonna] like/visit	Bill		
	(por reanálise)			
				<b>Eixo Paradigmático</b>
				<b>Mecanismo: analogia</b>

**Quadro 2:** Esquema de desenvolvimento do auxiliar *be going to*  
 Fonte: Hopper e Traugott (2003, p. 69)

A exposição dos mecanismos norteadores do processo de GR realizada nesta seção deve-se à sua importância atestada na caracterização da GR de itens lexicais, já que esses mecanismos tradicionalmente têm se mostrado mais atuantes no processo de GR desenvolvido por esses itens. No entanto, neste trabalho, serão focalizados os mecanismos atuantes na GR de orações complexas, especialmente aqueles envolvidos na integração sintático-semântica de orações, conforme será apresentado na seção seguinte.

### 2.3. Gramaticalização de orações complexas

Os estudos de gramaticalização, além de focalizarem fenômenos morfológicos, também tratam dos processos ocorridos acima do nível da palavra, que compreende o nível das orações complexas. Como justificativa para o fato de que a gramaticalização é um

processo que aborda estruturas gramaticais de um modo geral, incluindo-se, assim, as orações complexas, Hopper e Traugott (2003, p. 177) assinalam que a formação inicial de uma oração complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada.

Esses mesmos autores propõem que, para um entendimento da articulação entre os complexos oracionais, deve-se considerar a seguinte separação: parataxe, hipotaxe e subordinação. Tal distinção é explicada com base nos diferentes graus de integração sintática assumidos pelas orações, que apontam, segundo a proposta dos autores, para um percurso unidirecional de gramaticalização de orações.

Hopper e Traugott (2003) utilizam-se da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento] para propor o *continuum*, reproduzido em (73), em que, de um lado, estão as relações táticas e, de outro, os casos de subordinação estrita.

(73) *Continuum* da combinação de orações

	Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

(HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 178)

Empregando ainda os critérios de *dependência*, *integração* e *tipo de ligação*, os autores propõem as seguintes características para o modo como as orações se articulam em um complexo oracional:

(74) Propriedades gradientes da combinação de orações

<b>Parataxe</b>	>	<b>Hipotaxe</b>	>	<b>Subordinação</b>
(independência)		(interdependência)		(dependência)
núcleo		<----->		margem
integração mínima		<----->		integração máxima
ligação explícita máxima		<----->		ligação explícita mínima

(HOPPER E TRAUGOTT, 2003, p. 179)

Considerando as propriedades explicitadas acima, tem-se que a *parataxe* se caracteriza pela relativa independência e integração mínima entre as orações, que constituem núcleos independentes relacionados entre si apenas semanticamente. As orações coordenadas, como mostrado em (75a), são exemplos da combinação paratática entre orações.

A *hipotaxe* representa uma relação de interdependência entre as orações e um grau intermediário de integração, em que uma oração núcleo se liga a uma oração “margem” que não pode ser considerada como um constituinte da oração núcleo. São exemplos desse tipo de ligação entre orações as construções adverbiais, como se verifica em (75b).

A *subordinação*, por sua vez, caracteriza-se pela total dependência e integração máxima entre as orações. Nesse tipo de ligação, a oração margem está inserida na oração núcleo como um argumento desta, razão pela qual a noção de subordinação também pode ser referida como *encaixamento*. As orações substantivas, conforme se apresenta em (75c), constituem exemplos desse modo de ligação entre orações.

- (75)
- a. Maria foi à aula e encontrou vários colegas. [-enc, -dep]
  - b. Quando amanheceu, Maria saiu de casa. [-enc, +dep]
  - c. Maria confessou que não estudou para a prova. [+ enc, +dep]

Em (75a), observa-se que as duas orações que compõem o enunciado são independentes e a significação de uma não é dependente da realização da outra. Já em (75b), a oração temporal exerce a função de uma moldura de referência para a oração nuclear de modo que a interpretação desta é dependente do conteúdo expresso pela oração temporal. Há,



portanto, uma dependência semântica, mas não estrutural. Em (75c), há um caso de dependência semântica e estrutural, pois o conteúdo de significação da oração matriz só se completa pelo conteúdo de significação da oração encaixada. Trata-se de um caso de subordinação, visto que as duas orações são totalmente dependentes pelo fato de a oração encaixada estar inserida como um constituinte da matriz, na função de um complemento do verbo desta oração.

Segundo Gonçalves, Lima-Hernandes e Galvão (2007, p. 55), tendo em vista a trajetória *parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação*, observa-se, com base nas postulações de Hopper e Traugott (2003), que:

- (i) o padrão oracional à direita é mais gramaticalizado do que o outro à sua esquerda;
- (ii) a mudança de um tipo de oração complexa para outro se dá de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete ao princípio de unidirecionalidade no processo de combinação de orações.

Braga (1999) faz três observações sobre as propostas de Hopper e Traugott (2003) para a gramaticalização de orações. A primeira está relacionada à fonte da proposição em pauta. Segundo afirma a autora, a proposta de Hopper e Traugott remete a Givón (1979), que introduz o discurso como um parâmetro para a investigação da estrutura da língua e seu desenvolvimento.

Conforme explica Braga, o autor postula que haja dois modos comunicativos distintos, o *pragmático*, caracterizado por ligações frouxas entre os elementos de uma construção e morfologia empobrecida, e o *sintático*, identificado pela presença da subordinação e uso elaborado de morfologia gramatical. Ao propor essa dicotomia, o autor defende que, no processo de GR, o modo mais pragmático de comunicação dá origem ao modo sintático, ou

seja, o surgimento de estruturas morfossintáticas novas na língua é motivado por fatores de ordem comunicativa e cognitiva. A partir dessa perspectiva, a GR não é mais vista como um processo restrito ao léxico e à gramática, na medida em que o discurso passa a ser visto como um meio que favorece a emergência de novos modelos gramaticais.

Braga (1999) assinala que, nesse quadro, já se postulava que as construções sintáticas mais compactadas e integradas, típicas do modo sintático, teriam se originado de construções paratáticas, típicas do modo pragmático. Ainda segundo a autora, Givón assinala que o modo de comunicação pragmático seria predominante nos *pidgins*, nos registros formais e na fala infantil, caracterizado por estruturas linguísticas mais frouxas e menos integradas; e, posteriormente, passaria a ser substituído pelo modo sintático nas línguas crioulas, nos registros formais e na fala do adulto, em que predominariam estruturas mais compactadas.

A segunda observação feita por Braga (1999) está relacionada aos pontos identificados por Hopper e Traugott e aos critérios utilizados na composição do *continuum* de gramaticalização. A autora afirma que essa não é a única maneira de conceber o processo de combinação de orações. Lehmann (1988), por exemplo, sugere um *continuum* com seis pontos, que serão discutidos mais detalhadamente adiante.

A terceira observação feita por Braga (1999) diz respeito às motivações que levam a maior ou menor integração das orações. De acordo com a autora, Givón (1971, 1991, 1994), Langacker (1991), Haiman (1983, 1985), Foley e van Valin (1984), entre outros, afirmam que a integração sintática reproduziria diagramaticamente a integração semântico-pragmática dos eventos codificados pelas orações constituintes da sentença complexa, o que remete ao princípio da iconicidade diagramática.

Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 27), a iconicidade consiste na propriedade de similaridade entre um item e outro. Os autores explicam que esse princípio remete a Peirce (1932) que propôs a distinção entre iconicidade imagética e diagramática. A primeira consiste

na semelhança sistemática entre um item e seu referente com relação a alguma característica. Desse modo, uma fotografia ou escultura, por exemplo, podem ser consideradas ícones imagéticos. A segunda compreende o arranjo sistemático de signos de modo que a relação entre as partes de uma estrutura linguística reflète a relação entre as partes dos referentes. Para os autores, um exemplo clássico de iconicidade diagramática está na tendência da ordem das narrativas seguir a ordem dos fatos relatados.

Para Braga (1999), a assunção básica da hipótese da iconicidade diagramática é a de que a integração sintática entre as orações da oração complexa reflète a integração semântico-pragmática dos estado-de-coisas codificados por elas, e pode ser verificada a partir da perspectiva do verbo da oração matriz e da oração encaixada. Assim, do ponto de vista do verbo da oração matriz, investiga-se se o verbo matriz está envolvido em algum processo de GR que pode alterar o seu estatuto categorial ao passo que, do ponto de vista da oração encaixada, verifica-se se o complemento oracional está perdendo as propriedades de orações prototípicas, como força ilocucionária, modo, tempo e aspecto.

Proposta semelhante à de Hopper e Traugott é a de Lehmann (1988). Enfatizando o *continuum* existente entre coordenação e subordinação, o autor considera que o processo de gramaticalização de orações opera de dois modos: na gramaticalização do verbo da oração principal ou na dessentencialização da oração subordinada, e propõe seis parâmetros aferidores do grau de integração de orações, que são correlacionados, porém independentes:

- (i) rebaixamento da oração subordinada a constituinte da principal;
- (ii) nível sintático de integração da subordinada à principal;
- (iii) dessentencialização da subordinada, que passa a constituinte simples da principal (seu verbo torna-se não finito; seu sujeito é apagado ou torna-se oblíquo);
- (iv) gramaticalização do verbo matriz;

- (v) entrelaçamento das duas orações (partilha de elementos);
- (vi) grau de explicitude da integração (presença de conectores entre as orações).

Esses seis parâmetros são organizados pelo autor em três grupos — (i)-(ii), (iii)-(iv), (v)-(vi) — em virtude de aspectos da integração de sentenças que tais parâmetros podem sinalizar, como: autonomia ou integração da oração subordinada; expansão ou redução da sentença subordinada ou da principal; isolamento ou articulação das orações.

Com relação ao primeiro aspecto (autonomia *vs* integração), que envolve os dois primeiros parâmetros, Lehmann (1988, p. 184) assinala que a integração da oração subordinada à oração principal implica duas condições: a sentença subordinada deve manter uma relação de dependência com a principal e deve estar subordinada a toda a oração principal ou a algum constituinte desta.

No que respeita o segundo aspecto (expansão *vs* redução), que está relacionado ao terceiro e quarto parâmetros, Lehmann (1988, p. 191) explica que, no processo de redução, a oração subordinada perde propriedades que a identificam como oração e se dessentencializa em diferentes graus, podendo atingir o grau máximo que compreende a sua completa nominalização. Dentre as consequências da dessentencialização da oração subordinada apontadas pelo autor estão a perda da força ilocucionária da oração subordinada, restrições sobre o modo temporal, redução da ordenação livre de constituintes dentro da sentença subordinada e perda das categorias verbais de tempo e aspecto. Além dessas consequências, a dessentencialização afeta a polaridade da oração subordinada, de modo que ela não pode ser negada independentemente, e faz com que o sujeito da subordinada torne-se oblíquo ou que seja completamente perdido.

Ainda acerca da gramaticalização e dessentencialização de orações, o autor observa que é possível haver orações mais gramaticalizadas (ou mais integradas) do que outras,

propondo um *continuum* de sentencialidade. A depender do grau de sentencialidade da oração subordinada, ela pode apresentar-se forte ou fracamente integrada a um núcleo, que pode, inclusive, tomar como margem uma construção reduzida ao grau máximo de dessentencialização, representado pelos casos de nominalização, como mostra o esquema em (76).

(76) *Continuum* de sentencialidade

<b>Sentencialidade</b>	<----->	<b>Nominalidade</b>	
oração finita >		oração não-finita >	nominalização
integração fraca >		integração média >	integração forte

(LEHMANN, 1988, p. 200)

Já em relação ao terceiro aspecto (isolamento *vs* articulação), ao qual o quinto e sexto parâmetros estão ligados, Lehmann (1988, p. 199) ressalta que as proposições integradas compartilham alguns elementos de seu significado de modo que esses elementos não estão especificados na oração subordinada, mas sim na oração principal. O alçamento de constituintes, conforme destaca o autor, é um fenômeno que ilustra esse terceiro aspecto, demonstrando que, nesse caso, a sentença subordinada está fortemente integrada à principal.

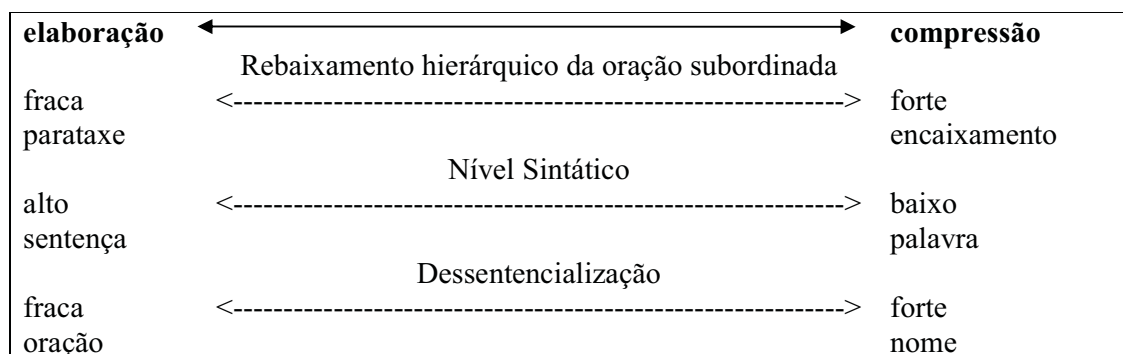
Esse *continuum* de dessentencialização proposto por Lehmann (1988) pode ser atestado com grande frequência no processo de GR de orações. Especificamente para as orações completivas, a dessentencialização pode atingir uma oração finita quando o verbo dessa oração passa a ser expresso em sua forma não-finita, como mostra (77b), o que pode resultar no grau máximo de dessentencialização, quando essa oração apresenta-se completamente nominalizada, como mostra (77c).

- (77)
- a. João viu que Maria chegou.
  - b. João viu Maria chegar.
  - c. João viu a chegada de Maria.

Observe-se que em (77a), há a ligação entre duas orações que representam dois estado-de-coisas “João viu” e “Maria chegou” percebidos como menos integrados e, por isso, são codificados na forma de oração finita e ligados entre si pela conjunção *que*. Já em (77b) os dois estado-de-coisas estão mais integrados semanticamente, visto que o verbo da oração encaixada é expresso na sua forma não-finita e não há elemento de ligação entre esses dois eventos, caracterizando uma maior integração entre os conteúdos expressos pela oração matriz e encaixada. A sentença em (77c) está completamente dessentencializada, haja vista que não é possível identificar duas orações, mas apenas um único núcleo verbal em virtude da nominalização da oração encaixada.

As construções apresentadas em (77) demonstram que uma consequência da dessentencialização de orações é a transformação de estruturas bioracionais em mono-oracionais. Ressalte-se que, conforme mostra (77c), os eventos estão tão integrados do ponto de vista semântico que os eventos *a chegada de Maria* e *João viu* ocorrem ao mesmo tempo, o que se reflete na codificação linguística desses eventos sob a forma de construções completamente dessentencializadas.

Cada um dos seis parâmetros apresentados é reunido por Lehmann (1988) em um único *continuum* que se estende em dois extremos: um polo de máxima *elaboração* e outro de máxima *compressão* (ou condensação) de informação lexical e gramatical, tal como ilustra o quadro seguinte, apresentado pelo autor.



	Gramaticalização do verbo principal		
fraca	<----->		forte
verbo lexical			afixo gramatical
	Entrelaçamento		
fraco	<----->		forte
orações de disjunção			orações de sobreposição
	Explicitude da articulação		
máxima	<----->		mínima
síndese			assíndese

**Quadro 3:** *Continua* de articulação de orações  
 Fonte: Lehmann (1988, p. 217)

Esses *continua*, de acordo com o autor, oferecem uma tipologia da integração de cláusulas. Neles estão representados dois extremos que correspondem a diferentes tipos de combinação de sentenças. De um lado, tem-se a combinação em que há duas sentenças independentes e sintaticamente iguais ligadas por um conectivo explícito, representando um grau máximo de entrelaçamento. De outro lado, há apenas uma sentença que contém um predicado reduzido, que está encaixado na oração principal em um nível sintático baixo, fortemente nominalizado e integrado ao predicado principal sem nenhum conectivo explícito.

Entre esses dois extremos, existe uma variedade de tipos intermediários, tais como orações correlatas, orações nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, orações adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal, dentre outros. De um modo geral, esses *continua* partem de um polo em que o nível de integração entre as orações é fraco para um polo em que essa integração é mais forte.

Ainda segundo Lehmann (1988, p. 214-215), embora os seis parâmetros mencionados atuem de modo isolado no processo de integração de orações, é possível estabelecer algumas correlações entre eles, que, conforme o autor adverte, devem ser vistas como tendências e não “leis”. Dentre as correlações discutidas pelo autor, interessam a este trabalho as seguintes:

- (i) A forte GR do verbo principal pressupõe uma dessentencialização avançada ou um forte grau de entrelaçamento entre as orações. Isso ocorre porque essa GR pode transformar o verbo principal em um operador gramatical da sentença subordinada, reduzindo o escopo sintático desse verbo (cf. (78)); ou ainda causar a dessentencialização da sentença subordinada ou o entrelaçamento de sentenças (cf. 79b).
- (ii) O entrelaçamento de orações resultante da operação de alçamento de constituintes pressupõe rebaixamento hierárquico e, conseqüentemente, integração da oração subordinada. Isso se dá pelo fato de a operação de alçamento ser controlada pela oração principal, o que significa que a oração subordinada é governada pela principal (cf. (79c)).
- (iii) O entrelaçamento de orações ocasionado pelo controle do sujeito da sentença subordinada sobre a realização do evento nela expresso leva à dessentencialização da sentença subordinada, já que esse controle do sujeito favorece uma construção não-finita, o que pressupõe uma forte dessentencialização (cf. (79b)).

(78) Ela vai sair.

- (79) a. Maria mandou que ele saísse.  
b. Maria mandou ele sair.  
c. Maria mandou-o sair.

- (iv) A falta de explicitude de ligação está relacionada ao controle do sujeito da oração subordinada e ao entrelaçamento das duas orações (cf. (79b)), visto que a relação sintática entre oração matriz e subordinada é determinada por algumas propriedades de ambas as orações. O fato de a subordinada estar ligada à principal por um conectivo explícito determina a relação sintática entre esta e a oração principal. Contudo, se não há um conectivo explícito ligando a oração subordinada à principal, a



relação sintática entre as orações passa a ser determinada apenas pelo verbo da oração principal.

As propostas de Hopper e Traugott (2003) e Lehmann (1988) para a gramaticalização de orações complexas têm oferecido grandes contribuições aos estudos desenvolvidos no Brasil que tematizam o processo de GR e dessentencialização de construções complexas no português. Em geral, porém, o que se observa nesses estudos é uma ênfase no predicado matriz em detrimento do complemento oracional cujo papel é reduzido na caracterização desses predicados.

Conforme assinala Sousa (2007), especialmente nos trabalhos sobre gramaticalização de construções completivas, as propriedades semânticas dessas construções são raramente contempladas. Como será visto na seção seguinte, os estudos sobre a GR do verbo *achar*, geralmente, centralizam as discussões em torno do predicado matriz *achar* sem, contudo, investigar quais propriedades das completivas encaixadas poderiam determinar o grau de GR desse verbo.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido por Sousa (2007) sobre as orações completivas introduzidas pelas conjunções *se* e *que* é uma importante contribuição para a investigação da GR de sentenças completivas no português. Nessa pesquisa, a autora procura analisar o comportamento das orações completivas a partir da correlação das propriedades semântico-funcionais do predicado matriz e do complemento oracional.

A autora explica que o desenvolvimento da conjunção *se* em conjunção integrante não é decorrente da GR da oração condicional em completiva no português. Esse processo, segundo a autora, ocorreu no latim em virtude de uma mudança pela qual a conjunção latina *si* passou não só a introduzir orações condicionais, mas também orações completivas em substituição das extintas partículas interrogativas do latim *-ne*, *nonne*, *num* e *an*. Ainda de

acordo com a autora, em português, essa mudança já está implementada, visto que os mais remotos documentos da língua já apresentam orações condicionais e completivas introduzidas por *se*.

Com base na diferenciação de propriedades semântico-funcionais, dentre elas as propostas por Dik (1997) que propõe a separação entre predicacões, proposições e atos de fala encaixados, a autora investiga, em diferentes sincronias do português, o comportamento das completivas introduzidas por *se* e *que* a fim de determinar em que medida a GR de completivas introduzidas por *se* é diferente da GR de uma completiva introduzida por *que*.

Os resultados encontrados por Sousa (2007) sugerem que há uma estreita correlação entre o tipo de unidade semântico-funcional e o grau de integração do complemento oracional. Assim, quanto mais baixo for, na estrutura em camadas da oração, o nível da unidade semântico funcional que a completiva representa, tanto mais alto será o seu grau de integração com a oração matriz e, de modo inverso, quanto mais alto o nível da unidade, menor o grau de integração da completiva.

Logo, conforme assinala a autora, uma oração introduzida por *que* é mais dependente e integrada à oração matriz quando equivale a uma predicacão, isto é, uma entidade de segunda ordem, localizada no tempo e espaço (LYONS, 1977), como mostra (80a). Porém, a oração introduzida por *que* apresenta uma dependência e integração menor quando exerce a função de um ato de fala, compreendido como uma entidade de quarta ordem que, de acordo com Lyons (1977), pode ser localizado tanto no tempo quanto no espaço e avaliado quanto as suas condições de felicidade e eficácia comunicativa, como mostra (80b).

- (80) a. A minha idéia é apresentar-me pela CORTE, e se a pátria de Pernambuco estiver em melhor pé, pelo Recife. Não tenho muita confiança no resultado,mas **quero que a luta seja grande**. (SOUSA, 2007, p. 79)

b. Na casa grande está o Virgílio na parte que foi de papai e na outra **disse-me há dias o Virgílio que entrou um inquilino ocupando só meia casa** e portanto pagando só meio aluguel isto é 10\$000. Logo que apareça um inquilino inteiro ponho fora este meio inquilino. (SOUSA, 2007, p. 70)

Já as completivas introduzidas por *se* também apresentam graus de dependência e integração menores quando funcionam como atos de fala, conforme se verifica em (81a). Por outro lado, essas construções exibem graus elevados de dependência e integração quando equivalem a proposições, entidades de terceira ordem que são avaliadas em termos de sua verdade, como se observa em (81b).

(81) a. Eu tenho um meio extraordinário  
Que pode evitar tamanho desgosto:  
No momento em que o S' or Vigário  
**Perguntar se caso por gosto,**  
Em vez de “sim”, eu direi “não”! (SOUSA, 2007, p. 73)

b. Nunca me conformei com a lei do nascimento. ... Isto de pátria devia ser coisa de adaptar-se ao 0 anos depois de experimentar várias, não acha? Do contrário é cada bucha... junto uma carta ao Lalau, que me farás chegar pois **não sei se mudou de casa.** (SOUSA, 2007, p. 83)

Por meio da avaliação numérica do grau de integração das completivas introduzidas por *se* e *que*, Sousa (2007) conclui que as completivas com *se* tendem a se comportar como construções menos integradas à oração matriz do que as completivas com *que*. Nas palavras da autora “esse comportamento indica, pois, que, de um modo geral, uma oração completiva introduzida por *se* tem potencial de integração menor do que uma iniciada pela conjunção *que*.” (SOUSA, 2007, p. 131)

A autora demonstra ainda que uma oração completiva introduzida por *se* não pode integrar-se a uma matriz tornando-se um constituinte dela em virtude da restrição imposta

pela natureza hipotética dessa oração, já que ela nunca representa uma realidade e sim um fato possível. Desse modo, a GR e dessentencialização da completiva com *se* não se dá por meio da perda de traços de sua finitude, reduzindo-se a um constituinte não-oracional inserido na matriz, como ocorre com a completiva com *que*, pois a integração máxima de uma completiva com *se* ocorre quando a conjunção integrante é incorporada à oração matriz.

De acordo com Sousa (2007), o grau elevado de integração da completiva introduzida por *se* ocorre quando a conjunção é reanalisada como parte do predicado matriz formando marcadores gramaticais, como se verifica para os casos de *para ver se* (cf (82)), que indica a intenção com que um sujeito realiza uma ação; *veja se/vê se* (cf. (83)), marcador pragmático que tem a função de atenuar a força impositiva de um ato de fala imperativo; e *quem sabe se* (cf. (84)), indicador de modalidade dubidativa e com valor próximo ao advérbio *talvez*.

- (82) DONA RITOCA: Vim até cá **para ver se não havia cartas à minha espera**. DONA EUDÓXIA Bem sabe que, quando há, sempre lhe mando levar. Não precisava incomodar-se. (SOUSA, 2007, p. 150)
- (83) Quando fores a S. Paulo **vê se paga o imposto do capital do nosso negócio**: pedirás para isso dinheiro à Rua dos Gustrões, 31, nossa filial. (SOUSA, 2007, p. 151)
- (84) O PESCADOR: ...Há muito que não sei dele. Então, como estava me dando saudade, pedi ao Anfilóquio para escrever uma carta. JOAQUIM AGUACEIRO: **Quem sabe se ele não anda doente?**O PESCADOR: A última vez que tive notícias, ele estava bem forte e saudável. (SOUSA, 2007, p. 152)

Como se procurou mostrar, o trabalho de Sousa (2007) apresenta contribuições de grande importância para a investigação das completivas no português, haja vista que confere uma atenção maior à oração encaixada e propõe uma análise que correlaciona as propriedades

semânticas da oração matriz e da completiva para a determinação dos graus de integração entre as orações.

Outro aspecto relevante revelado pela pesquisa está na conclusão de que nem sempre a máxima integração e GR de uma completiva se dá por meio da redução de seu verbo a uma entidade nominalizada. Conforme foi exposto, as orações completivas introduzidas por *se* exibem maior integração quando a conjunção forma com o verbo da oração matriz um marcador gramatical.

Ainda segundo a autora, a impossibilidade da oração completiva com *se* reduzir-se a um constituinte não-oracional da oração matriz é uma restrição imposta não apenas pelo significado do verbo matriz, como enfatiza grande parte das abordagens sobre o assunto, mas também pelos significados do complemento oracional que igualmente interferem no grau de integração sintática e, conseqüentemente, na GR das orações completivas.

Na seção seguinte, serão apresentados alguns trabalhos que tematizam a GR e dessentencialização de completivas nas quais figura, como predicado matriz, o verbo *achar* e que equivalem, assim, às construções que constituem foco desta pesquisa.

### **2.3.1 Estudos sobre a gramaticalização de construções com o verbo *achar***

Nesta seção, serão arrolados alguns dos principais trabalhos desenvolvidos sobre o verbo *achar* no PB a partir da perspectiva teórica do funcionalismo americano, a fim de determinar em que medida esses estudos, ao tratarem da GR do verbo *achar*, relacionam esse processo ao tipo de integração estabelecida entre esse verbo e seus complementos oracionais.

Em vista desse objetivo, os trabalhos de Cezario (2001) e Votre (2004) constituem importantes referências, já que suas pesquisas focalizam o processo de GR do verbo *achar* em cláusulas completivas. Os estudos de Galvão (1999), Gonçalves (2003) e Freitag (2003),

apesar de tratarem apenas da GR do item lexical *achar*, também interessam a esta pesquisa, pois reconhecem, dentre as diferentes acepções<sup>15</sup> assumidas por esse verbo em sua trajetória de GR, um uso mais gramatical como modal epistêmico, valor que esse verbo assume nas construções aqui em estudo.

### 2.3.2. O verbo *achar* como um modal-epistêmico

A pesquisa desenvolvida por Galvão (1999), que analisou os *corpora* NURC, RONDON, uma amostra de dados escritos da UNESP/Ar e outra amostra organizada por Fernando Tarallo (1991), investigou a escala de mudança percorrida pelo item lexical *achar* de verbo pleno em direção a uma função mais gramatical em que este verbo figura como um elemento modalizador epistêmico.

Nesse estudo, a autora constatou quatro tipos de *achar* originados da mesma forma fonte (*achar, encontrar*) que desempenham as funções de:

- (i) *Achar I*: verbo pleno cujo sentido é “descobrir”, “encontrar”, “procurar”. Esse tipo de *achar* seleciona dois argumentos: um argumento externo, sujeito agente, que exerce uma atividade de *procurar, tentar achar, descobrir*, e um argumento interno, complemento. Exemplo do emprego desse primeiro tipo de *achar* é apresentado abaixo:

---

<sup>15</sup> Na literatura, a depender do contexto de ocorrência, o predicado *achar* recebe classificações semânticas diferentes, tais como *predicado de opinião, predicado de atitude proposicional, predicado de modalidade, predicado de atitude epistêmica, predicado evidencial* etc. (GALVÃO, 1999, GONÇALVES, 2003, 2006, GONÇALVES; SOUSA E GALVÃO 2008, NEVES, 2000). Conforme se verá na seção 2.3.2, no presente trabalho, utilizaremos a nomenclatura proposta por Galvão (1999) que classifica o *achar* como predicado de modalidade epistêmica em contextos nos quais esse predicado seleciona um argumento interno (SN) predicado por um qualificador (SAdj).

a. *acha* o café pra mim, *acha* o açúcar (GALVÃO, 1999, p. 73)

(ii) *Achar 2 (apreciação)*: verbo pleno performativo-modalizador com o significado de “opinar”. Esse verbo seleciona dois argumentos, um sujeito e um complemento oracional; exige um traço avaliativo no predicativo do sujeito, seja este expresso por um adjetivo ou um núcleo substantivo modificado; e está relacionado à apreciação do sujeito acerca do objeto que é predicado, o que demanda uma experiência com esse objeto. Esse tipo de *achar* é considerado um verbo performativo porque se apresenta como a própria ação que o seu sentido caracteriza. Exemplo do *achar 2 (apreciação)* pode ser observado a seguir:

b. *Acho* que a economia é mais forte do que a lei... (GALVÃO, 1999, p. 76)

(iii) *Achar 2'*: verbo pleno performativo-modalizador também com o significado de “opinar” é um desdobramento do *achar 2 (apreciação)* em virtude da possibilidade de redução da oração completiva. Esse verbo apresenta as características de verbo pleno que seleciona um argumento interno (SN) sempre predicado por um qualificador (SAdj). O adjetivo pode ser predicativo de uma oração copulativa encaixada reduzida (cf. (c)) e, quando o verbo de ligação é cancelado, o adjetivo é deslocado para antes do SN (cf. (d)).

c. eu *acho* a vida da gente muito curta.

d. eu *acho* ruim fazê cumida separado. (GALVÃO, 1999, p. 81)

(iv) *Achar 3 (palpite)*: verbo modalizador epistêmico com o sentido de “supor”. Esse tipo de *achar* é um verbo proposicional cuja função é indicar a atitude de um sujeito em relação a uma proposição. O *achar 3 (palpite)* é utilizado, em oposição ao *achar 2 (apreciação)*, quando o falante não tem certeza absoluta da verdade do que diz, servindo para atenuar o grau de compromisso do falante com a verdade do que está sendo afirmado. Exemplo desse tipo de *achar* é ilustrado abaixo:

e. ... não sei mas *acho* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo.  
(GALVÃO, 1999, p. 86)

(v) *Achar 4*: verbo parentético-epistêmico que tem função semelhante a dos advérbios modalizadores quase asseverativos<sup>16</sup> como *talvez* e *provavelmente*. Galvão classifica nesse tipo as realizações de *achar* que aparecem fora de uma estrutura sentencial. Esse elemento também desempenha um função modalizadora porque serve para indicar a incerteza do falante em relação ao que está sendo dito. O *achar 4* não seleciona argumento interno e tem grande mobilidade na cadeia sintagmática, aparecendo anteposto, posposto ou interposto na sentença, como se verifica, respectivamente, nos exemplos seguintes:

f. ... depois hou um hiato grande... com más produções... e agora eu...*acho* éh éh  
estamos vendo... a tentativa de um cinema... mais expressivo do que seja... do  
Brasil.

---

<sup>16</sup> Segundo Galvão (1999, p. 93), Castilho & Castilho (1996) definem os *modalizadores quase asseverativos* como aqueles que indicam que o falante considera o conteúdo da sua afirmação como quase certo, muito próximo da verdade, e, por isso, não assume a responsabilidade sobre a falsidade ou verdade desse conteúdo.



g. (Em relação a você) até que eu compro bastante coisa, eu *acho*

h. Tristeza, *acho*, sei lá.

(GALVÃO, 1999, p. 92 e 94)

Segundo a autora, considerando a ordem de entrada de cada tipo de *achar* no sistema linguístico do português, a GR desse item pode ser representada pelo seguinte *continuum*:

(85) **achar 1 > achar 2 (apreciação) > achar 2' > achar 3 (palpite) > achar 4**

(GALVÃO, 1999, p. 146)

Como sugere o *continuum* acima apresentado, a GR sofrida pelo verbo *achar* não ocorreu de maneira abrupta, mas por meio de transições graduais. Galvão (1999) explica que as propriedades dos diferentes tipos de *achar* indicam que as mudanças apontam para o domínio da modalidade, uma vez que um item lexical, [+ concreto], localizado à esquerda do *continuum* (*achar 1*, encontrar, descobrir), foi manipulado para expressar significados modalizadores, [+ abstratos], situados mais à direita do *continuum*, sugerindo uma trajetória que vai da certeza à incerteza.

Esse percurso, de acordo com a autora, revela a atuação do mecanismo da metáfora, na medida em que o significado de “encontro”, sentido mais concreto do *achar 1*, cuja origem latina é *afflare* (*soprar, cheirar, encontrar a caça pelo cheiro*), é estendido para domínios mais abstratos, em que as *ideias, opiniões e julgamentos* são vistos como objetos. Nesse sentido, a certeza ou incerteza do encontro do objeto se reflete no comprometimento do falante ou no seu não-comprometimento com a verdade da informação.

Dentre as diferentes funções de *achar* elencadas pela autora, interessa mais diretamente a este trabalho a função exercida pelo *achar 2'*, pois, com essa função, *achar*

apresenta um comportamento sintático semelhante ao observado nas PNVRA em estudo, pois seleciona um argumento interno (um sintagma nominal) que é predicado por um adjetivo que pode ser predicativo de uma oração copulativa encaixada, tal como no exemplo a seguir, extraído de Galvão (1999).

(86) eu *acho* a vida da gente muito curta. (Rondon, M, 32 a, 2)

Conforme Galvão analisa, o *achar 2'* é utilizado pelo falante quando este demonstra experiência direta com a situação enunciada na predicação encaixada, assumindo um valor apreciativo e, ao mesmo tempo, modalizador, já que marca a subjetividade do falante em relação ao objeto de sua apreciação. Conforme explica a autora, o falante, ao se utilizar desse tipo de *achar*, indica para o seu interlocutor que está se comprometendo com a verdade de sua afirmação.

Pautada nos trabalhos de Vogt e Fogueira (1989) e de Neves (1996) acerca dos modalizadores no PB, Galvão (1999) sustenta que o *achar 2'* (*apreciação*) está em um estágio intermediário entre verbo pleno performativo e o modalizador, não tendo, portanto, um caráter modalizador em sua totalidade. O falante, ao utilizar esse tipo de *achar*, apoia a sua crença na evidência, isto é, na experiência, e por esse motivo *achar 2* é considerado um verbo performativo, pois é como se o falante dissesse “afirmo com base na minha própria experiência que...”. A autora assinala ainda que, por se tratar de um tipo de sentença afirmativa, esse tipo de *achar* pode ser expresso em qualquer pessoa e tempo. No entanto, a 1ª pessoa é mais frequente, embora não seja um uso exclusivo do *achar 2* (*apreciação*).

Essa análise do *achar 2'* feita por Galvão (1999), apesar de focalizar apenas o verbo *achar* sem levar em consideração o tipo de integração entre esse verbo e a cláusula completiva, dá pistas importantes para a relação estabelecida entre predicado matriz e a

predicação encaixada, especialmente, quando propõe que esse tipo de *achar* denota um grau maior de certeza que está pautada na experiência do falante com a situação enunciada. Conforme se verá no capítulo referente às análises realizadas nesta pesquisa, esse será um aspecto relevante para a distinção entre predicacões não-verbais desenvolvidas e reduzidas.

O trabalho de Gonçalves (2003) também traz contribuições à presente pesquisa. Em sua investigação acerca da GR do verbo *parecer* na história do PB, o autor também analisou o desenvolvimento das formas verbais *achar* e *crer* a fim de estabelecer uma comparação entre a trajetória dessas formas com a percorrida pelo verbo *parecer*. Para atingir esse objetivo, o autor procedeu a uma análise de dados históricos e dados do PB contemporâneo.

Dentre os resultados obtidos pelo autor, destaca-se uma proximidade entre o quadro evolutivo do verbo *parecer* e o dos verbos *achar* e *crer* em direção à função de modalizador epistêmico, na medida em que permitem, desde muito cedo, encaixamento de proposição sobre a qual o falante expressa sua apreciação com base no conhecimento que tem acerca da verdade da informação veiculada, o que também sinaliza atitudes subjetivas do falante. A expressão da subjetividade por meio do emprego desses verbos na função epistêmica é constatada por Gonçalves (2003), sobretudo, no aumento da frequência da marca morfológica de 1ª pessoa ao longo da história e ao conseqüente decréscimo do uso da 3ª pessoa.

O autor assinala ainda que, nesse processo de subjetivação, associado ao aumento da frequência da 1ª pessoa com o verbo *achar* está o aumento da expressão do tempo presente, o que é explicado pela fundamentação da expressão das atitudes e crenças do falante, isto é, a qualificação de uma proposição pelo falante (1ª pessoa) é simultânea ao momento da enunciação em que o ato de fala é produzido. O autor reconhece no aumento da frequência desse contexto de uso mudanças que apontam para um processo de subjetivização, em que as atitudes e crenças do falante são codificadas linguisticamente a partir do mundo comunicativo. Esse processo da subjetivização tem grande relevo no estudo empreendido por

Gonçalves (2003), uma vez que o autor considera esse processo como importante para a mudança semântica de *achar*, especialmente, porque, ao instaurar meios para a expressão da subjetividade, o verbo passa a indicar modalidade e evidencialidade, estratégias que promovem o (des)comprometimento do falante em relação a um conteúdo proposicional.

O estudo de Gonçalves (2003), ao se concentrar na investigação da mudança diacrônica sofrida pelos itens parecer, *achar e crer*, também é de grande valia para o presente trabalho, visto que, de um modo geral, verifica-se a ocorrência de PNVRA com grande frequência na 1ª pessoa do singular e no tempo presente, o que corrobora as afirmações do autor na medida em que, com o verbo *achar*, esse contexto de uso favorece a expressão das atitudes e julgamentos do falante sobre o que está sendo dito.

O trabalho de Freitag (2003), por sua vez, investiga a GR da forma *acho (que)* sob um viés sincrônico a partir de dados de fala do PB contemporâneo. A autora verifica uma trajetória de mudança em que essa forma passa de *marcador de opinião* a *marcador de dívida*. Observem-se os exemplos abaixo fornecidos pela autora:

(87) Eu tinha que explicar melhor, não era tão, assim, como agora a mãe já libera mais ele, tal. Não sei se é porque tem outros dois mais- mais velhos, tal, né? Mas ACHO QUE é mais liberado do que antes, né? nesse aspecto. Mas eu saía mais tranqüilo do que ele.

(88) Sempre pa- passei direto, nunca fiquei em recuperação. Já no segundo grau, eu fiquei em recuperação os três anos em Física, e, no terceiro ano, EU ACHO e também fiquei em Matemática.

(FREITAG, 2003, p. 115)

Em (87), a forma *acho* tem a função de um *marcador de opinião*, pois o falante, ao afirmar que hoje há uma liberdade maior que antigamente, indica que se trata de sua opinião. Já em (88), essa forma exerce a função de um *marcador de dívida* porque indica a incerteza do falante em relação ao ano em que ficou em exame de recuperação.

De acordo com a autora, esse percurso está relacionado à posição sintática ocupada por *acho*, existindo, portanto, uma correlação entre forma e função desse verbo. Assim, considerando a trajetória de GR proposta pela autora, quando exerce a função de marcador de opinião, a forma *acho* ocupa a posição inicial da sentença (cf. (87)) passando então a posições intermediárias (como, por exemplo, após adjunto adverbial deslocado (cf. (89)), quando desempenha a função de marcador de dúvida. Segundo a autora, a posição final (cf. (88)) é o ambiente mais favorável para que essa forma ocorra sem o complementizador na função de marcador de dúvida.

- (89) Tem primos que são burros pra caramba, pô! Um tem dezesseis anos, está no primário, outro ainda dá pra levar, tem quinze anos está na sétima. Eu acho que o único que não rodou fui eu ainda. Na família toda eu ACHO QUE o único que não rodou fui eu, não fui eu. (FREITAG, 2003, p. 120)

A autora explica que a forma *acho* adquire maior mobilidade sintática quando desempenha a função discursiva de marcador de dúvida, como mostra o exemplo em (88), em que o uso dessa forma pelo informante marca a sua incerteza quanto ao fato de ser o único da sua família que foi reprovado na escola.

O trabalho de Freitag (2003), como pode ser notado, também focaliza o processo de GR da forma *acho*, argumentando que a trajetória percorrida por essa forma pressupõe a passagem de marcador de opinião a marcador de dúvida. Quando *acho* desempenha a função discursiva de marcador de opinião, observa-se uma semelhança com o comportamento que tem esse verbo nas PNVRA, visto que, ao empregar essa forma nas construções aqui em estudo, o falante marca a sua opinião em relação ao fato avaliado.

Conforme se constata a partir dos estudos apresentados, a investigação da trajetória de GR empreendida pelo verbo *achar* não focaliza o tipo de cláusula que se integra a esse verbo e sua relação com os diferentes estágios de sua GR. No entanto, esses trabalhos contribuem com a presente pesquisa na medida em que oferecem subsídios para tratar o tipo de *achar* em

que se encaixam as PNVRA como um modalizador-epistêmico, pois, como se verá no capítulo IV, nessas construções, esse verbo marca uma atitude e opinião do falante acerca da proposição encaixada.

Além disso, esses estudos, ao tratarem das diferentes funções assumidas pelo verbo *achar* e a estrutura sintática em que aparece, levantam algumas pistas sobre a relação entre o tipo de integração estabelecida entre a cláusula completiva e esse verbo, foco dos estudos desenvolvidos por Cezario (2001) e Votre (2004), que são detalhados na seção seguinte.

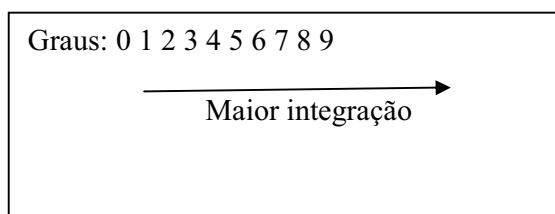
### **2.3.3 Gramaticalização do verbo *achar* e a integração de cláusulas completivas**

Em sua tese de doutorado, Cezario (2001) verificou os estágios de GR de construções com os verbos *achar*, *ver*, *saber*, *mandar*, *querer* e *deixar* complementados por oração. A autora dividiu os itens analisados em dois grupos distintos: *achar*, *ver* e *saber* foram incluídos na categoria dos verbos de sentido cognitivo, ao passo que *mandar*, *querer* e *deixar*, na classe dos verbos volitivos. Além de investigar o grau de integração de cláusulas com esses verbos, a autora analisa também quais os usos em que esses verbos estariam em estágio inicial de GR, em que figurariam como verbos plenos, e quais usos revelariam estágios mais avançados, nos quais esses verbos apresentariam traços de auxiliar. Interessa à presente pesquisa a discussão dos resultados obtidos pela autora para o verbo *achar*.

Conforme explica Cezario, a investigação desses verbos pautou-se na hipótese de que o domínio da complementação verbal envolve diferentes graus de integração entre a cláusula principal e a subordinada, podendo atingir um estágio de língua em que a distinção entre verbo transitivo e auxiliar seja difícil em razão da forte integração entre as orações combinadas. Ainda segundo a autora, subjaz a esse processo o Princípio Universal da Iconicidade, de acordo com o qual a codificação morfossintática é determinada por fatores

semânticos, pragmáticos e cognitivos. A atuação desse princípio é observada na integração de cláusulas que antes codificavam dois eventos e passam a codificar apenas um, reduzindo-se de estruturas bioracionais a mono-oracionais (GIVÓN, 1990; LEHMANN, 1988).

Para a análise dos diferentes graus de GR dos verbos cognitivos e volitivos, a autora utilizou uma escala numérica de pontos (de 0 a 9) que reflete, da esquerda para a direita, o aumento da integração entre matriz e encaixada, como pode ser verificado no quadro abaixo apresentado pela autora:



**Quadro 4:** Direção da integração de cláusulas  
Fonte: CEZARIO (2001, p. 98)

Os fatores analisados por Cezario (2001), em cuja aplicação/não-aplicação a autora fundamenta a elaboração da escala, são os seguintes: modo da cláusula subordinada; tempo do verbo da subordinada em relação ao tempo do verbo da principal; presença ou ausência do sujeito na oração subordinada; sujeito animado ou inanimado na subordinada; controle; implicação causatividade; sujeito idêntico ou sujeito diferente; sujeito individuado ou não-individuado; e inserção de material fônico.

Na investigação do verbo *achar*, a autora optou por distinguir os sentidos mais gerais desse verbo, tais como: (i) incerteza (cf. (90)), (ii) opinião, julgamento, preferência (cf. (91)) e (iii) parentético epistêmico (equivalente ao advérbio *talvez*) (cf. (92)). O sentido de opinião foi dividido em (a) opinião propriamente dita e (b) sugestão ou conselho (cf. 93)). Nesse último tipo, a autora não considerou apenas o item lexical *achar* com o sentido de sugestão, mas toda

a construção formada por esse verbo e seu complemento que sempre apresenta os verbos *dever, poder* ou *ter de/que*.

- (90) Quando aconteceu esse acidente eu *acho* que eu tinha um ano eu tava no parque.
- (91) um ... e um::... um garoto dentro de uma casa sozinhos... nove e meia da noite... não sei qual foi a reação dele... que... ele ficou::... ficou irado... não sabe? ficou brabo... e começou a discutir... com a filha... a filha... *achando* que a coisa era mais nor/ a coisa mais normal do mundo...
- (92) mas São Paulo foi que eu vi o sol nascer eu *acho*
- (93) isso... como mesmo pra um desafio... pro aluno ir e provar pra ele... “olha... eu venci... entendeste?” então... é uma coisa assim... isso aí eu *acho* que ele... ele... deve continuar fazendo... porque a pessoa que entra/ ele faz isso com todo mundo...

(CEZARIO, 2001, p. 110-111)

A análise dos dados feita por Cezario (2001) mostrou que, dentre os verbos investigados, o verbo *achar* comporta-se como um dos mais independentes, uma vez que a cláusula completiva encaixada nesse verbo apresenta um grau fraco de integração em virtude dos aspectos pragmáticos e semânticos associados aos seus usos. De acordo com a autora, esse verbo, de um modo geral, apresenta uma proposição cujo evento ocorre independentemente da vontade do sujeito. Além disso, as cláusulas com *achar* estão na primeira pessoa do sujeito referindo-se ao falante. Nas palavras da autora:

A fraquíssima integração da subordinada com a principal leva a uma riqueza de usos estruturais, uma vez que as restrições gramaticais são pequenas. Dos verbos transitivos estudados *achar* é o menos gramaticalizado, porque seus diferentes usos são ainda imprevisíveis se comparados com a rotinização causada pela gramaticalização de verbos como *querer*. (CEZARIO, 2001, p. 113)



Com relação às diferentes acepções do verbo *achar*, Cezario (2001) verificou que o sentido mais comum é o de opinião, em que o informante apresenta um argumento para uma tese. Relativamente à pessoa gramatical, a autora averiguou que todos os sentidos desse verbo concentram um número muito alto de dados na 1ª pessoa, já que o falante usa esse verbo para modalizar a informação a fim de reduzir o grau de seu comprometimento com o que expressa.

Já no que se refere aos graus de integração, a autora constatou que os dados com esse verbo distribuem-se apenas nos cinco primeiros graus da escala proposta, com grande concentração nos graus 3, 2, 1 e 4. Esse resultado, segundo a autora, revela que o verbo *achar* tem uma fraca integração com a cláusula completiva, o que leva à conclusão de que esse verbo comporta-se como um verbo pleno. Ainda acerca dos graus de integração, a autora assinala que o sentido de opinião apresenta o maior número de dados com os graus 3 e 4, o que caracteriza esse uso como o mais integrado em relação aos demais usos desse verbo. Tal resultado tem grande importância para o presente trabalho, pois é um indício de que, em cláusulas em que o verbo *achar* tem o sentido de opinião, haja uma tendência de maior integração entre os conteúdos da matriz e encaixada.

Outro resultado obtido pelo estudo de Cezario a respeito do verbo *achar* foi que o tipo de texto se revelou um fator importante no comportamento desse verbo, na medida em que, conforme esperado pela autora, os dados de *achar* se concentram nos relatos de opinião, nos quais o verbo codifica a modalidade epistêmica que expressa conhecimento, opinião e crença. Dadas as características desse tipo de texto, o sentido mais encontrado foi o de opinião. O segundo tipo de texto que favorece esse verbo foi a narrativa experiencial, em que os sentidos de opinião e incerteza apresentam a mesma distribuição. Segundo a autora, o relato de procedimento e as narrativas recontadas também favorecem o sentido de opinião.

De acordo com Cezario (2001, p 124), a alta frequência do verbo *achar* nos relatos de opinião está relacionada à estratégia de polidez utilizada pelo falante para expressar suas teses, de modo a deixar claro que o conteúdo da subordinada não está sendo expresso como fato, mas sim como uma opinião ou incerteza do falante. Conforme constata a autora, o uso desse verbo faz parte dos recursos que os falantes, principalmente adultos, adotam para preservar sua imagem e manterem uma boa relação com os interlocutores.

Esses resultados obtidos por Cezario (2001), apesar de focalizarem a presença do verbo *achar* com sentido de opinião nos diferentes tipos textuais sem, contudo, tratar do tipo de oração encaixada, convergem com os dados de PNVRA. Conforme se verá no capítulo IV referente às análises dos dados desta pesquisa, esse tipo de construção é mais frequente nos relatos de opinião, seguido das narrativas de experiência pessoal, narrativas recontadas e descrições. Verifica-se, portanto, que a alta frequência do verbo *achar* com o significado de opinião em textos opinativos favorece, inclusive, construções como as PNVRA.

Por fim, Cezario (2001) conclui que as construções com verbos cognitivos (*achar, ver e saber*) são menos integradas do que as construções com verbos volitivos (*mandar, querer e deixar*). A partir do princípio da Iconicidade e do subprincípio da Proximidade, a autora verificou que os conteúdos das cláusulas subordinadas dos verbos cognitivos estão mais distantes conceptualmente do conteúdo expresso nas cláusulas principais. Além disso, contribui para essa constatação o fato de os complementos clausais expressarem opiniões, incertezas, interpretações, e os referentes sujeitos dos verbos cognitivos não poderem, assim, manipular os referentes sujeitos das cláusulas completivas.

Com base nos resultados alcançados, a autora assinala que a investigação dos verbos cognitivos e volitivos não permitiu comprovar a hipótese da unidirecionalidade da mudança sintática, que pressupõe a passagem de uma menor integração para maior integração, porque cada item verbal apresenta uma história diferente. Conforme explica a autora, em alguns itens,

como o verbo *mandar*, verifica-se uma maior integração ao longo da história do português ao passo que em outros, como o verbo *achar*, ocorreu um aumento de estruturas menos integradas. Assim, a autora postula em sua tese

[...] que cada sentido tem a sua história no que se refere à integração com a subordinada. Em outras palavras, o uso fonte pode gerar usos que vão se tornar mais integrados e pode gerar outros que se manterão menos integrados à completiva. Há evidências de que alguns verbos ganharam sentidos mais abstratos e diferentes estruturas ao longo da história do português (como o verbo *achar* e *deixar*) e outros se mantiveram com os mesmos sentidos (como o verbos *ver*) e as mesmas estruturas (como o verbo *querer*). (CEZARIO, 2001, p. 199 - 200)

Conclusão semelhante é obtida por Votre (2004) acerca do verbo *achar* em pesquisa desenvolvida sobre o processo de GR na complementação verbal com verbos proposicionais (*pensar, achar, saber*), manipulativos (*gostar, deixar, mandar, obrigar, forçar*) e efetivos (*começar, continuar, terminar*).

Segundo o autor, os sentidos mais frequentes do verbo *achar* estão em uma situação de polissemia que não implica GR, já que não houve passagem de verbo pleno a auxiliar, ou de verbo a outra classe mais gramatical, com exceção da expressão *eu acho* quando esta tem o comportamento de um parentético epistêmico.

Conforme afirma Votre (2004), a análise dos diferentes graus de integração das cláusulas subordinadas ao verbo *achar* pressupõe que o processo de subordinação é iconicamente motivado de maneira que as cláusulas refletem, em graus de integração sintática, o tipo de integração verificada entre os seus conteúdos semânticos. Assim, com base no princípio da Iconicidade e o subprincípio da Adjacência, cláusulas mais integradas refletem maior integração no plano conceptual, ao passo que cláusulas menos integradas refletem menor integração.

O autor classifica o verbo *achar* em três diferentes tipos: (i) proposicional de incerteza epistêmica (cf. (94)); proposicional de percepção (cf. (95)); e emotivo de sugestão (cf. (96)).

(94) “...*acho* que ele era nadador... profissional...”

(95) “*acho* que... essa seleção não está boa... apesar de... ter sido... classificada pra final...”

(96) “eu *acho* que as pessoas deveriam contribuir... né?”

Dentre os resultados apresentados pelo autor, destacam-se aqui aqueles que interessam mais diretamente ao presente trabalho. Com relação ao subgênero, Votre (2004) constatou que há uma maior frequência do verbo *achar* nos relatos de opinião, uma vez que, nesse tipo de texto, o informante manifesta sua opinião acerca de um determinado tema. O autor assinala que esse resultado comprova a hipótese de que a expressão epistêmica *eu acho* confere, às cláusulas de verbo *achar* com complemento oracional, um grau de incerteza e atenuação da opinião do falante.

Assim como Cezario (2001), o autor também não relaciona a frequência do verbo *achar* com o tipo de completiva encaixada, porém, como será mostrado no capítulo IV deste trabalho, a alta frequência desse verbo em textos em que o falante tem de opinar e argumentar parece favorecer construções com as PNVRA.

Por meio da investigação de dados do português arcaico e contemporâneo, Votre (2004) verificou que há um processo de abstratização crescente dos diferentes sentidos do verbo *achar* com complemento oracional por meio da atuação da metáfora. Assim, de uma frequência maior do sentido de percepção epistêmica no português arcaico, esse verbo passa a exibir uma maior frequência com o sentido de incerteza epistêmica no português

contemporâneo, e ainda adquire dois novos sentidos, o emotivo de sugestão (cf. (96)) e o parentético epistêmico (cf. (97)).

(97) “... aí eu estava no colégio... era... aula de ciências... *eu acho* (VOTRE, 2004, p. 32 e 35)

Entretanto, conforme já mencionado anteriormente, para Votre (2004), os sentidos mais frequentes do verbo *achar* estão em uma situação de polissemia que não implica GR, processo este que só ocorre com a expressão epistêmica *eu acho* com a função de parentético epistêmico. Segundo o autor, o comportamento do verbo *achar* como parentético epistêmico retrata um fenômeno de GR na medida em que um elemento nuclear é reanalisado como um elemento satélite. Ao sofrer ressemantização, a expressão *eu acho* perde significação lexical de sua forma verbal e ganha significação gramatical.

O estudo empreendido por Votre (2004) aborda a gramaticalização de completivas encaixadas no verbo *achar*, porém não deixa claro se construções como as PNVRA podem ser consideradas casos de GR. Como pode ser visto, o autor propõe principalmente que há um processo de abstratização crescente desse verbo que resulta em uma polissemia dinâmica que não configura GR, com exceção do emprego do verbo *achar* como parentético epistêmico.

Em vista dos trabalhos ora apresentados, verifica-se que a investigação da GR do verbo *achar* com complemento oracional identifica diferentes graus de integração entre a cláusula principal e a cláusula subordinada que não apontam para uma trajetória de GR no âmbito das orações completivas, pois, conforme se constata nos estudos de Cezario (2001) e Votre (2004), os diversos sentidos desse verbo estão em polissemia. Desse modo, a integração de cláusulas subordinadas ao verbo *achar* não é tão forte quanto a que se observa, por

exemplo, com os verbos *deixar*, *mandar*, *querer*, que podem se reduzir a verbos auxiliares em razão de sua forte integração à cláusula subordinada.

Os estudos supracitados tematizam a gramaticalização de completivas encaixadas no verbo *achar*, mas nenhum deles, dado os propósitos distintos, situa as PNVRA no *continuum* de GR. Também não deixam claro se consideram construções desse tipo como complementos oracionais, isto é, como formas reduzidas de predicções não-verbais plenas em que figurava o complementizador e o verbo cópula. Como se enfatizou na introdução deste trabalho, de um modo geral, as PNVRA não são consideradas como predicções, mas sim como complementos não-oracionais ou, na perspectiva da Gramática Tradicional, como predicados verbo-nominais e, por esse motivo, são, em geral, excluídas de estudos que visam à investigação de complexos oracionais.

Cezario (2001, p. 118), embora mencione o trabalho de Galvão (1999) e os diferentes tipos de *achar* analisados pela autora, considera o *achar 2'*, tipo em que se encaixam estruturas equivalentes a PNVRA, como uma subdivisão do *achar 2* que ocorre com complemento sem verbo com o sentido de apreciação. Em Votre (2004), por outro lado, não há menção à possibilidade de uma predicção não-verbal reduzida ser considerada um complemento oracional mais integrado ao verbo *achar*.

Nesse sentido, a presente pesquisa contribui com os estudos de GR do verbo *achar* em cláusulas completivas na medida em que considera as predicções não-verbais reduzidas como casos de oração que possivelmente revelam um grau de integração maior da subordinada ao predicado matriz *achar* em oposição às predicções não-verbais plenas.

Nos dois capítulos seguintes, apresentam-se, respectivamente, os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa e uma análise descritiva dos resultados alcançados que busca caracterizar as motivações sintáticas, semânticas e pragmáticas das construções em estudo e fornecer evidências sincrônicas da GR dessas construções.

## CAPÍTULO III

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo destina-se à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho. Inicialmente, será feita uma exposição do *corpus* utilizado para a análise das ocorrências de PNVRA, que será seguida pela descrição dos parâmetros analíticos considerados para a investigação das referidas construções.

Tendo em vista a natureza da pesquisa, as ocorrências de PNVRA foram coletadas em contextos reais de língua falada de modo que se optou selecionar, como *corpus* de investigação, amostras de fala do banco de dados Iboruna, organizado pelo Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Esse banco de dados, finalizado em 2007, compõe-se de amostras do português falado em São José do Rio Preto e seis cidades circunvizinhas: Cedral, Bady Bassity, Guapiaçu, Ipiguá, Mirassol e Onda Verde.

Essas amostras resultam de um censo linguístico realizado na região noroeste do estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2006, e foram coletadas para a obtenção de diferentes tipos de textos: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e descrição (DE) (GONÇALVES, 2007).

O banco de dados Iboruna comporta dois tipos de amostras de fala: uma primeira amostra, a Amostra Censo, colhida de acordo com os critérios da Sociolinguística laboviana com controle rigoroso de variáveis sociais (*sexo/gênero, idade e escolaridade*); e uma segunda, a Amostra de Interação, colhida em contextos interacionais livres, ou seja, sem o controle de qualquer variável, e de modo secreto.

Para a coleta dos dados desta pesquisa, foi composta uma subamostra do banco de dados com os inquéritos em que foi possível identificar ocorrências de predicções reduzidas

e desenvolvidas. Essa subamostra incluiu 77 inquéritos da Amostra Censo e apenas um da Amostra de Interação, conforme se verifica no quadro abaixo.

	<b>Subamostra do Banco de dados Iboruna</b>										
<b>Amostra Censo</b>	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011
	012	013	014	015	016	017	018	019	020	021	022
	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033
	034	035	036	037	038	039	040	041	042	043	044
	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055
	056	057	058	059	060	061	062	063	064	065	066
	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077
	078	079	080	081	082	083	084	085	086	087	088
	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099
	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121
	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132
	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143
	144	145	146	147	148	149	150	151	152		
<b>Amostra de Interação</b>	001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011

**Quadro 5:** Subamostra dos inquéritos da amostra censo e de interação do banco de dados Iboruna

A justificativa para a inclusão das predicações desenvolvidas na análise dos dados deve-se à necessidade de averiguar o processo de GR por que tais construções passaram e que, possivelmente, levou à sua dessentencialização, culminando nas PNVRA.

Em um segundo momento, todas as ocorrências encontradas foram submetidas a uma análise quantitativa dos dados por recurso ao programa estatístico Goldvarb, com base nos seguintes parâmetros:

a) **De ordem morfossintática**



(i) **Forma da entidade avaliada**

Neste critério de análise, verifica-se a estrutura morfológica da entidade alvo da avaliação, ou seja, se é um SN pleno (cf. (98) e (99)), um SN pleno com modificadores oracionais (cf. (100) e (101)), um pronome pessoal (cf. (102) e (103)), um pronome indefinido (cf. (104) e (105)) ou um pronome demonstrativo (cf. (106) e (107)).

(98) Inf.: que tá difícil?... porque num consegue entrá(r) uma pessoa honesta lá dentro do Senado pra:::... pra dá(r) paz po:: po Brasil:::... o Brasil **eu acho que é um país muito:: muito rico** em muitas coisas... em matérias-primas (AC - 035, 494, RO)

(99) eu num tenho que(i)xa não... eu gosto de Rio Preto toda vida... eu gostei de Rio Preto... eu morei... em Pindorama onze anos né? que eu me casei fui pra:::... Pindorama... morei onze anos em Pindorama... e aqui eu tô com trinta e trê/ três pra trinta e quatro anos que eu tô moran(d)o aqui... né?... mas eu gosto de Rio Preto... gosto... **eu acho uma cidade muito bo::a...** (AC - 132, 391, RO)

(100) a universidade o docente (nesses caso) tá muito sobrecarregado com cursos novos... éh:::... parte de pesquisa toma muito... tempo é uma parte muito competitiva você tem que tê(r) uma dedicação... éh:::... que às vezes acaba... ((ruído)) fora às vezes daqui pra consegui(r) tê(r) um nível de competitividade científica... no país... né?... então **eu acho que é até explicável o fato de... os docentes por exemplo de uma universidade pública não terem essa iniciativa...** pra... interferi(r) no ensino... fora da universidade... no ensino básico... (AC - 082, 438, RO)

(101) então entra tudo isso... então são:: reuniões que a gente faz então... a pessoa que vai operá(r) pode fazê(r) pergunta pra mim... [Doc.: uhum ((concordando))] como quisé(r)... como que foi? se eu tava ciente das coisa se num tava ciente... se pra mim teve tudo esse curso ou se num teve eles perguntam tudo isso... como eu fui operada logo que surgiu isso pra mim num teve nada disso... eu fui com a cara e a coragem... mas **eu acho muito bom agora essa/ esse negócio de eles fazerem cursinho** essas ham:::... ham:: palestras (AC - 152, 390, RP)

(102) Inf.: ele tá com:: ele vai fazê(r) quatro anos agora em novembro  
Doc.: quatro anos?  
Inf.: quatro anos... então agora ele já tá numa fase bem:::... é assim bem gostosa de... a criança já fica mais auto-suficien::te... né?... e é uma fase assim mais comunicaTI::va né?... então... embora ele ele... eu... **eu acho que ele é bem comunicativo...** (AC - 082, 93, NE)

- (103) Doc.: e:: que/ e na tua escola assim que que::... cê pensa da tua professo::ra? como que ela é?  
 Inf.: ela é bonita tem olho azu::l... ela::... usa unifor::me  
 Doc.: que que cê acha dela? lega::l? cha::ta?  
 Inf.: **eu acho *ela* legal** (AC - 004, 257, RO)
- (104) ele fez catecismo fez prime(i)ra comunhão crismô(u)... qué(r) dizê(r) todos os sacramentos que ele não tinha... ele concretizô(u)... então eu acho que isso é uma prova de amor muito grande porque ele renunciô(u) tudo aquilo que ele tinha conhecido pra ficá(r) comigo... então foi uma coisa MUIto maravilhosa mesmo não me arrependo de nada **acho que foi *tudo* muito bonito...** (AC - 112, 94, NE)
- (105) e no quinto dia... que eu tava com o bebê minha mãe foi trocá(r) ele... porque avó num de(i)xa mãe trocá(r) né? [Doc.: não]... então a minha mãe minha sogra trocan(d)o... e eu num tinha nem reparado... apesá(r) de tê(r) olhado tudo.. **eu achei *tudo* normal...** aí... minha mãe falô(u) V... olha o bracinho do V... aí eu liguei pro médico tudo o médico falô(u) pra eu i(r) lá... fizemo(s) os exame... deu lesão de plexo braquial... (AC - 106, 24, NE)
- (106) Doc.: então você acha que a rel/... que falta um po(u)co de religi[ão:]  
 Inf.: [fal::ta] um po(u)co de religião... falta um:: po(u)co o sentido falo assim família mesmo família... **eu acho que *isso*... é importante** então... porque né? <sup>10</sup>[hoje]  
 [Doc.: claro] cê vê a mãe vai pum lado... o pai vai po o(u)tro (AC - 096, 442, RO)
- (107) (Inf.: olha... hoje e/ eu acho que tá muito liberal o sexo aí FOra... então hoje a mocidade acha que isso é tudo normal... pra eles são normal... isso daí é uma coisa normal... né? uma/ uma/ hoje uma moça engravidá(r)... hoje **ela acha até normal *isso* daí...** antigamente num era mas hoje a mocidade tá achan(d)o isso como uma coisa normal... e isso é ruim (AC - 126, 203, RO)

Por meio do controle do tipo de estrutura morfológica da entidade avaliada nas PNVRA, busca-se investigar em que medida a presença de um SN pleno, um SN com modificadores oracionais ou de pronomes pode constituir fator distintivo para a determinação do grau de GR das construções em estudo.

Assim, a hipótese que norteia esse critério de análise é a de que pronomes, dado seu caráter fortemente referencial, favoreçam, mais do que as outras categorias, construções em que a avaliação é expressa na forma de uma predicação reduzida, no sentido de que quanto mais identificável for uma entidade, menor será a quantidade de material linguístico na

codificação da avaliação, o que se refletiria na maior contiguidade morfossintática das orações matriz e encaixada.

(ii) **Ordem do elemento avaliativo em relação à entidade avaliada**

Por meio desse parâmetro, que considera a ordem do elemento avaliativo em relação à entidade avaliada, verifica-se se o elemento avaliativo está anteposto (cf. (108) e (109)) ou posposto à entidade avaliada (cf. (110) e (111)).

- (108) Inf.: ai acho que num precisa de muita coisa não pra sê(r) feliz viu?  
 Doc.: é  
 Inf.: acho que não... você ten(d)o saúde... você ten(d)o::... fé em Deus... **acho que é muito importante... união na família** [Doc.: aham ((concordando))...] [Doc.: um trabalho] [e um trabalho] né? pra sobrevivê(r) porque sem trabalho você num sobrevive... e eu acho que:: nu/ num precisa de muito dinhe(i)ro não (AC - 108, 382, RO)
- (109) Doc.: e de política assim? que que cê pen::sa? cê acha que é importante (a política)? a política do Lula como que tá sendo?... e de Guapiaçu? ((risos))  
 Inf.: **eu acho muito importante política** poRÉM eu sô(u) totalmente desligado (AC - 083, 369, RO)
- (110) tem a me::sa... os armá::rio a gelade(i)ra assim sabe? é um po(u)co apertado... UM banhe(i)ro SÓ... aí tem a sala a sala é gran::de... **eu acho que ela é um po(u)co grande** (AC - 016, 277, DE)
- (111) então eu sempre tive muita facilidade de conversá(r)... ((tosse)) e nessa conversa com ela... éh::... eu fiquei sabendo de MUIto mais coisa dela do que ELE... conversando com ela... e **eu achei essa história assim fantástica...** (AC - 150, 66, NE)

A partir da verificação da ordem do avaliativo em relação à entidade avaliada, procura-se analisar se a posição do elemento avaliativo pode ser indicativa de uma maior ou

menor integração entre oração matriz e encaixada. Nesse sentido, pressupõe-se que a anteposição do elemento avaliativo seja mais frequente nas predicções reduzidas do que nas desenvolvidas, já que essa posição acarreta maior proximidade entre predicado matriz *achar* e o avaliativo.

### (iii) Forma do avaliativo

Segundo esse parâmetro, investiga-se se o elemento avaliativo é expresso por um SA (cf. (112) e (113)), um SN pleno (cf. (114) e (115)), SN acompanhado de determinante e de um modificador (cf. (116) e (117)), ou outras formas (advérbio, SPrep e pronome indefinido) (cf. (118) e (119)).

(112) na minha opinião **eu acho que a vida é muito simples**... eu acho que essa questão de felicidade É fundamental... e e e você começa a enxergá(r) essa questão que eu tava... abordando... essa questão de entender o essa proposta de amor à Deus e amor ao irmão... quando você tem::... ah:: respeito pelas pessoas... (AC - 114, 763, RO)

(113) Doc.: descreva diga como é o local onde você mais gosta de ficÁ::(r) de passeá(r)  
 Inf.: bom o local onde eu mais gosto de... de ficá(r) de passeá(r)... é quando a gente pega um feriado prolongado a gente vai::... na praia né?... e::... a gente já::... foi na::... na praia das Toninhas... em::... no Guarujá:: já foi::... em Santos né? então a::... e na praia das Toninhas... o... **achei um lugar muito gostoso** (AC - 133, 165, DE)

(114) NÃO TINHA VAGA... vaga de deficiente lota/ você liga pa polícia a polícia demora quaRENta minutos pra vim num tá nem um pingo preocupado NÃO quando chega ainda é má vonta::de pa te atendê(r) **eu acho que tudo isso é preconceito**... (AC - 028, RO)

(115) Inf.: [aí] tinha que pulá(r) as pedras pra entrá(r) na praia (**eu achava isso o cúmulo**) a praia tá fechada (inint.) tá fechada num precisa ninguém entrá(r) lá... meu pai cismava de pulá(r) a praia (AC - 020, 85, DE)

- (116) e tudo o que se constrói eu acho que as pessoas constroem NA juventude... depois d'um período as coisas vão ficando mais difíceis ((música ao fundo)) **eu acho que a juventude é um período bastante importante...** (AC - 114, 617, RO)
- (117) minha mãe fala que eu nasci... seis horas da manhã... a hora que tava tocando Ave Maria... olha como que é... as coisas da vida... toCANdo... Ave Maria qué(r) dizê(r)... o Senhor... tava assim... mostran(d)o já que eu IA tê(r)... sabe?... Ave Maria é maravilhosa linda essa música **eu acho a coisa mais linda essa música...** (AC - 106, 319, NR)
- (118) Inf.: o PAi dele assim ACEITA o pai dele aceitô::(u)... a/ o que ele escolheu mas ah/ o que acontece é minha tia... ela é muito... num aceita num adian::ta eu acho que isso faz MA::L pra ela muito mal... e agora tá sem fi::lho... num tem ninguém::... fica sozinha só fica ela e o meu tio meu tio QUÉ(r) que ele more em casa... só que não aceita o/ o namorado e isso eu conCORdo que uma mãe num precisa vê(r) o filho com seu namorado... **eu acho que isso também já é:: demais** é extrapolá(r)... (AC - 052, 300, RO)
- (119) (a gente ficô(u)) uns cinco dias... em Cachoe(i)ra Paulista... essa foi a melhor viagem da minha vida inTE(i)ra inte(i)rinha inte(i)rinha inte(i)rinha [Doc.: aham] num gosto de praia... num:: suporto praia... **acho a coisa mais sem GRAça do mundo** ainda mais praia deserta... (AC - 020, 26, NE)

Com esse parâmetro, espera-se que o elemento avaliativo seja codificado como um SA com maior probabilidade nas predicções reduzidas do que nas desenvolvidas em razão da natureza mais avaliativa dos adjetivos, que consiste em uma categoria mais prototípica para a expressão da subjetividade em comparação às demais categorias morfológicas consideradas nesse critério.

#### (iv) Pessoa gramatical

O quarto critério de ordem morfológica considerado nas análises tem por objetivo averiguar em que pessoa gramatical o verbo *achar* está conjugado: primeira (cf. (120) e

(121)), segunda (cf. (122)) e terceira pessoa do singular (cf. (123) e (124)) e e primeira segunda, terceira pessoas do plural.<sup>17</sup>

(120) Inf.: ah tipo::... acho que se SExo vai graviDEZ:: todo mundo ficando GRÁvida parece que é moda agora... adolescente de dezesse::is dezessete anos ficá(r) grávida... **eu acho que é ridículo isso...** ficá(r) grávida assim (AC - 010, 443, RO)

(121) ele queria que fizesse... uma garagem lá pos carro dele lá e::... fui trabalhá(r) lá e **achei muito bonito assim aquele lugar lá::** tam(b)ém... extremamente é o(u)tro mundo né? (AC - 069, 185, DE)

(122) Inf.: ai porque eles num fica assim... eu vô(u) éh... fazem(d)o paneli::nha eles num fica falan(d)o mal um do ou::tro cê vê que eles só se defende... eles num acha justo que ELES... lá do lado da panelinha que eles fala né?... fazem com eles... só ficam falan(d)o mal... que nem a Aline vai lá... chora as pitanga c'a *Pink*... depois... tudo o que a *Pink* fala pra ela... ela vai lá e conta po... contava po Rogério po [P.A.:] <sup>12</sup>[Doc.: ham:::]... né?... eu ai/ **cê acha isso bonito?**... num é bonito né? (AC - 104, 279, RO)

(123) Doc.: certo... e::... assim a/ a ge/ a gente vê muito né? D. assim pessoas que engravidam né? tão jovens... sem tê(r) né?... estabi/ estabilidade na vi::da... que que cê acha assim disso tal/ né?... será que a religião também ou o(u)tra coisa o que você pensa disso?  
Inf.: olha... hoje e/ eu acho que tá muito liberal o sexo aí FOra... então hoje a **mocidade acha que isso é tudo normal...** pra eles são normal... isso daí é uma coisa normal... né? (AC - 126, 202, RO)

(124) Inf.: a minha/ a mi/ a/ uma amiga minha foi viajá(r) pra Laranjais e **ela achô(u) o hotel de lá muito bonito...** ((a informante parece pensar em algo mais para dizer)) ai (AC - 004, 62, NR)

Essa categoria está sendo analisada visto que muitos casos de GR de verbos se correlacionam a restrições na indicação de pessoas gramaticais. Como pode ser observado nas

---

<sup>17</sup> Convém assinalar que, nos dados investigados, foram encontradas predicções cujo sujeito do verbo *achar* era codificado apenas como a primeira e terceira pessoas do singular. Houve apenas um caso com a segunda pessoa do singular, mostrado em (122). Essa é a razão por que os exemplos de (120), (121), (123) e (124) se referem somente a essas pessoas. Não foram encontrados dados com as demais pessoas gramaticais consideradas nesse critério, o que não exclui a possibilidade de ocorrência desse tipo de construção com essas categorias.

discussões dos trabalhos de Galvão (1999), Gonçalves (2001), Cezario (2001) e Votre (2004), em português, há uma cristalização do verbo *achar* na primeira pessoa do singular no estágio mais gramaticalizado desse verbo, quando este assume a função de um parentético-epistêmico. Desse modo, assume-se que a primeira pessoa do singular tenha maior probabilidade de ocorrer nos verbos que encaixam predicções reduzidas do que naqueles que encaixam predicções desenvolvidas, justamente em razão da maior gramaticalização do verbo núcleo da construção. Logo, espera-se que as demais pessoas gramaticais ocorram com maior frequência nas orações desenvolvidas, ficando as orações reduzidas restritas à primeira pessoa.

(v) **Tempo e modo do verbo *achar***

Nesse parâmetro, são controladas as formas de tempo e modo do verbo *achar*. Nas construções investigadas, esse verbo aparece no presente do indicativo, como mostram (125) e (126); no pretérito perfeito do indicativo, como mostram (127) e (128); e no pretérito imperfeito do indicativo<sup>18</sup>, conforme se verifica em (129).

(125) Inf.: olha **eu acho que a:: a a polícia nossa é bastante prestativa** mas... ela poderia sê(r) mais... eu acho que o Brasil poderia usá(r) recursos de Exército... sabe? pra tentá(r) acabá(r) de vez com esse tráfico de drogas... (AC - 035, 548, RO)

(126) Inf.: a cesariana dói assim cê cê num pode ficá(r) rin::(d)o... tossindo aí dói o corte... levantá(r) da ca::ma... mas:: **eu acho o parto normal mais dolorido** (AC - 116, 57, NE)

---

<sup>18</sup> Não foram encontradas ocorrências de **predicações desenvolvidas** no tempo pretérito imperfeito do indicativo.

- (127) o rapaz queria conversá(r) com ele lá e::... NA::da de achá(r) ele que ele... no MEU pensamento EU tô falando aqui... eu acho... que ele tá se... envolvendo de novo que **achô(u) que foi mui::to fácil a coisa...** e ele é uma pessoa boa então:: num POde sê(r) assim né? (AC - 071, 121, NR)
- (128) D. pegô(u)... catô(u) o ca::rro acabô(u) levand(o) as menina embo::ra né? o D. acabô(u) nem fican(d)o com ninguém porque **ele** nem curtiu as meni::na **achô(u) as meninas meio feia assim...** (AC - 049, 106, NR)
- (129) naquela época era só festa né? eu só saía... eu só encontrava c'os meus ami::gos só dorMIA num queria nada c'a vida procurava serviço mas num era uma coisa importante pra mim não... e:: tal... aí teve um dia... éh:: tinha um moço que morava perto de casa que **eu achava ele muito lindo...** que ele tinha acabado de mudá(r) lá tudo tudo as menininha... em polvorosa [Doc.: sei] querendo conhecê(r) Ele... (AC - 074, 100, NE)

A partir desse parâmetro, a pressuposição é de que o verbo *achar* seja expresso com maior frequência no tempo presente do indicativo em predicções reduzidas do que em desenvolvidas, pois, conforme se verifica em Gonçalves (2001), o aumento do tempo presente ao longo da trajetória de GR desse verbo pode ser explicado em função do fato de que a qualificação de uma proposição pelo falante é sempre simultânea ao momento presente do ato de fala, e esse tipo de qualificação é característico das PNVRA.

#### (vi) **Concordância nominal entre o avaliativo e a entidade avaliada**

Esse critério verifica a presença (cf. (130) e (131)) e a ausência (cf. (132) e (133)) de concordância entre o elemento avaliativo e a entidade que é avaliada.

- (130) Inf.: **eu acho que hoje a nossa lei... é compliCada...** porque cê tem uma arma... o cara vem ali [Doc.: uhum] –“olha eu vô(u) levá(r) teu carro”– –“não pode levá(r)... só que num entra pa dentro né?” (AC - 063, 1184, RO)
- (131) cê deve tê(r) acompanhado:: esse casamento do do Ronal/ do:: Ronaldo... um aBSURdo de dinhe(i)ro (ele) gastô(u) no... no castelo que alugaram (aqui menos



existe) é um (inint.)... [Doc.: uhum ((concordando))] na França se num me engano... [Doc.: hum] sei que a gente trabalha tanto e ainda te/ tem que fazê(r) as conta né?... (de tão simples de:.)... porque ganha po(u)co... [Doc.: uhum ((concordando))] **eu acho a distribuição de renda no Brasil... muito traiçoe(i)ra** muito ruim (AC - 121, 283, RO)

- (132) Inf.: acho que levaram:: ele num tinha muito dinheiro na carte(i)ra tinha sessenta reais e levaram embora  
 Doc.: <sup>2</sup>[nos::sa]  
 Inf.: <sup>2</sup>[sessenta reais] do velho  
 Doc.: uhm::... que dó::  
 Inf.: coitado né?... **eu acho que::... que os velho é mais prejudicado** né?...  
 [Doc.: é verdade] do que os novo... às vezes eu tenho medo de í(r) lá pra cima recebê(r) tam(b)ém... eu vô(u) meio assim (AC - 058, 119, NR)

- (133) acho que todo mundo né? tem que fazê(r) um po(u)co de cursi::nho... e agora com essas leis de co::tas... eu acho que piorô(u) mais ainda né?... porque por exemplo... pra mim num vai trazê(r) beneficio nenhum... e ainda vai... tirá(r) um po(u)co das vagas... que... que já tá com essas pessoas assim... eu num concordo... eu acho que:: eles deveriam analisá(r) somente a prova sabe? quem foi bem quem num foi num vê(r) cor num vê(r)... classe social essas coisa nada sabe?... eles tinham que vê(r) A prova... quem foi bem... PAssa... quem num foi...estuda mais... ou senão... né?... **eu num acho justo essas coisa de reservá::(r)** (AC - 042, 288, RO)

Por meio da investigação desse parâmetro, é esperado que a presença de concordância nominal entre o elemento avaliativo e a entidade avaliada seja mais frequente nas predicções reduzidas em virtude de elas não apresentarem a cópula, que pode induzir a uma não-concordância, já que a concordância verbal é dispensada. Assim, supõe-se, com a análise desse fator, que as predicções desenvolvidas tenham uma probabilidade maior de apresentarem ausência de concordância entre o avaliativo e o elemento avaliado.

#### (vii) Presença/ausência de material interveniente

O último parâmetro de ordem morfológica analisa a presença/ausência de material interveniente entre o complementizador e a cópula, nos casos de predicções não-verbais desenvolvidas, conforme se verifica no exemplo (134), em que há uma expressão adverbial, e

em (135), em que se encontra uma oração relativa. Para os casos de PNVRA, pode haver material interveniente entre o verbo *achar* e a predicação encaixada, como se observa em (136) pela presença de uma expressão adverbial.

(134) Inf.: é com certeza... e o(u)tra::... nossa e a gente tipo assim com/ descontraí um po(u)co né? <sup>2</sup>[porque::] <sup>2</sup>[Doc.: aham ((concordando))] só em cima de matéria matéria matéria sem um po(u)quinho de descontração... acho que (inint.) então **eu acho que *de vez em quando* é bom isso** que é muito válido (AC - 036, 362, RO)

(135) então **eu acho assim que... essa qualidade de vida... *que eu pude adquirir(r) nessa influência... religiosa...* [Doc.: hum] é muito interessante...** é muito importante... de você HOje tem gente preocupado com sexta-fe(i)ra treze... com sexta-fe(i)ra treze... eu estô(u) is/ i/ in/ imensamente assim... é é é agradável que hoje é sexta-fe(i)ra treze... mas é o dia de Fátima... hoje é dia das aparições de Fátima... (AC - 114, 776, RO)

(136) Doc.: eu queria que cê me contasse agora uma história que tenha acontecido com você... que cê tenha achado interessan::te ale::gre triste... constrangeDOra Inf.: ah na verdade eu vô(u) vô(u) contá(r)... de como eu conheci a minha... minha mulher... éh::... éh que **eu acho *razoavelmente* interessante assim a história** (AC - 083, 5, NE)

A hipótese que embasa esse critério de análise é de que a inserção de material interveniente entre a oração matriz e a encaixada leva a um distanciamento entre essas duas porções, o que indica uma integração menor do que quando não há material interveniente entre elas.

Nesse sentido, as predicções desenvolvidas teriam maior probabilidade de conter material interveniente, principalmente, de corpo extenso como no caso da inserção de uma oração, conforme é mostrado em (135). Já as predicções reduzidas exibiriam uma probabilidade maior de não apresentar material interveniente e, caso apresentem, supõe-se que este deva ser de extensão menor do que uma oração, como uma expressão adverbial, conforme se verifica em (136).

## b) De ordem semântica

### (viii) Categoria semântica da entidade avaliada

Em relação ao estatuto semântico, as PNVRA comportam diferentes tipos de entidades avaliadas: indivíduo, propriedade, estado-de-coisas, proposição e episódio.

A adoção desse critério leva em consideração a classificação de entidades proposta por Lyons (1977) e complementada por Hengeveld e Mackenzie (2008). Segundo Lyons (1977, p. 442-447), as entidades podem ser classificadas em *entidades de 1ª ordem (indivíduos)*, *2ª ordem (estado-de-coisas)* e *3ª ordem (proposições)*.

Nas predicções desenvolvidas e reduzidas, a entidade alvo da avaliação pode equivaler a uma entidade de 1ª ordem, que pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada em termos de sua existência, como são as entidades avaliadas nos exemplos (137) e (138) abaixo.

- (137) Doc.: devia se respeitá(r) a opinião dos pais dela?  
 Inf.: sei lá éh eu acho que::... que não porque::... isso/ os pai dela deveria entendê(r)... ((ruído)) [Doc.: hum] que num é justo... esse sofrimento c'a:: c'a filha... **eu acho que os pais são erRADos** eles deveriam entendê(r) acho que o marido dela fez certinho (AC - 066, 382, RO)
- (138) Inf.: **não num acho uma cidade bonita**... fala cidade feitiço mais até hoje num me enfeitiçô(u) não [Doc.: ah é?] não... é uma cidade assim acho que muito sem gosto sabe aquela comida sem sal:: sem ó::leo... [Doc.: aham ((concordando))] uma cidade assim num:: sô(u) chegada lá não mas eu falo que amo... Catanduva (AC - 100, 214, DE)

A entidade avaliada nas predicções em estudo também pode ser uma entidade de 2ª ordem (*estado-de-coisas*), que, assim como indivíduos, é localizada no espaço e no tempo, porém deve ser avaliada em termos de sua realidade ou ocorrência. Os dados apresentados em (139) e (140) são exemplos de entidades avaliadas que equivalem a estados-de-coisas.

- (139) eu num gOSto de guerra eu acho (podre) **eu acho que é uma solução irracional** (brutal) buscá(r) uma solução racional... (AC - 001, 306, RO)
- (140) Doc.: [porque era puxado?] era puxado o curso? Inf.: olha... eu... **eu num achei o curso puxado NÃO** [Doc.: hum] aqui na... graduação é BEM mais puxado (AC - 053, 78, NE)

Por fim, a entidade avaliada, em uma predicação não-verbal tanto desenvolvida quanto reduzida, pode equivaler a entidades de 3ª ordem (*proposições*), que constituem construtos mentais, e como tais devem ser avaliadas somente em termos de sua verdade, tal como é mostrado nos exemplos seguintes.

- (141)  
 Doc.: dona C. a senhora éh::... pode dá(r) a opinião da senhora... sobre a religião o que a senhora acha... das pessoas que têm uma religião... se isso é bom... se isso é importante?  
 Inf.: bom eu pra mim eu vô(u) falá(r) assim um po(u)co da minha religião que eu sô::(u) fui batizada na:: na na igreja cató::lica... e:: não só batizada como também minha mãe passô(u) isso muito pra nós né? de sê(r) bem participativa do que a gente tem que... não só sê(r) batizado mas... tam(b)ém dá(r) continuidade na religião... **eu acho assim:: que a religião... ela é muito importante na vida da gente.** (AC - 092, 225, RO)
- (142)  
 Doc.: uhum ((concordando))... e assim B. aproveitá(r) né?... *Alma Gêmea?*... eu acho que foi uma novela que surpreendeu pelo fato dela abordá(r) um tema polêmico né? [Doc.: é] e tê(r) a audiência que tem né? [Doc.: é] que que você acha assim desse/ desse tipo de tema? né? B. o espiritualis::mo  
 Inf.: olha::... na verdade EU gosto do (tema) mas pra falá(r) COM certeza... se as coisas são ou não reais [Doc.: uhum ((concordando))] eu num sei eu vô(u) na parte filosófica... mas eu acho que tudo ainda é um mistério  
 Doc.: éh::  
 Inf.: é porque::... há pessoas que:: dizem... já::... terem tido experiências EU... pessoalmente nunca tive... já fui até já fui em sessão espírita mas que aconteceu realmente comigo... que eu::... possa falá(r) não isso É real... isso não... mas **eu acho um tema muito bom** éh::... que::... às vezes até traz um alento pa gente pa falá(r) a verdade... <sup>1</sup>[(inint.)] (AC - 134, 359, RO)

Hengeveld e Mackenzie (2008, p.131) reconhecem outras categorias semânticas além das propostas por Lyons (1977), dentre as quais se encontra a categoria *propriedade*, que não pode ser avaliada em termos de espaço e tempo, mas sim em termos de sua aplicabilidade já que não tem existência independente; e a categoria *episódio*, definida pelos autores como um conjunto de estado-de-coisas que apresentam uma continuidade de tempo, lugar e indivíduos.

Nas predicções estudadas, a entidade avaliada também pode equivaler a uma propriedade, conforme se verifica nos dados apresentados a seguir:

(143) na minha opinião eu acho que a vida é muito simples... **eu acho que essa questão de felicidade É fundamental**... e e e você começa a enxergá(r) essa questão que eu tava... abordando... essa questão de entender o essa proposta de amor à Deus e amor ao irmão... quando você tem::... ah:: respeito pelas pessoas... (AC - 114, 764, RO)

(144) acontece o seguinte que ele aí começô(u) fazê(r) num tinha como guardá(r) o carro dentro da garagem... então o carro tanto o meu como o dele ficô(u) fora... e ele tinha:: comprado éh:: comprado assim ganho né?... do:: do filho que mora em São Paulo... um Passat... Passat amarelo com teto solar... umas rodinhas bonitinhas era um carrinho de *boy*... [Doc.: hum ((concordando))] só que o o **meu cunhado éh achô(u) um bom preço** né? e (a)cabô(u) comprando o carro... (AC - 115, 129, NE)

A categoria episódio, por sua vez, também pode ser expressa pelas entidades alvo de avaliação nas predicções desenvolvidas e reduzidas, como mostra os exemplos expostos abaixo:

(145) e aquela voz dizia assim ao meu ouvido éh:: – “não... éh você não está... com a sua vida perdida... a SUA MÃE teve:: um caminho a seguí(r)... infelizmente ou felizmente éh foi hora dela pará(r)... e agora é hora de você::... continuá(r)... assim como ela criô(u)... fez uma família agora é a sua hora... olha aí estou de dando de presente uma esposa e dois filhos... siga o seu caminho faça (como sua mãe)” – então::... e foi assim... esse **acho que foi um momento muito marcante triste** né?...(AC - 057, 97, NE)

- (146) :: aconteceu um acidente na B.R. cento e cinquenta e três que um ônibus foi desviá(r) d'um buraco... e bateu de frente com um caminhão... e essa irmã dela... e essa irmã dela que vinha visitá(r)... tava no ônibus e veio a falecê(r)... e:: então essa pessoa tava me contando tipo assim... como elas fazem um trabalho... social a/ além de:: eu achei interessante porque... me senti meio assim... pô num queria tá na pele dela porque... além de fazê(r) esse trabalho social... de tê(r) que... é dá(r) apoio pra essas pessoas doentes... teria que/ teve que ia tê(r) que tam(b)ém conTÁ(r)... que a irmã sofreu um acidente e veio a falecê(r)... então:: **eu achei uma história muito interessante**... num queria tá na pele dessa pessoa não... só isso (AC - 077, 118, NR)

O controle desse parâmetro visa investigar se há uma correlação entre a expressão de entidades mais concretas e mais abstratas e a forma da oração encaixada sob a qual elas são apresentadas, o que estaria em conformidade com o princípio da proximidade elaborado por Givón (1980, 1985), segundo o qual quanto mais próximos dois conteúdos estiverem conceptual e semanticamente, maior a tendência de que eles sejam expressos com maior adjacência morfossintaticamente.

Assim, a hipótese assumida para esse fator de análise é a de que, nas predicções reduzidas, há uma probabilidade maior de as entidades avaliadas serem representativas de categorias semânticas mais concretas (propriedade, indivíduos, estado-de-coisas e episódio) porque são mais próximas e mais imediatamente perceptíveis ao indivíduo e, por esse motivo, seriam expressas sob a forma mais integrada. Já, nas predicções desenvolvidas, as entidades avaliadas teriam maior probabilidade de serem equivalentes a categorias semânticas mais abstratas (proposições) e, como são mais distantes e menos diretamente perceptíveis ao indivíduo, seriam expressas sob a forma menos integrada.

### c) De ordem pragmática

#### (ix) Estatuto informacional do referente avaliado

Em termos pragmáticos, as entidades avaliadas nas PNVRA podem codificar diferentes tipos de informação pragmática, podendo ser classificadas em: novas, evocadas e inferíveis. Para essa classificação dos referentes avaliados em novos, evocados e inferíveis, adotou-se a taxonomia proposta por Prince (1981).

A autora assinala que uma característica universal das línguas naturais é que a informação objetiva não é transmitida em um único plano. Há, conforme expõe Prince (1981), uma *assimetria informacional* em que algumas unidades parecem transmitir ou representar informações mais velhas do que outras. Desse modo, para a autora, uma característica que parece não ser apenas universal, mas exclusiva da linguagem humana, é o fato de que o “empacotamento” da informação na língua natural reflete a hipótese do falante acerca das suposições, das crenças e estratégias do ouvinte.

A autora classifica o tipo de informação veiculada nos sintagmas nominais a partir do conceito de *familiaridade presumida* (“assumed familiarity”), entendido não apenas como o conjunto de conhecimentos, crenças e saberes partilhados por falante e ouvinte, mas também *como* as hipóteses acerca desse conjunto de conhecimentos do outro podem afetar as formas e compreensão das produções linguísticas.

As três categorias propostas pela autora são as seguintes: *novo*, *evocado* e *inferível* dentro das quais há subdivisões (entidade novíssima ou não-usada, para os casos de entidades novas; entidade textual e situacional, no caso das entidade evocadas; e entidades contidas e não-contidas, no caso de entidades inferíveis). Uma entidade é considerada “nova” se for introduzida pela primeira vez no discurso, “evocada”, quando um sintagma nominal se refere a uma entidade já presente no modelo discursivo do ouvinte, e “inferível”, se o ouvinte pode identificar o referente pretendido, por meios lógicos, a partir de outra entidade evocada ou inferível.

No presente trabalho, utilizaremos apenas a classificação das entidades em novas (cf. (147) e (148)), evocadas (cf. (149) e (150)) e inferíveis (cf. (151) e (152)), sem considerar as subdivisões, uma vez que estas não se mostraram relevantes para a caracterização dos referentes avaliados nas construções sob análise.

- (147) Doc.: bom agora eu queria assim que cê desse sua opinião sobre alguma coisa... pode ser polí::tica ou religião  
 Inf.: éh::... bom eu... religião eu num... num tenho:: o que opiná(r) porque eu sô(u) evangélico... num num num gosto de discuti(r) né? **eu acho que... a palavra é bem clara...** (AC - 075, 272, RO)
- (148) Doc.: é ele inibe... [Inf.: ((risos))] ah pode dá(r) sua opinião de tê::(r) grava::do como que é falá(r) com um gravador na <sup>3</sup>[fre::nte]  
 Inf.: [ah]... não **eu acho interessante assim:: a a pesquisa** né? pra fazê(r)... mas AI de(i)xa a gente um po(u)co inibido assim o gravador (na mão) ((risos) às vezes a gente sabe assim das coisa mas não num consegue expor assim falá(r) por causa dele... mas é legal... foi bom participá(r) (AC - 044, 261, RO)
- (149) mas a gente também tem uma direção... Ótima... por isso que eu falei pra você a nossa equipe é muito boa... eu acho que... se eu tivesse que::... me espelhá(r) em alguém eu me espelharia na *minha diretora...* **eu acho que é uma pessoa... extremamente competente** (AC - 086, 593, RO)
- (150) Doc.: é... e assim... falan(d)o né? por agí(r) por impulso... e a *traição* o que você pensa... [Inf.: olha] [dela?] [Inf.: sempre] de todos os lados sabe não só de homem pra mulher... de qualquer  
 Inf.: eu sempre fui assim muito rígida com isso até antes de eu começá(r)... a gostá(r) de alguém mesmo... e **eu achava traição... uma coisa horrorosa** traição pra mim uma vez e acabô(u)... dane-se num quero mais/ nunca mais vê(r) o cara (AC - 056, 365, RO)
- (151) era uma... uma uma uma uma um::... uma região assim de muito brejo... e eu me lembro bem... éh::... que as casas... ali agora tem muitos PRÉdios né?... muita... muita::... CLÍ::nica a parte comercial é o centro da cidade agora... mas eu me lembro... que tinham... algumas casas... inclusive a... nossa ficava nesse prime(i)ro quarte(i)rão... em frente tinha uma made(i)re(i)ra... E::... eram ruas assim... sem calçaMENto... éh::... e::... muito MAto... então uma rele/ uma região assim:  
 Doc.: era precária  
 Inf.: MU/ é MUIto precária... entende?... agora e... se considerando que há cinqüenta e sete anos atrás era isso... **eu acho assim que que a evolução... foi... MUIto grande...** (AC - 150, 280, DE)



- (152) Inf.: mas é que nem você falô(u)... Sá::vio... Edmun::do... Romá::rio... tudo no Flamengo ali... quem era o técnico?... cê lembra?  
 Doc.: num me lembro  
 Inf.: então... ninguém se lembra do técnico  
 Doc.: nem sei quem que era  
 Inf.: porque aquele negócio... se você num tivé(r) o técnico... ah o Corinthians... **eu acho o Tite um bom... técnico...** eu acho que poderia tentá(r) ele... mantê(r) ele no Corinthians aí com Tevez sei lá... (AC - 053, 456, RO)

Por meio desse parâmetro de análise, é esperado que tanto as predicções desenvolvidas quanto as reduzidas apresentem com maior frequência entidades evocadas, visto que a avaliação, característica das construções em estudo, é realizada preferencialmente sobre o referente já mencionado no discurso pelo falante.

Nesse sentido, as entidades inferíveis também podem apresentar uma probabilidade maior de ocorrência em ambas as construções, já que, como propõe Prince (1981), uma entidade inferível é aquela que pode ser identificada por meio de outras entidades evocadas.

As entidades novas, conseqüentemente, teriam baixa probabilidade de ocorrerem nas construções em análise e, em razão dessa probabilidade, espera-se que esse tipo de entidade seja mais frequente nas desenvolvidas do que nas reduzidas pelo fato de o maior distanciamento entre os conteúdos da oração matriz e encaixada permitir que entidades ainda não mencionadas no discurso, portanto, mais distantes do indivíduo, sejam avaliadas.

#### d) De ordem discursiva

#### (x) Tipo de texto

A análise desse parâmetro levou em consideração os cinco diferentes tipos textuais disponíveis no Banco de dados Iboruna. A heterogeneidade tipológica inerente aos textos em

geral também está presente nos textos do banco de dados mencionado. Assim, os tipos textuais *narrativa de experiência pessoal*, *narrativa recontada*, *relato de procedimento*, *descrição* e *relato de opinião* são textos em que há o predomínio de sequências tipológicas, tais como a narração, a injunção, a descrição e a dissertação, porém não constituem textos puros, pois podem conter outras sequências além das predominantes.

Desse modo, a narrativa de experiência pessoal (NE), primeiro texto encontrado nos inquéritos do Iboruna, apresenta características do tipo textual narração na medida em que o informante relata algum acontecimento de sua vida. Trata-se de um texto narrativo cuja perspectiva assumida para a narração dos fatos é a própria vida do informante, como mostra o trecho que compõe os exemplos mostrados em (102) e (105), repetidos abaixo por conveniência.

- (153) Inf.: ele tá com:: ele vai fazê(r) quatro anos agora em novembro  
 Doc.: quatro anos?  
 Inf.: quatro anos... então agora ele já tá numa fase bem::... é assim bem gostosa de... a criança já fica mais auto-suficien::te... né?... e é uma fase assim mais comunicaTI::va né?... então... embora ele ele... eu... **eu acho que ele é bem comunicativo...** (AC - 082, 93, NE)
- (154) e no quinto dia... que eu tava com o bebê minha mãe foi trocá(r) ele... porque avó num de(i)xa mãe trocá(r) né? [Doc.: não]... então a minha mãe minha sogra trocan(d)o... e eu num tinha nem reparado... apesá(r) de tê(r) olhado tudo.. **eu achei tudo normal...** aí... minha mãe falô(u) V... olha o bracinho do V... aí eu liguei pro médico tudo o médico falô(u) pra eu i(r) lá... fizemo(s) os exame... deu lesão de plexo braquial... (AC - 106, 24, NE)

A narrativa recontada (NR), por sua vez, também compartilha dos mesmos aspectos da narração. No entanto, nesse texto, a perspectiva assumida pelo informante para o relato dos acontecimentos é exterior, ou seja, o informante relata um fato ou situação ocorrida com outra pessoa, conforme se observa em (124) e (127), rerepresentados a seguir.

(155) Inf.: a minha/ a mi/ a/ uma amiga minha foi viajá(r) pra Laranjais e **ela achô(u) o hotel de lá muito bonito...** ((a informante parece pensar em algo mais para dizer)) ai (AC - 004, 62, NR)

(156) o rapaz queria conversá(r) com ele lá e::... NA::da de achá(r) ele que ele... no MEU pensamento EU tô falando aqui... eu acho... que ele tá se... envolvendo de novo que **achô(u) que foi mui::to fácil a coisa...** e ele é uma pessoa boa então:: num POde sê(r) assim né? (AC - 071, 121, NR)

Já o relato de procedimento (RP) é um texto híbrido, que pode ser situado entre o tipo textual narração e o tipo textual injunção, uma vez que nesse texto o informante relata os procedimentos a serem seguidos para a realização de alguma tarefa, seja ela uma receita culinária ou algum procedimento ordenado. Assim, observa-se que há traços característicos da narração, pois o informante narra as ações a serem tomadas para a realização do procedimento; e traços característicos da injunção, uma vez que há a presença de instruções para que o procedimento relatado seja efetivado. Nos dados analisados, apenas uma ocorrência de PNVRA foi encontrada nesse tipo textual, e se trata da ocorrência já apresentada em (101) e retomada abaixo.

(157) então entra tudo isso... então são:: reuniões que a gente faz então... a pessoa que vai operá(r) pode fazê(r) pergunta pra mim... [Doc.: uhum ((concordando))] como quisé(r)... como que foi? se eu tava ciente das coisa se num tava ciente... se pra mim teve tudo esse curso ou se num teve eles perguntam tudo isso... como eu fui operada logo que surgiu isso pra mim num teve nada disso... eu fui com a cara e a coragem... mas **eu acho muito bom agora essa/ esse negócio de eles fazerem cursinho** essas ham::... ham:: palestras (AC - 152, 390, RP)

O texto descrição (DE), como a nomenclatura indica, apresenta aspectos do tipo textual descritivo, visto que nesse texto o informante descreve algum lugar que ele tenha visitado, o local onde mora ou trabalha, a casa de um amigo, etc. Exemplos de ocorrência retirada desse tipo de texto encontram-se em (110) e (113), reproduzidos novamente em (158) e (159).

(158) tem a me::sa... os armá::rio a gelade(i)ra assim sabe? é um po(u)co apertado... UM banhe(i)ro SÓ... aí tem a sala a sala é gran::de... **eu acho que ela é um po(u)co grande** (AC - 016, 277, DE)

(159) Doc.: descreva diga como é o local onde você mais gosta de ficÁ::(r) de passeá(r)  
 Inf.: bom o local onde eu mais gosto de... de ficá(r) de passeá(r)... é quando a gente pega um feriado prolongado a gente vai::... na praia né?... e::... a gente já::... foi na::... na praia das Toninhas... em::... no Guarujá:: já foi::... em Santos né? então a::... e na praia das Toninhas... o... **achei um lugar muito gostoso** (AC - 133, 165, DE)

Por fim, o relato de opinião (RO) apresenta-se como um texto que tem características do tipo textual dissertativo-argumentativo, pois nesse texto o informante expõe as suas ideias em relação a vários aspectos da vida social e política, avaliando e argumentando em defesa do seu ponto de vista. Constituem exemplos de ocorrências encontradas nesse tipo de texto aqueles apresentados em (147) e (148), expostos novamente a seguir.

(160) Doc.: bom agora eu queria assim que cê desse sua opinião sobre alguma coisa... pode ser polí::tica ou religião  
 Inf.: éh::... bom eu... religião eu num... num tenho:: o que opiná(r) porque eu sô(u) evangélico... num num num gosto de discuti(r) né? **eu acho que... a palavra é bem clara...** (AC - 075, 272, RO)

(161) Doc.: é ele inibe... [Inf.: ((risos))] ah pode dá(r) sua opinião de tê::(r) grava::do como que é falá(r) com um gravador na <sup>3</sup>[fre::nte]  
 Inf.: [ah]... não **eu acho interessante assim:: a a pesquisa** né? pra fazê(r)... mas AI de(i)xa a gente um po(u)co inibido assim o gravador (na mão) ((risos) às vezes a gente sabe assim das coisa mas não num consegue expor assim falá(r) por causa dele... mas é legal... foi bom participá(r) (AC - 044, 261, RO)

Assim como os trabalhos de Cezario (2001) e Votre (2004) demonstraram, o verbo *achar* quando tem o sentido de opinião é observado com mais frequência em textos nos quais o falante tem de argumentar acerca de um determinado assunto. Cezario (2001) verificou

ainda que esse mesmo sentido do verbo *achar* pode ser encontrado em narrativas de experiência pessoal, narrativas recontadas e descrições. A partir desses resultados, espera-se que as predicções estudadas ocorram com maior frequência nos relatos de opinião, tipo textual prototípico para a expressão de avaliação e julgamento por parte do falante.

Relativamente à hipótese de integração para essas construções, postula-se que, nas narrativas, principalmente nas narrativas de experiência pessoal, haja uma probabilidade maior de ocorrência das predicções reduzidas do que as desenvolvidas por permitirem que falantes narrem fatos que são próximos da sua realidade (seja uma realidade pessoal ou de um amigo, parente, etc.), proximidade que pode ser expressa morfossintaticamente no caso de avaliações sob a forma de PNVRA.

Essa possibilidade também pode ser prevista para as descrições, já que, nesse tipo de texto, os informantes descrevem objetos, jogos ou lugares que também são próximos da sua realidade. Já para o relato de procedimento, o esperado é que esse tipo de texto não seja propício para ocorrência de ambas as construções em virtude de se tratar de um texto injuntivo, em que a atitude avaliativa é mais restrita.

A análise dos dados de predicções não-verbais encaixadas no verbo *achar*, desenvolvidas e reduzidas, realizou-se com base nos parâmetros ora apresentados, com o objetivo de estabelecer as motivações sintáticas, semânticas e pragmáticas que determinam a maior ou menor integração dessas construções à matriz a que se ligam. Os resultados obtidos a partir da análise quantitativa desses dados passam a ser detalhados no capítulo seguinte.



## **CAPÍTULO IV**

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Com base no aparato teórico-metodológico arrolado nos capítulos anteriores, no presente capítulo, serão apresentados os resultados que permitem comprovar a hipótese de gramaticalização e integração das PNVRA. Conforme mencionado na introdução deste trabalho, a principal hipótese da pesquisa é a de que esse tipo de construção constituiria uma estrutura mais gramaticalizada do que as predicções do mesmo tipo desenvolvidas, já que seria resultante do processo de gramaticalização e dessentencialização, tal como proposto por Lehmann (1988).

A apresentação dos resultados está dividida em duas seções. Na seção 4.1, apresentam-se as propriedades gramaticais, semânticas e pragmáticas das construções em estudo. A seção 4.2 está reservada para a discussão das evidências sincrônicas da gramaticalização das PNVRA.

#### **4.1 Propriedades gramaticais, semânticas e pragmáticas das predicções não-verbais encaixadas no verbo *achar***

Nesta seção são apresentados os fatores de análise que não se mostraram decisivos para medir e refletir a maior integração das reduzidas, porém são importantes para caracterizar os dois tipos de predicções em termos gramaticais, semânticos e pragmáticos.

O levantamento dos dados feito a partir do Banco de dados Iboruna permitiu que se encontrasse o total de 160 ocorrências de predicções desenvolvidas e reduzidas. As orações desenvolvidas concentram 38% do total, o que corresponde a 61 ocorrências; enquanto as reduzidas, maioria no *corpus* (99 ocorrências), contam com 62% do total de dados analisados.

Dentre os variados critérios considerados na investigação das construções em questão, os fatores *forma da entidade avaliada*, *categoria semântica* e *estatuto informacional da entidade alvo da avaliação* não se mostraram decisivos para a averiguação da hipótese de integração, uma vez que, conforme se verá nas análises, os resultados obtidos não corresponderam às expectativas quanto ao comportamento de cada fator, contudo, revelaram propriedades particulares de cada tipo de predicação.

Relativamente ao parâmetro *forma da entidade avaliada*, constatou-se que, em 53.8% do total de 86 ocorrências analisadas, essa entidade é expressa por um SN pleno, conforme se observa na tabela 1.

**Tabela 1**

Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro *forma da entidade avaliada*

Forma da entidade avaliada	Tipo de predicação				Total
	Predicações desenvolvidas		Predicações reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>SN pleno</b>	32/86	37.2%	54/86	62.8%	86/53.8%
<b>Pronome</b>	28/69	40.6%	41/69	59.4%	69/43.1%
<b>SN com modificadores oracionais</b>	1/5	20%	4/5	80%	5/3.1%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Como pode ser visto na tabela apresentada, os resultados relativos à expressão da entidade avaliada por meio de SN pleno demonstram que 62.8% se concentram nas predicções reduzidas, e os outros 37.2%, nas desenvolvidas. Em apenas 3.1% das ocorrências, a entidade é expressa por um SN pleno com modificadores oracionais, sendo quatro ocorrências de predicções reduzidas e somente uma ocorrência de desenvolvida.

Verificou-se que pronomes também podem codificar o referente avaliado, porém, o controle de diferentes tipos de pronomes (pronome pessoal, indefinido e demonstrativo) não



se mostrou importante para a pesquisa, já que havia uma distribuição percentual equilibrada entre os diferentes tipos controlados nas ocorrências de orações desenvolvidas e reduzidas. Esse equilíbrio levou à inclusão de todos esses tipos em uma única categoria.

A análise revelou que os pronomes são mais frequentes nas reduzidas (59.4%) do que nas desenvolvidas (40.6%), entretanto, essa frequência comparada aos percentuais de SNs plenos é relativamente menor, já que o número de SNs plenos ainda é maior nas reduzidas em relação às desenvolvidas. Desse modo, conclui-se que os resultados obtidos para esse fator não foram suficientes para a validação da hipótese inicial de que os pronomes, em razão do seu caráter fortemente referencial e pequena extensão material, seriam mais frequentes nas predicções reduzidas do que nas desenvolvidas em relação às demais categorias investigadas nesse parâmetro de análise, o que sugere a necessidade de realização de uma pesquisa que considere um maior número de dados.

Assim, observa-se que, conforme indicam os resultados, entidades expressas por SNs plenos e por pronomes são avaliadas com maior frequência em predicções reduzidas do que em predicções desenvolvidas. No entanto, deve-se considerar que os percentuais, apesar de indicarem predomínio de ambas as formas nas reduzidas, não caracterizam um tipo de oração exclusivamente.

Além disso, os resultados de cada um dos tipos vistos separadamente evidenciam que a diferença no número de ocorrências com SN pleno e com pronome é pequena (28 e 32 para as desenvolvidas; 54 e 41 para as reduzidas). Esses resultados, assim, também não indicam que haja, para um dos tipos, preferência pela codificação na forma de pronome ou de SN pleno.

Diante dos resultados obtidos para os fatores SN e pronome, verifica-se que tanto nas predicções desenvolvidas quanto nas reduzidas a entidade avaliada pode ser codificada por SNs plenos e pronomes, já que se trata de duas estratégias disponíveis na língua para a

introdução de entidades no discurso. Nesse caso, observou-se que o caráter mais referencial dos pronomes e sua extensão material não constitui um fator relevante para a avaliação de entidades sob a forma de uma predicação reduzida, pois, conforme será visto na seção 4.2, a categoria morfológica do elemento avaliativo e não da entidade avaliada é que pode determinar a maior ou menor integração nas construções em estudo.

Os resultados relativos à codificação da entidade avaliada como SN com modificadores oracionais, formalmente mais extensos do que as duas outras formas, poderiam sugerir, à primeira vista, que quanto maior for a extensão material da entidade avaliada (SN com modificadores oracionais), maior será a probabilidade de a avaliação ser expressa na forma de predicação desenvolvida. Os números absolutos para este resultado, porém, são muito baixos (apenas 4 ocorrências de reduzidas) para permitir essa conclusão.

Quanto ao critério *categoria semântica da entidade avaliada*, observou-se que, de um modo geral, indivíduos (35%) tendem a ser mais avaliados do que estado-de-coisas (31,2%) e episódios (16.9%) em ambas as construções. Com relação à avaliação de proposições e propriedades, constatou-se que estas são menos frequentes no *corpus*, pois representam, respectivamente, 9.4% e 7.5% do total de dados investigados. Os percentuais obtidos para cada tipo de oração podem ser verificados na tabela 2, apresentada a seguir.

**Tabela 2**  
Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro *categoria semântica da entidade avaliada*

Categoria semântica da entidade avaliada	Tipo de predicação				Total
	Predicações desenvolvidas		Predicações reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Propriedade</b>	9/12	75%	3/12	25%	12 /7.5%
<b>Indivíduo</b>	18/56	32.1%	38/56	67.9%	56/35%
<b>Estado-de-coisas</b>	20/50	40%	30/50	60%	50/31.2%
<b>Episódio</b>	10/27	37%	17/27	63%	27/16.9%

<b>Proposição</b>	4/15	26.7%	11/15	73.3%	15/9.4%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Os dados expostos na tabela 2 indicam que as entidades que codificam propriedades constituem apenas 7,5% do total de ocorrências, dos quais 75% estão nas desenvolvidas e 25% nas reduzidas. Nesse caso, o predomínio de avaliação de propriedades nas orações reduzidas pode estar relacionado ao baixo número de ocorrências identificadas para essa categoria semântica em ambas as construções, o que não representa uma quantidade suficiente para afirmar categoricamente o comportamento observado. Conforme se verifica na tabela 2, do total de 12 ocorrências, nove estão concentradas nas orações desenvolvidas enquanto somente três correspondem às reduzidas.

Quanto à porcentagem obtida para indivíduos, verificou-se que há uma frequência maior dessa categoria semântica nas predicções reduzidas (67.9%) em relação às desenvolvidas (32.1%). Dentre as entidades codificadoras de estado-de-coisas, 60% estão presentes na reduzidas ao passo que 40% estão nas desenvolvidas. Já com relação às entidades que são expressas semanticamente por meio de episódios, verificou-se que, do total de 16.9%, 63% aparecem nas orações reduzidas e 37% nas desenvolvidas. Tais resultados, em um primeiro momento, parecem confirmar a hipótese elaborada para esse parâmetro, segundo a qual as predicções reduzidas exibiriam uma probabilidade maior do que as desenvolvidas de as entidades avaliadas serem codificadas por categorias semânticas mais concretas (indivíduos e estado-de-coisas) porque são mais próximas do indivíduo e, por esse motivo, seriam expressas sob a forma mais integrada.

Todavia, os dados obtidos para categoria semântica proposição não permitem essa conclusão, pois, como pode ser visto na tabela 2, proposições são avaliadas mais frequentemente nas reduzidas (73.3%) do que nas desenvolvidas (26.7%). Desse modo,

constata-se que proposições, entidades mais abstratas, também podem ser avaliadas nas predicções reduzidas.

Ainda no que respeita às categorias semânticas episódio e proposição, observa-se que, embora haja uma diferença percentual relativamente grande de episódios e proposições nas predicções reduzidas, não é possível concluir que se trata de um comportamento caracterizador das reduzidas, tendo em vista o baixo número de ocorrências de episódios e proposições identificado para ambas as construções.

Diversos estudos buscam determinar o grau de integração entre sentenças complexas a partir da investigação da categoria semântica dos predicados encaixados. Hengeveld e Mackenzie (2008), ao correlacionar a hierarquia das unidades semânticas na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e a forma de orações completivas, preveem que quanto mais alta a entidade na hierarquia de categorias semânticas, maior será a probabilidade de ela ser codificada em orações desenvolvidas. Essa constatação dos autores é sustentada pelos estudos de Cezario (2001) e Votre (2004) que tratam do verbo *achar* que, de um modo geral, verificam que esse verbo apresenta um baixo grau de integração em virtude da categoria semântica exigida pelo predicado encaixador ser sempre expressa como uma proposição, pois manifesta invariavelmente uma qualificação modal do falante, passível de ser avaliada em termos de suas condições de verdade. Assim, o conteúdo proposicional expresso pela PNVRA, dado o caráter não-factivo do verbo de modalidade *achar*, não pode ser considerado nem como verdadeiro nem como falso.

No interior da PNVRA, o termo sobre o qual recai a avaliação do falante pode constituir entidades de diferentes ordens (propriedade, indivíduos, estado de coisas, proposição e episódios) e, como pode ser observado pelos resultados apresentados, não é possível estabelecer uma correlação entre a categoria semântica expressa pela predicção toda e a categoria semântica da entidade avaliada. Isso porque, no tocante à avaliação de

indivíduos e estados-de-coisas, entidades de ordem mais baixas na hierarquia (acima apenas da *propriedade*), verifica-se predomínio de codificação nas orações reduzidas. Também a avaliação de proposição e episódio, as duas unidades de nível mais alto, contrariamente ao que seria previsto pela proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), apresenta percentuais mais elevados em orações reduzidas; para esses, porém, conforme apontado anteriormente, não há dados suficientes que permitam conclusão mais segura.

Com base no exposto, pode-se afirmar que, para o caso das PNVRA, a investigação da categoria semântica do predicado matriz e da completiva não parece ser suficiente para a aferição da maior ou menor integração dessas construções, visto que os resultados contrariam a hipótese inicial sobre esse parâmetro de análise de que entidades mais concretas seriam expressas com maior frequência nas predicações reduzidas.

Outro critério que não se mostrou relevante para a avaliação da integração nas PNVRA foi o *estatuto informacional do referente avaliado*, pois as expectativas quanto à maior frequência de avaliação de entidades novas nas desenvolvidas não foram atendidas, conforme se constata nos resultados percentuais apresentados na tabela 3.

**Tabela 3**  
Porcentagem das predicações desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro *estatuto informacional da entidade avaliada*

Estatuto informacional da entidade avaliada	Tipo de predicação				Total
	Predicações desenvolvidas		Predicações reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Evocada</b>	55/144	38%	89/144	62%	144/90%
<b>Inferível</b>	4/10	36.7%	6/10	63.6%	10/6.2%
<b>Nova</b>	3/7	42.8%	4/7	57.2%	7/4.3%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

A partir da leitura da tabela 3, depreende-se que, em geral, as entidades avaliadas são predominantemente evocadas (90%). Do total de dados relativos a esse tipo de informação, 61.6% pertencem às orações reduzidas enquanto 38.4% às desenvolvidas. Também para o tipo de informação inferível constatou-se uma frequência maior nas reduzidas, entretanto, ao se considerar os números totais, nota-se que são muito próximos em ambas as construções. O mesmo se verifica para os resultados obtidos para entidades novas que, apesar de indicarem uma predominância desse tipo nas predicções reduzidas, apresentam número aproximado e reduzido de ocorrências, apenas 3 para as desenvolvidas e 4 para as reduzidas.

Os resultados obtidos para entidades novas, contrariamente ao esperado, não foram decisivos para determinar a maior ou menor integração nas construções em estudo, tendo em vista o número baixo de ocorrências para esse tipo de entidade observado nos dois tipos de predicção. Por outro lado, não se esperava que houvesse uma predominância de avaliação de entidades evocadas nas predicções reduzidas, porém, como já observado anteriormente, esse resultado obtido deve ser relativizado, já que em ambas as construções prevalece a avaliação de entidades evocadas, mais frequente também considerando-se o total de dados. Essas constatações indicam que o estatuto informacional parece não representar um critério importante para a distinção entre as orações desenvolvidas e reduzidas, uma vez que se aplica praticamente do mesmo modo aos dois tipos de oração aqui estudados.

Em vista dos resultados alcançados para esse critério, parece mais razoável considerar que a predominância de entidades evocadas esteja relacionada ao fato de que a avaliação, característica das construções em análise neste trabalho, é feita preferencialmente acerca de referente que já foi mencionado no discurso, ainda que ele possa ser inferido de outras entidades evocadas. No que diz respeito às entidades novas, constatou-se que, de uma forma geral, essas entidades, embora não tenham sido mencionadas pelo falante, fazem parte do campo semântico maior em que se insere o seu discurso, como se verifica no exemplo abaixo:

(162) Doc.: e sobre a violência o que você acha?

Inf.: a violência:: é um ato assim de::... que... que não tem comparação... eu acho quem pratica a violência... quem::... quem sustenta a violência... éh:: pagaum preço bastante caro viu?... a violência no Brasil::... tá cada dia mais (inint.)... eu acho que hoje em dia você já vê... crianças... da:: fa(i)xa etária de dez ano pra frente já começa ro(u)bá::(r)... já começa a matá(r)... já começa a se drogá(r) já começa::/ sabe? então eu acho que::... isso tinha que acabá(r) de uma vez

Doc.: como acabá(r)?

Inf.: olha **eu acho que a:: a a polícia nossa é bastante prestativa** mas... ela poderia sê(r) mais... eu acho que o Brasil poderia usá(r) recursos de Exército... sabe? pra tentá(r) acabá(r) de vez com esse tráfico de drogas... (AC - 035, 548, RO)

Em (162), é possível observar que a entidade *polícia*, apesar de não ter sido mencionada anteriormente no discurso do falante, pode ser incluída no campo semântico maior sobre o qual o falante discorre, ou seja, a violência. Esse exemplo evidencia que a avaliação é feita, de modo preferencial, a respeito de entidade já presente de algum modo na interação, não sendo, portanto, esse um fator distintivo das formas de predicação.

A discussão apresentada nesta seção centrou-se na análise dos fatores investigados para a busca de uma caracterização das propriedades gramaticais, semânticas e pragmáticas das construções estudadas. Os resultados, no entanto, não permitiram essa caracterização em razão do baixo número de ocorrências representativas dos fatores investigados. Dentre esses fatores, a caracterização mais importante revelada pela análise dos dados foi a de que as avaliações com o verbo *achar*, seja em predicações reduzidas seja em desenvolvidas, envolvem preferencialmente entidades evocadas, o que parece então ser típico das avaliações com o verbo “achar” e, possivelmente, das avaliações em geral.

Passa-se, na seção seguinte, à descrição e à análise dos fatores que permitem atestar a maior e menor GR das construções investigadas neste trabalho.

#### 4.2 Evidências sincrônicas da gramaticalização das predicções não-verbais encaixadas no verbo achar

Com base nos resultados quantitativos obtidos pelo programa estatístico Goldvarb, pode-se afirmar que a primeira evidência de que as predicções reduzidas constituem um estágio mais gramaticalizado do que a sua contraparte desenvolvida é a frequência total de ocorrência dos dois tipos de predicção, conforme os dados na tabela 4.

**Tabela 4**  
Frequência das predicções desenvolvidas e reduzidas no *corpus* de análise

<b>Tipo de predicção</b>	<b>Apl.</b>	<b>(%)</b>
<b>Predicções desenvolvidas</b>	61	38
<b>Predicções reduzidas</b>	99	62
<b>Total</b>	160	100

Os dados percentuais dispostos na tabela permitem verificar que as orações reduzidas no *corpus* investigado ocorrem com uma acentuada frequência em relação às desenvolvidas, o que constitui um forte indício para a comprovação da hipótese de que as PNVRA são construções mais gramaticalizadas do que as orações desenvolvidas.

A análise da frequência como um dos fatores característicos da GR é defendida, sobretudo, por Bybee (2003, p. 602), para quem o aumento da frequência de uso das formas e construções é resultante de um aumento nos números e tipos de contextos em que elas são empregadas.<sup>19</sup> Dado o percentual obtido para as predicções reduzidas, é possível afirmar, com base na referida autora, que esse tipo de construção estaria em um estágio mais avançado de GR em relação ao tipo desenvolvido.

<sup>19</sup> A verificação da ampliação dos tipos de contextos em que as predicções reduzidas e desenvolvidas são empregadas carece de uma investigação diacrônica, o que não constitui o propósito do presente trabalho.



Uma maior frequência de emprego das construções reduzidas em detrimento das desenvolvidas também pode ser observada quanto ao parâmetro de análise *pessoa gramatical*, cujos resultados percentuais obtidos são apresentados na tabela 5.

**Tabela 5**  
Frequência das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro *pessoa gramatical*

Pessoa gramatical	Tipo de predicção				Total
	Predicções desenvolvidas		Predicções reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>1ª pessoa do singular</b>	59/145	40.7%	86/145	59.3%	145/ 90.6%
<b>2ª pessoa do singular</b>	0/1	0%	1/1	100%	1/0.6%
<b>3ª pessoa do singular</b>	2/14	14.3%	12/14	85.7%	14/8.8%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Os dados da tabela revelam que, para os diversos tipos de pessoa do discurso, a 1ª pessoa do singular ocorre com uma frequência significativa em todo o *corpus*, com uma concentração maior de ocorrências de construções com predicções reduzidas, que representam quase 60% do total de orações levantadas para esse tipo de pessoa marcado no verbo *achar*. Esse resultado corrobora a hipótese inicial de que as predicções mais integradas seriam expressas na 1ª pessoa em virtude do valor pragmático desse tipo de construção.

Ferrari (2005), em seu estudo sobre a integração de construções epistêmicas completivas, como as mostradas respectivamente em (163) e (164), constatou que as construções epistêmicas mais integradas (como (164)) pressupõem uma experiência direta entre o sujeito e fonte da conclusão, realizando atos de fala expressivos; ao passo que as menos integradas, completivas prototípicas (como em (163)), indicam conclusões obtidas pelo sujeito na matriz por meio de uma experiência indireta, realizando atos de fala assertivos.

(163) Eu achei/considerarei/julguei que o livro era interessante.

(164) Eu achei/considere/julguei o livro interessante.

Essa constatação da autora pode ser verificada nos dados de orações reduzidas investigados neste trabalho, pois, ao se utilizar desse tipo de construção para expressar um julgamento, o falante (marcado no verbo pela 1ª pessoa gramatical) demonstra uma experiência direta com o alvo da avaliação, obtida a partir de um conjunto de evidências que lhe estão disponíveis. De modo contrário, quando o sujeito falante não demonstra ter essa experiência com a entidade avaliada, opta por empregar uma construção desenvolvida a fim de modalizar ainda mais o seu julgamento. Observem-se os exemplos:

(165) Doc.: A. você disse que qué(r) falá(r) sobre o Bush... qual é a sua opinião sobre ele o que que você acha do Bush?

**eu acho que ele é um:: um:: cara:: éh::... muito:: laDRÃO** que se acha o podeROso e que:: ele:: ele:: só qué(r) rique::za muito num se importa c'os outro... qué(r) guerra qué(r) guerra e como ele é um... ele é... como ele é coisa de país de prime(i)ro MUNdo... ele tem poder pra podê(r) fazê(r) isso acontecer né?... aí:: ele tem lá aquela história que ele que pegá(r) o petró::leo lá do (mundo) aí ele de/ lá do:: lá daquela Ará/ Arábia eu acho (AC - 001, 274, RO)

(166) Inf.: [é] (inint.) que eu esqueci que... eu acho que e ele também esCONde o que ele faz do povo americano eu acho que ele fal/... porque minha mãe minh/ EU já morei no Estados Unidos um tempo lá... e minha mãe fez amigo lá aí ele/ aí ela contô(u) essa história lá do BUsh... e elas falaram que que o Bush conta um de um jeito totalmente difeRENte... [...] eu acho que:: o mundo deve tê(r) consciência do que ele está fazen/ do que o mundo faz do que ele faz também... e eu acho que ele... deveria tá fazen(d)o até criá(r) um po(u)co de vergo::nha eu sei que eu num sô(u) uma (inint.) muito boa pra falá(r) isso (inint.) ((rindo)) mas... ele... ele... num dá pra explicá(r) ele é MUIto ruim... e::... **eu acho ele cínico né?**... hipócrita... e é essa a minha opinião opinião do Bush (AC - 001, 322, RO)

Ambos os excertos foram retirados do texto relato de opinião, em que o informante relata a sua opinião sobre o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Em (165),

tem-se o início do relato em que o informante já emite um julgamento sobre o presidente, utilizando-se para isso da estrutura de uma oração desenvolvida.

Como pode ser visto, o informante, ao empregar esse tipo de construção está tomando como alvo de sua avaliação um componente externo, isto é, a visão geral que a maioria dos outros países tem sobre o presidente norte-americano e seu governo. Isso se verifica, principalmente, após o emprego dessa construção quando ele elenca uma série de justificativas para o fato de ele ser considerado um cara ladrão, tais como “ele só quer riqueza”, “ele só quer guerra”, “tem lá aquela história que ele que pegá(r) o petró::leo lá do (mundo)”. Trata-se, na verdade, de estereótipos vinculados ao presidente Bush que não indicam uma conclusão do falante feita a partir de uma experiência direta com o alvo da avaliação, mas uma visão geral de todos os não norte-americanos.

Dessa forma, o falante utiliza uma oração desenvolvida como um recurso que tem a função de marcar o seu descomprometimento com a verdade do julgamento que emite, isto é, a codificação da avaliação sob a forma de uma predicação desenvolvida representa iconicamente o distanciamento do falante em relação ao alvo da avaliação, ou de acordo com Ferrari (2005), codifica uma avaliação realizada com base em uma experiência indireta com a entidade avaliada, cujo valor pragmático seria próximo de uma sentença declarativa. Esse resultado também evidencia a atuação do princípio da *iconicidade diagramática* elaborado por Givón (1980, 1985), de modo que a integração sintática entre as orações do complexo oracional reflete a integração semântico-pragmática dos conteúdos codificados por elas.

O mesmo não se verifica no exemplo (166), retirado do final do relato de opinião, em que o falante emprega uma predicação reduzida. Nessa ocorrência, o falante demonstra ter uma experiência direta com o alvo da avaliação, uma vez que fica evidente pelo seu discurso que ele já morou nos Estados Unidos e sabe que lá Bush tenta mascarar os reais acontecimentos do seu governo, o que faz com que o falante opte por representar

linguisticamente o seu julgamento sobre o referido presidente na forma de uma oração reduzida, assumindo assim, segundo Ferrari (2005), um valor mais expressivo.

Constata-se, portanto, que o emprego de uma predicação desenvolvida ou reduzida está relacionado ao grau de experiência do falante com o que é avaliado, de modo que, ao tratar de assuntos mais próximos da sua experiência e de seu conhecimento, há uma tendência de que a avaliação sobre determinada entidade seja codificada sintaticamente sob a forma de uma oração reduzida, ao passo que uma oração desenvolvida é utilizada pelo falante como um índice linguístico de que sua avaliação está pautada em experiências obtidas indiretamente por ele. Os resultados obtidos para a 3ª pessoa do singular mostram que as predicções reduzidas também são mais frequentes para esse tipo de pessoa em relação às desenvolvidas. Apesar de a porcentagem de predicções reduzidas na terceira pessoa ser grande, os números absolutos revelam que se tratam de poucas ocorrências, apenas 12 do total de 14 encontradas para esse tipo de pessoa, o que sugere haver uma tendência (e não um comportamento categórico) de que avaliações feitas pela 3ª pessoa, ou seja, quando o falante reporta a avaliação de outrem, também se realizem mais na forma de predicções reduzidas. Esse resultado contraria a expectativa para esse fator, uma vez que o esperado era que as orações desenvolvidas apresentassem com maior frequência a 3ª pessoa do singular em razão de a avaliação ser naturalmente mais distante (indireta) do falante.

De qualquer modo, pode-se considerar que seja na 1ª pessoa seja na 3ª, a avaliação feita mais na forma de predicação reduzida reflete a experiência direta do referente sujeito na matriz, independentemente de este corresponder ao falante ou à 3ª pessoa, conforme evidenciam os exemplos apresentados a seguir.

- (167)      minha mãe fala que eu nasci... seis horas da manhã... a hora que tava tocando Ave Maria... olha como que é... as coisas da vida... toCANdo... Ave Maria qué(r) dizê(r)... o Senhor... tava assim... mostran(d)o já que eu IA tê(r)... sabe?... Ave Maria é

maravilhosa linda essa música **eu acho a coisa mais linda essa música...** (AC - 106, 319, NE)

(168) teve um dia que ela foi numa lanchonete... ela foi numa lanchonete... e assim por uma acaso ela viu ela viu um rapaz... agachado compran(d)o/ pegan(d)o acho que doce compran(d)o doce... pr'uma menininha... aí ela ficô(u) muito espantada com isso que ela gostô(u) muito... de tê(r) visto **ela achô(u) muito bonito a atitude de::le** e tal... (AC - 046, 166, NR)

A ocorrência em (167) demonstra que o emprego de uma predicação reduzida é uma evidência linguística da experiência direta da informante com a música Ave Maria, ou seja, essa oração representa iconicamente o fato de o sujeito da matriz, que corresponde ao próprio falante, já ter ouvido a música Ave Maria, o que resulta na avaliação dessa entidade por meio de uma oração reduzida.

Ressalte-se que essa experiência não está relacionada apenas ao fato de já ter ouvido ou conhecer a música, mas também às reações emocionais que esse tipo de experiência, por ser direta, acarreta ao falante e que, conseqüentemente, são codificadas sob a forma de predicações reduzidas. Dessa forma, se o falante tivesse avaliado essa entidade por meio de uma oração desenvolvida, como “eu acho que essa música é a coisa mais linda”, a expressividade não seria a mesma, ou seja, não denotaria uma experiência resultante de uma relação direta do falante com o alvo da avaliação.

Do mesmo modo em (168), a forma sob a qual a informante apresenta a avaliação da sua mãe por meio de uma reduzida é uma estratégia da língua que indica que a avaliação relatada resultou de uma experiência obtida diretamente pelo referente sujeito (sua mãe, 3ª pessoa) com o alvo da avaliação (a atitude do rapaz), por isso expressa na forma de uma reduzida.

Também nesse último caso, observa-se que, se a informante reportasse a avaliação na forma de uma oração desenvolvida, “ela achou que a atitude dele foi muito bonita”, a expressividade, característica de uma experiência mais direta com o alvo da avaliação, não

seria obtida, uma vez que, como aponta Ferrari (2005), o valor pragmático seria próximo de um ato de fala assertivo. Nesse sentido, as predicções reduzidas representam experiências mais próximas semântica e conceitualmente, que são por isso codificadas sintaticamente como mais integradas, como aponta Ferrari (2005), assumindo, assim, um valor pragmático mais expressivo. Essa constatação pode ser comprovada, sobretudo, quando se contrastam as predicções reduzidas, como as apresentadas anteriormente, às desenvolvidas, como elucida o exemplo a seguir:

(169) ... aí... e eu acho que os... iraquianos têm mais razão do que ele tem... de que governá(r) o mun::do de querê(r) se/ querê(r) petró::leo petró::leo... e ele falô(u) que era uma ameaça ao mundo mas não é isso que:: ele num tá fazen(d)o isso ele tá pegan(d)o o petróleo de o(u)tro país... pa num tê(r) que pagá(r) (quanto mais) tá o petróleo que eles querem... e e eu num concordo porque eles tinha o dinhe(i)ro pra podê(r) comprá(r) num tinha que tê(r) guerra... e eu num gOSto de guerra eu acho (podre) **eu acho que é uma solução irracional** (brutal) buscá(r) uma solução racional... porque não não escolher a ela em vez... disso que ele está fazen(d)o... eu acho que... sei lá... ele num ele num::... num é um... um cara bom pra ser governante de um país de prime(i)ro mun::do (AC - 001, 306, RO)

Na ocorrência acima, o informante emite o seu julgamento sobre a guerra que ocorre no Iraque pela disputa de petróleo e verifica-se que a forma como é apresentada essa avaliação, por meio de uma oração desenvolvida, reflete o grau de experiência com o estado-de-coisas avaliado. O emprego de uma oração desenvolvida evidencia que o falante não tem uma experiência direta com o alvo da avaliação por se tratar de um informante de apenas 10 anos que, assim como grande parte dos brasileiros mais jovens, não conheceram a realidade de uma guerra, realidade que só pode ser obtida por meios indiretos, como jornais, revistas e noticiários.

Verifica-se, nesse caso, que as predicções desenvolvidas são utilizadas pelo falante como um recurso linguístico para atenuar a crítica presente na avaliação da situação

enunciada, já que o falante não quer se comprometer com a verdade dessa afirmação em virtude da sua experiência indireta com a entidade avaliada.

Nesse exemplo, fica claro que o grau de experiência com uma determinada situação é refletido na organização sintática da língua. Também a esse respeito, Givón (1980, 1985), em trabalho sobre a complementação verbal do inglês, propõe o *princípio da proximidade*, que determina que quanto mais próximos dois conceitos estiverem semântica ou funcionalmente, maior a tendência de eles serem expressos com maior adjacência e, assim, de modo mais integrado lexical, morfológica ou sintaticamente.<sup>20</sup> De acordo com esse princípio, o modo de organização da estrutura da língua tende a refletir iconicamente o modo de organização da estrutura da experiência humana.

Assim, consoante ao princípio proposto pelo autor, as PNVRA configuram construções mais gramaticalizadas do que as desenvolvidas, em razão da sua forte integração à matriz a que se ligam.

Ainda acerca da predominância da 1ª pessoa nas construções mais integradas, essa frequência revela especialização da forma da oração matriz da predicação reduzida. Essa afirmação está em conformidade com o *princípio de especialização* proposto por Hopper e Taugott (2003), que consiste no fato de que a redução das escolhas para expressar uma determinada função está relacionada ao aumento do grau de gramaticalização da forma empregada para o cumprimento da função.

Trata-se, portanto, de mais uma evidência de que as PNVRA são construções mais gramaticalizadas do que as predicações desenvolvidas, pois o percentual de 1ª pessoa nas orações reduzidas indica que essa forma está se especializando em contextos em que o falante

---

<sup>20</sup> O princípio é elaborado por Givón nos seguintes termos: “The closer together two concepts are semantically or functionally, the more likely are to be put adjacent to each other lexically, morpho-tactically or syntactically”. (GIVÓN, 1985, p. 202).

sente a necessidade de emitir uma avaliação sobre determinada entidade presente em seu discurso.

Como é possível depreender da leitura da tabela 5, apenas uma ocorrência de 2ª pessoa do singular foi encontrada nos dados de orações reduzidas. Essa ocorrência corresponde a uma pergunta retórica presente em um relato de opinião, conforme se verifica em (169).

- (170) Inf.: ai porque eles num fica assim... eu vô(u) éh... fazem(d)o paneli::nha eles num fica falan(d)o mal um do ou::tro cê vê que eles só se defende... eles num acha justo que ELES... lá do lado da panelinha que eles fala né?... fazem com eles... só ficam falan(d)o mal... que nem a Aline vai lá... chora as pitanga c'a *Pink*... depois... tudo o que a *Pink* fala pra ela... ela vai lá e conta po... contava po Rogério po <sup>12</sup>[P.A.::]  
<sup>12</sup>[Doc.: ham:::]... né?... eu ai/ **cê acha isso bonito?**... num é bonito né? (AC - 104, 279, RO)

O emprego de uma reduzida sob a forma interrogativa constitui uma estratégia interessante utilizada pelo falante na medida em que reforça a sua avaliação, no caso em questão, acerca dos participantes do *reality show Big Brother Brasil*. Esse efeito avaliativo só é obtido em virtude de se tratar de uma pergunta retórica, uma vez que uma pergunta tradicional (isso é bonito?) não permitiria a mesma expressividade da avaliação feita pelo falante. Assim, embora a ocorrência se refira à segunda pessoa, sua estrutura é resultado de uma avaliação do falante, o que também reforça a função avaliativa, resultante da experiência direta do falante, que é característica das predicação reduzidas.

Quanto ao parâmetro *tipo de texto*, averiguou-se que tanto as orações desenvolvidas quanto as reduzidas exibem frequência alta de ocorrência no relato de opinião, como mostra a tabela a seguir.



**Tabela 6**  
Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro *tipo de texto*

Tipo de texto	Tipo de predicção				Total
	Predicções desenvolvidas		Predicções reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Narrativa de experiência pessoal (NE)</b>	5/25	20%	20/25	80%	25/15.6%
<b>Narrativa recontada (NR)</b>	3/21	14.3%	18/21	85.7%%	21/13.1%
<b>Descrição (DE)</b>	3/16	18.8%	13/16	81.2%	16 10%
<b>Relato de Procedimento (RP)</b>	0/1	0%	1/1	100%	1/0.6%
<b>Relato de opinião (RO)</b>	50/97	51.5%	47/97	48.5%	97/60.6%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Os dados dispostos na tabela indicam que há um equilíbrio no percentual de ocorrências de desenvolvidas e reduzidas para o texto *relato de opinião*, visto que representam respectivamente 51.5% e 48.5%, do total de dados. Tais resultados, embora não possibilitem estabelecer uma distinção entre as construções no que tange à hipótese de integração, confirmam as conclusões obtidas por Cezario (2001) e Votre (2004) que constataram uma maior ocorrência de verbo *achar* com sentido de opinião em textos argumentativos. Assim, a alta frequência do verbo *achar* com sentido de opinião nesse tipo textual propicia o aparecimento de construções como as PNVRA.

Já os resultados obtidos para o tipo de texto *narrativa de experiência pessoal*, ainda que não sejam altos os totais de ocorrência, revelaram uma diferença significativa de comportamento entre as construções investigadas, pois, conforme mostra a tabela 6, do total de ocorrências para esse tipo de texto, 80% correspondem às predicções reduzidas enquanto apenas 20% às desenvolvidas. Esse resultado também indica que as predicções reduzidas são estruturas resultantes de gramaticalização a partir das desenvolvidas, uma vez que se verifica aqui a atuação do princípio de especialização (Hopper e Traugott, 2003), segundo o qual o

estreitamento das opções para expressar uma determinada função é consequência de sua GR, pois as predicções reduzidas estariam se especializando em contextos em que o falante relata uma experiência pessoal.

O mesmo princípio de especialização parece atuar também quando o falante emprega uma predicção reduzida para avaliar alguma entidade no relato de uma história que ocorreu com outra pessoa. Os percentuais obtidos para o tipo de texto *narrativa recontada*, ainda que baseados em número baixo de ocorrências, indicam esse comportamento, já que, do total de ocorrências analisadas para esse tipo textual, 85.7% referem-se às reduzidas e somente 14.3% às desenvolvidas.

É possível correlacionar tais resultados ao grau de experiência do sujeito avaliador tal como proposto por Ferrari (2005). Conforme explicado anteriormente, a autora constatou que as construções mais integradas demonstram uma experiência direta entre sujeito da matriz e fonte da avaliação. Ao verificar as ocorrências referentes aos tipos de textos narrativa de experiência pessoal e narrativa recontada, constatou-se que em todas elas o sujeito da matriz revela uma experiência direta com a situação avaliada, obtida por meio da visão, audição, etc, como mostram os exemplos seguintes.

- (171) nós tinha ido... um passeio muito bom que a gente fez lá na...é::... na igreja do Divino Pai Eterno em Goiás... lá **achei muito linda aquela igre::ja...** tinha muita vontade de í(r) lá... e fazia po(u)co tempo falei –“ah... meu divino pai eterno... me tira esse cachorro de cima de mim”–... mas o cachorro... uma hora saiu assim que... <sup>2</sup>[me deixô(u) eu quietinha] (AC - 140, 25, NE)
- (172) ah (eu vô(u) contá(r)) da minha irmã do cursinho também... a minha irmã conheceu um meni::no ela me contô(u) que conheceu um meni::no... lá no cursinho... que a::/ chama M. que é o moleque que eu gostava... que é a cara do::... que é a cara d'um menino que eu gostava (tanto que) eu fiquei com ele bastante tempo... só:: assim... tipo... apareceu assim na vida dela assim mas ((risos)) (com se fosse na minha assim sabe?) que já aconteceu comigo e apareceu pra ela agora... aí ela fica toda/ aí ela tava toda encantada c'o menino aí ela me conta que ele falô(u) que:: que **ele achô(u) ela boni::ta...** mas ele é mais novo que e::la ele mora em o(u)tra cida::de ((risos)) (inint.) ele é do sítio... (AC - 016, 106, NR)

Em (171), a informante, ao narrar uma história em que foi atacada por um cão, relata sua visita à igreja do Divino Pai Eterno na cidade de Goiás e utiliza uma PNVRA para emitir um julgamento sobre essa igreja. Nesse exemplo, o emprego desse tipo de predicação sob sua forma reduzida revela que a avaliação feita está baseada em uma experiência direta da informante com a igreja, e, por esse motivo, constitui uma realidade mais próxima da informante que, então, é codificada sintaticamente de modo mais integrado.

Já em (172), a informante, em sua narração sobre o pretendente de sua irmã, utiliza uma PNVRA a fim de relatar a avaliação do menino sobre a irmã dela. É possível observar que o emprego dessa construção evidencia uma experiência direta entre o sujeito da matriz e a fonte da conclusão, uma vez que resulta de um contato visual do garoto com a irmã da informante. Tanto a avaliação resultante quanto a reação emocional causada por esse contato são expressas por meio de uma oração reduzida, que representa, na estrutura morfossintática, essa relação direta entre falante e alvo da avaliação.

O tipo de texto *descrição*, por sua vez, é o segundo percentual mais alto de ocorrências encontrado no *corpus*. Os resultados obtidos para cada tipo de predicação mostram que as reduzidas são utilizadas com maior frequência (81.2%) em contextos em que o falante faz a descrição de um lugar do que as desenvolvidas, as quais representam apenas 18.8% do total de dados analisados para esse tipo textual. Essa frequência, no entanto, deve ser relativizada tendo em vista que o número total de ocorrências representativas de cada um dos tipos é baixo, 3 e 13, para as orações desenvolvidas e reduzidas respectivamente.

Também nos textos descritivos verifica-se que o emprego das orações reduzidas está relacionado ao grau de experiência do sujeito da matriz com o alvo da avaliação, tendo em vista que, nos textos descritivos do Iboruna, o informante é instruído pelo documentador a

descrever objetos, lugares com os quais tem uma proximidade maior, o que se reflete no momento da avaliação sob a forma de uma oração reduzida.

Por fim, o tipo de texto *relato de procedimento*, conforme mencionado ao final do capítulo anterior, em virtude de ser um texto do tipo injuntivo, não se mostrou produtivo para os tipos de construções aqui investigados, uma vez que corresponde a apenas 0.6% do *corpus*, o equivalente a uma ocorrência, correspondente a uma predicação reduzida, que segue transcrita em (173).

(173) então entra tudo isso... então são:: reuniões que a gente faz então... a pessoa que vai operá(r) pode fazê(r) pergunta pra mim... [Doc.: uhum ((concordando))] como quisé(r)... como que foi? se eu tava ciente das coisa se num tava ciente... se pra mim teve tudo esse curso ou se num teve eles perguntam tudo isso... como eu fui operada logo que surgiu isso pra mim num teve nada disso... eu fui com a cara e a coragem... mas **eu acho muito bom agora essa/ esse negócio de eles fazerem cursinho essas ham::... ham:: palestras** porque vai a pessoa vai entendendo mais que obesidade é uma doença... feia e brava... brava mesmo (AC - 152, 390, RP)

No exemplo acima, a informante está explicando o funcionamento das dinâmicas de grupo em que participa, que são voltadas para o tratamento de pacientes obesos antes e após cirurgias. Observe-se que a ocorrência aparece em um trecho de avaliação feita pela informante acerca da importância da realização desse “curso” ou “palestra” a que ela se refere para a conscientização dos pacientes, ratificando, mais uma vez, a função avaliativa característica das PNVRA.

No que respeita o critério *tempo e modo do verbo “achar”*, observou-se que, de modo contrário ao esperado, esse verbo, quando está no presente do indicativo, revela um equilíbrio entre os tipos de orações investigados. Os resultados percentuais obtidos para esse tempo e para os demais podem ser conferidos na tabela 7.

**Tabela 7**  
 Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro *tempo e modo do verbo achar*

Tempo e modo do verbo <i>achar</i>	Tipo de predicção				
	Predicções desenvolvidas		Predicções reduzidas		Total
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Presente do indicativo</b>	60/127	47.3%	67/127	52.7%	127/79.4%
<b>Pretérito perfeito do indicativo</b>	1/26	3.8%	25/26	96.2%	26/16.2%
<b>Pretérito imperfeito do indicativo</b>	0/7	0%	7/7	100%	7/4.4%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Como mostra a tabela 7, os percentuais obtidos para as orações desenvolvidas e reduzidas cujo verbo *achar* está no presente do indicativo são muito próximos, já que cada tipo de oração conta com quase metade do total de dados analisados para esse tempo e modo verbal. Uma diferença maior foi verificada no tempo pretérito perfeito do indicativo, haja vista que 96.2% do total de ocorrências do verbo *achar* nesse tempo correspondem às orações reduzidas. Os números relativos ao tempo pretérito imperfeito do indicativo também indicam um predomínio de orações reduzidas nesse tempo. Tais resultados, ainda que se baseiem em total de ocorrências não muito representativo, indicam que as avaliações feitas no tempo passado são predominantemente expressas por predicções reduzidas, o que sugere tratar-se de mais um contexto de especialização desse tipo de construção.

Nesse caso, observou-se ainda que o emprego do tempo pretérito em orações reduzidas tem relação direta com o grau de experiência do sujeito matriz em relação à entidade avaliada, ou seja, todas as construções em que o verbo *achar* está nesse tempo denotam uma experiência direta entre sujeito da matriz e a fonte da avaliação, como ilustram os exemplos seguintes.

(174) Inf.: ah:: o Morumbi:: é tudo manSÃO né? meu... as casa lá pequena lá... as casa lá pequena lá o quarto já dá minha casa já né?... é enorme lá eu trabalhei::... de servente de pedre(i)ro lá no Morumbi... n/... na frente da Bande(i)rantes né?... com o dono da::... d'um dos dono da *Lorenzetti* né?... ele queria que fizesse... uma garagem lá pos carro dele lá e::... fui trabalhá(r) lá e **achei muito bonito assim aquele lugar lá::** tam(b)ém... extremamente é o(u)tro mundo né? (AC - 069, 185, DE)

(175) Inf.: aham ((concordando))... aconteceu comigo... e::ra uma época que... acho que uns:: quatro ano atrás eu tava desempregada né? eu tava em ca::sa tal... e naquela época era só festa né? eu só saía... eu só encontrava c'os meus ami::gos só dorMIA num queria nada c'a vida procurava serviço mas num era uma coisa importante pra mim não... e:: tal... aí teve um dia... éh:: tinha um moço que morava perto de casa que **eu achava ele muito lindo...** que ele tinha acabado de mudá(r) lá tudo tudo as menininha... em polvorosa [Doc.: sei] querendo conhecê(r) Ele... (AC - 074, 100, NE)

No exemplo (174), a experiência observada entre o sujeito e a entidade alvo da avaliação, o bairro da cidade paulista conhecido como Morumbi, expressa iconicamente a proximidade do falante com o que é avaliado, o que fica evidente quando ele relata ter feito alguns serviços nesse bairro.

Também em (175), observa-se, no relato da informante, que há um contato do sujeito com o alvo da avaliação, e tanto a avaliação quanto a reação emocional resultante dessa experiência são codificados sintaticamente na forma de uma predicação reduzida.

Ambos os exemplos demonstram que, mesmo a experiência sendo pretérita, a língua tende a refletir a proximidade entre sujeito e alvo da avaliação resultante dessa experiência no modo de organização da estrutura sintática em que os conteúdos da oração matriz e encaixada são codificados de forma mais integrada.

Outro critério de análise que comprova a hipótese de integração das PNVRA é a *presença de material interveniente* entre o complementizador e a cópula, nos casos de predicções não-verbais desenvolvidas; e entre o verbo *achar* e a predicação encaixada, para os casos de reduzidas. Os resultados obtidos para esse critérios podem ser observados na tabela 8.

**Tabela 8**  
Porcentagem das pregações desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro *presença/ausência de material interveniente*

Presença/ausência de material interveniente			Tipo de pregação				
			Pregações desenvolvidas		Pregações reduzidas		Total
			Apl.	%	Apl.	%	
<b>Ausência de material interveniente</b>	55/150	36.7%	95/150	63.3%	150/93.8%		
<b>Presença de material interveniente</b>	6/10	60%	4/10	40%	10/0.6%		
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%		

Os dados percentuais obtidos comprovam a hipótese aventada para a investigação desse parâmetro de que a ausência de material interveniente é um indicativo de maior integração, pois evidenciam que as orações reduzidas são mais integradas às matrizes a que se encaixam, haja vista que, das 99 ocorrências levantadas, 95 não apresentam material interveniente. Verificou-se que, quando há material interveniente, este sempre é uma expressão adverbial ou preposição (cf. (176) e (177)), mas nunca uma oração, que, por outro lado, encontra-se como material interveniente nas pregações desenvolvidas (cf. (178)).

(176) N'Esse filme que ela... eu não me lembro não recordo o nome... éh:: o PRÓprio Jesus Cristo nesse filme ele teve relações sexuais com marida/ Maria Madalena... diz que se chamava:: *A última tentação de Cristo*... aonde ela/ ele (a)cabô(u) caindo na tentação né? se desviando da/ da situação em si... e:: **eu achei assim muito... exagerada essa história** (AC - 026, 90, NR)

(177) (Inf.: olha... hoje e/ eu acho que tá muito liberal o sexo aí FOra... então hoje a mocidade acha que isso é tudo normal... pra eles são normal... isso daí é uma coisa normal... né? uma/ uma/ hoje uma moça engravidá(r)... hoje **ela acha até normal isso daí**... antigamente num era mas hoje a mocidade tá achan(d)o isso como uma coisa normal... e isso é ruim (AC - 126, 203, RO)

- (178) então eu acho assim que... essa qualidade de vida... que eu pude adquirir(r) nessa influência... religiosa... [Doc.: hum] é muito interessante... é muito importante... de você HOje tem gente preocupado com sexta-fe(i)ra treze... com sexta-fe(i)ra treze... eu estô(u) is/ i/ in/ imensamente assim... é é é agradada que hoje é sexta-fe(i)ra treze... mas é o dia de Fátima... hoje é dia das aparições de Fátima... (AC - 114, 776, RO)

Como pode ser visto pelos exemplos apresentados, a possibilidade de inserção de uma oração complexa entre o complementizador e a cópula nas predicções desenvolvidas revela que a integração entre matriz e encaixada é fraca em virtude do distanciamento entre essas duas porções. Por sua vez, a não ocorrência de orações entre a matriz e a predicção não-verbal nas reduzidas indica que essas construções são mais integradas do que as desenvolvidas, pois são menos propícias à intervenção de um material complexo e mais extenso entre os conteúdos da matriz e encaixada.

Quanto ao parâmetro *concordância nominal entre o elemento avaliativo e a entidade avaliada*, verificou-se que, de um modo geral, ambas as construções analisadas apresentam a concordância entre o elemento avaliativo e a entidade avaliada. Os resultados percentuais podem ser vistos na tabela 9.

**Tabela 9**

Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro *concordância nominal entre o avaliativo e a entidade avaliada*

Concordância nominal entre o avaliativo e a entidade avaliada	Tipo de predicção				
	Predicções desenvolvidas		Predicções reduzidas		Total
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Ausência de concordância</b>	1/9	11.1%	8/9	88.9%	9/5.6%
<b>Presença de concordância</b>	60/151	39.7%	91/151	60.5%	151/94.4%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Embora, a princípio, os resultados obtidos demonstrem que haja uma diferença percentual de pouco mais de 20% entre as orações desenvolvidas e reduzidas com relação à



presença de concordância, observa-se que, ao se considerar os números absolutos, essa diferença pode ser justificada pela maior quantidade de reduzidas no *corpus* analisado. Logo, essa frequência, tomada isoladamente, parece não comprovar a hipótese de integração proposta neste trabalho, haja vista que os números absolutos indicam que, do total de ocorrências de reduzidas e desenvolvidas no *corpus*, tanto as orações desenvolvidas quanto as reduzidas apresentam concordância, servindo, portanto, à caracterização de ambas as construções.

Todavia, os resultados para a ausência de concordância, apesar de não serem expressivos em números absolutos, indicam que há uma tendência de que, nas predicções reduzidas, a concordância entre o avaliativo e a entidade avaliada não seja feita. Essa constatação contraria a expectativa elaborada para esse fator de que a ausência de concordância seria mais frequente nas predicções desenvolvidas por conta da cópula, que poderia induzir a uma não-concordância caso o falante também não fizesse a concordância com esse verbo.

Esse dado se torna ainda mais interessante se considerarmos a ordenação do avaliativo em relação à entidade avaliada. No total de 8 ocorrências em que se observa ausência de concordância, em 7 delas o elemento avaliativo está anteposto ao referente avaliado, como mostram os exemplos a seguir:

- (179) teve um dia que ela foi numa lanchonete... ela foi numa lanchonete... e assim por uma acaso ela viu ela viu um rapaz... agachado compran(d)o/ pegan(d)o acho que doce compran(d)o doce... pr'uma menina... aí ela ficô(u) muito espantada com isso que ela gostô(u) muito... de tê(r) visto **ela achô(u) muito bonito a atitude de::le** e tal... (AC - 046, 166, NR)
- (180) **acho::... bonito também assim a parte::... das avenidas né?** que a gente tem... a avenida Bady Bassi::tt... tem... alí a Andaló tam(b)ém né?... a parte do shopping ali::... (AC - 069, 143, DE)

- (181) um professor da faculdade uma vez colocô(u) assim... que religião foi uma coisa... criada pelos ricos... pra que os pobres pudessem vivê(r) de esperança... [Doc.: uhum ((concordando))] mas se foi isso mesmo... que seja bem dito... que tê(r) esperança é tão... *light*... tão gostoso você... tê(r) esperan::ça... você::... é:: trabalhá(r) pra conquistá::(r)... é **eu acho tão... tranqüilo essas coisas** sabe?... (AC - 114, 851)

As ocorrências apresentadas sugerem que a ausência de concordância entre avaliativo e entidade avaliada esteja relacionada à proximidade do elemento avaliativo à matriz, o que levaria o falante a optar por formas não marcadas de concordância (*masculino, singular*) em vez de baseá-la na forma do referente avaliado que se encontra posposto, posição que desfavorece a concordância, dada a semelhança que o constituinte passa a exibir com objetos, em vez de com sujeitos. Assim, verifica-se que a proximidade do elemento avaliativo ao predicado matriz e a ausência de concordância observada entre avaliativo e entidade avaliada são também indicativos de que as predicções reduzidas são estruturas mais integradas do que as desenvolvidas.

A princípio, portanto, esse fator parece indicar que as predicções reduzidas aqui investigadas constituem estruturas mais gramaticalizadas do que as desenvolvidas. Porém, esse resultado se fundamenta em poucos dados, indicando que, para uma afirmação mais segura a esse respeito, faz-se necessária uma investigação desse fator em pesquisa que leve em consideração uma maior quantidade de dados.

Quanto ao critério *ordem do avaliativo em relação à entidade avaliada*, observou-se que, de um modo geral, o elemento avaliativo encontra-se posposto à entidade avaliada em ambas as construções, com um total de 73.8%. Relativamente à distribuição desse percentual em cada tipo de oração, os resultados obtidos indicam que há certo equilíbrio entre orações desenvolvidas e reduzidas, já que as primeiras contam com 45%, e as segundas, com 55% do total de ocorrências em que há posposição do avaliativo. Esses e os resultados relativos à anteposição do avaliativo estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 10  
 Porcentagem das predicções desenvolvidas e reduzidas segundo o parâmetro *ordem no elemento avaliativo em relação à entidade avaliada*

Ordem no elemento avaliativo em relação à entidade avaliada	Tipo de predicção				Total
	Predicções desenvolvidas		Predicções reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>Elemento avaliativo posposto</b>	53/118	45%	65/118	55%	118/73.8%
<b>Elemento avaliativo anteposto</b>	8/42	19%	34/42	81%	42/26.2%
<b>Total</b>	61/16	38%	99/160	62%	160/100%

Como evidenciam os dados percentuais apresentados na tabela 10, a diferença entre os dois tipos de orações é verificada quando o elemento avaliativo é anteposto à entidade avaliada. Do total de dados em que há anteposição do avaliativo, 81% estão concentrados nas predicções reduzidas. Esse resultado também é indicativo de que as reduzidas são mais integradas do que as desenvolvidas, haja vista que a anteposição do avaliativo nas predicções reduzidas acarreta maior proximidade entre o predicado matriz e esse elemento e, conseqüentemente, maior integração da construção. Essa constatação remete ao princípio da proximidade elaborado por Givón (1980, 1985), que propõe que quanto mais integrados conceptualmente estiverem dois conteúdos, maior a tendência de que eles sejam expressos de modo mais integrado sintaticamente.

Além de evidenciar uma integração maior entre matriz e encaixada, a anteposição, nas predicções reduzidas, confere uma maior expressividade à avaliação do sujeito falante se comparada ao seu efeito nas predicções desenvolvidas. Nesse tipo de oração, observa-se uma avaliação voltada para a identificação da entidade avaliada dentro de um grupo maior em que ela se insere, como mostra a comparação entre (182) e (183).

(182) Inf.: ah:: o Morumbi:: é tudo manSÃO né? meu... as casa lá pequena lá... as casa lá pequena lá o quarto já dá minha casa já né?... é enorme lá eu trabalhei::... de servente de pedre(i)ro lá no Morumbi... n/... na frente da Bande(i)rantes né?... com o dono da::... d'um dos dono da *Lorenzetti* né?... ele queria que fizesse... uma garagem lá pos carro dele lá e::... fui trabalhá(r) lá e **achei muito bonito assim aquele lugar lá::** tam(b)ém... extremamente é o(u)tro mundo né? (AC - 069, 185, DE)

(183) Doc.: e cê falô(u) asSIM do processo de seleção que é o vestibular né? que que cê pensa sobre (isso)?

Inf.: éh eu acho que num é:: a forma... éh:: num é a forma ideal de se selecioná::(r) mas eu também num/ num tenho nenhuma opinião formada sobre qual seria a forma ideal já que se tem que fazer essa seleção... éh::... porque o número de vagas éh é muito menor do que o número de interessados... éh... mas eu num tenho nenhuma opinião de como meLHORÁ(r) isso como/ como fazê(r) pra/ pra só que **acho que não é/ não é a forma ideal (realmente) o vestibular** (por que) por sê(r) uma avaliação feita em um dia só em... definições muito/ muito específicas (AC - 083, 351, RO)

Outro aspecto importante que aponta para uma trajetória de GR das construções investigadas está relacionado à ordem do avaliativo em relação ao complementizador e à cópula nas orações desenvolvidas. Verificou-se que, do total de oito ocorrências em que o avaliativo está anteposto à entidade avaliada, em sete delas a cópula não está situada entre a entidade e o avaliativo, mas está próxima do complementizador, como pode ser visto na ocorrência a seguir:

(184) Inf.: ah tipo::... acho que se SExo vai graviDEZ:: todo mundo ficando GRÁvida parece que é moda agora... adolescente de dezesse::is dezessete anos ficá(r) grávida... **eu acho que é ridículo isso...** ficá(r) grávida assim (AC - 010, 443, RO)

Essa constatação constitui uma evidência importante uma vez que, ao se considerar uma trajetória de dessentencialização, conforme discutida no capítulo I, seção 1.2, a aproximação da cópula e do complementizador teria como próximo passo na escala de GR o apagamento de ambos, resultando em uma oração reduzida.

Justifica essa afirmação a proposta de Kato (2007) sobre a terceira cópula do português ou cópula zero para as SCs, pois, segundo a autora, é possível atribuir às miniorações uma leitura enfática semelhante a permitida pelas sentenças clivadas, como em “É inteligente que o menino é” (sentença clivada) e “É inteligente este menino” (SC ou minoração). A autora explica que essa focalização permite constatar que a cópula nessas construções, por não desempenhar a função de um verbo pleno, pode ser facilmente apagada quando está em posição inicial de sentença, dando origem às SCs.

Essas considerações feitas por Kato (2007) podem, portanto, explicar o apagamento da cópula quando está situada depois do complementizador. Assim, conforme mencionado anteriormente, o apagamento da cópula e do complementizador em razão da proximidade entre os dois resultaria em uma estrutura mais integrada, as PNVRA.

Com relação ao critério *forma do avaliativo*, também se constataram resultados importantes para a comprovação da hipótese de integração das PNVRA, que estão expostos na tabela 11.

**Tabela 11**  
Porcentagem das predicações desenvolvidas e reduzidas para o parâmetro *forma do elemento avaliativo*

Forma do elemento avaliativo	Tipo de predicação				Total
	Predicações desenvolvidas		Predicações reduzidas		
	Apl.	%	Apl.	%	
<b>SA (Sintagma adjetival)</b>	46/134	34.3%	88/134	65.7%	134/83.8%
<b>SN (Sintagma nominal)</b>	7/12	58.3%	5/12	41.7%	12/7.5%
<b>SN + modificador</b>	8/14	57%	6/14	43%	12 /8.8%
<b>Total</b>	61/160	38%	99/160	62%	160/100%

Conforme já era esperado, nas predicações não-verbais, tanto desenvolvidas quanto reduzidas, o avaliativo é expresso mais frequentemente sob a forma de um SA, o que pode ser

explicado pelo fato de a categoria adjetivo ser forma mais prototípica para a expressão de avaliação e de julgamento, se comparada, por exemplo, à categoria dos substantivos. No que respeita cada tipo de oração, verificou-se uma frequência maior para as reduzidas, que concentram pouco mais de 65% do total de ocorrências com esse tipo de avaliativo.

Na categoria referente ao SA, foram incluídos três casos de avaliativos com a forma de pronome indefinido, advérbio e SPrep, como mostram os exemplos em (185), (186) e (187), respectivamente. Embora esses casos sejam estruturalmente distintos, expressam avaliação semelhante à expressa por um adjetivo prototípico, uma vez que o pronome indefinido *tudo* e o advérbio *demais* correspondem a uma espécie de superlativo de “bom” e “ruim”; ao passo que o SPrep *sem graça*, em (187), aparentemente não conta com SA equivalente.

(185) a gente já tem aluno no estado que tem valo::res... que tem::... sabe?... o companhe(i)rismo com os colegas as/ éh:: valoriza o professor... mas:: isso aí eu acho que tam(b)ém num depende muito da classe social não depende muito da família [Doc.: uhum ((concordando))] né?... **eu acho que a família é tudo**... em casa que ele vai aprendê(r) valo::res... respeitá(r) o pró::ximo... éh:: tê(r) interesse pelo estu::do. (AC - 116, 293, RO)

(186) Inf.: o PAi dele assim ACEITA o pai dele aceitô::(u)... a/ o que ele escolheu mas ah/ o que acontece é minha tia... ela é muito... num aceita num adian::ta eu acho que isso faz MA::L pra ela muito mal... e agora tá sem fi::lho... num tem ninguém::... fica sozinha só fica ela e o meu tio meu tio QUÉ(r) que ele more em casa... só que não aceita o/ o namorado e isso eu conCORdo que uma mãe num precisa vê(r) o filho com seu namorado... **eu acho que isso também já é:: demais** é extrapolá(r)... (AC - 052, 300, RO)

(187) (a gente ficô(u)) uns cinco dias... em Cachoe(i)ra Paulista... essa foi a melhor viagem da minha vida inTE(i)ra inte(i)rinha inte(i)rinha inte(i)rinha [Doc.: aham] num gosto de praia... num:: suporte praia... **acho a coisa mais sem GRAça do mundo** ainda mais praia deserta... (AC - 020, 26, NE)

Tais resultados obtidos para o fator SA evidenciam que as reduzidas são construções mais integradas, principalmente, em comparação com os resultados obtidos para as formas SN e SN com modificador.

Para esses, a leitura da tabela 11 permite constatar que, nas construções desenvolvidas, o avaliativo é expresso com maior frequência por meio de SNs plenos e SN com modificador, que representam, respectivamente, 58.3% e 57% do total de ocorrências encontradas para esse tipo de avaliativo nas predicções desenvolvidas. Observem-se os exemplos:

(188) NÃO TINHA VAGA... vaga de deficiente lota/ você liga pa polícia a polícia demora quaRENta minutos pra vim num tá nem um pingo preocupado NÃO quando chega ainda é má vonta::de pa te atendê(r) **eu acho que tudo isso é preconceito...** (AC - 028, 154, RO)

(189) a cota eu acho que::... prejudica tanto... a negros... quanto a brancos [Doc.2: certo] [igual]  
 Doc.2: [ então ess/)] então essa questão não é racial?  
 Inf.: não... não nem um po(u)co  
 Doc.2: ela é::  
 Inf.: eu acho que a/ essa cota já é preconceituosa  
 Doc.2: aham ((concordando)) cê acha que a questão é econômica <sup>27</sup>[então]  
 Inf.: [com] certeza  
 Doc.2: econômica  
 Inf.: com certeza **eu acho que isso é um crime** o país devia tê(r) educação gratuita... de boa qualidade pra todos... (AC - 085, 430, RO)

(190) o governo Lula... ele eu acho que é o seguinte era uma equipe pare/ não estava preparada... então tá trabalhando o P.T.... **acho que o P.T. é um partido imaturo...** provô(u) que é isso né?... (AC - 115, 483, RO)

(191) e tudo o que se constrói eu acho que as pessoas constroem NA juventude... depois d'um período as coisas vão ficando mais difíceis ((música ao fundo)) **eu acho que a juventude é um período bastante importante...** (AC - 114, 617, RO)

Em (188) e (189), os SNs plenos *preconceito* e *crime* são utilizados pelo falante em função adjetiva para emitir sua avaliação sobre os referentes tratados em seu discurso, porém esses SNs assumem, na predicção desenvolvida, um valor mais descritivo do que avaliativo se comparado à função avaliativa e à expressividade dos SAs. Nas construções com SAs prototípicos, como a mostrada em (184), observa-se que o emprego desse tipo de sintagma

reforça o caráter avaliativo e mais subjetivo da qualificação, visto que não se tem apenas uma avaliação voltada para a descrição conforme se observa em (188) e (189), mas sim uma avaliação que demonstra um maior envolvimento do falante com a qualificação.

O mesmo se observa em (190) e (191), em que os SNs com modificadores *partido imaturo* e *período bastante importante* também são utilizados em função adjetiva para a avaliação do *PT* e da *juventude*, respectivamente. Nesses últimos casos também se verifica que os SNs com modificadores não têm a mesma expressividade de SA avaliativos prototípicos, assumindo um valor mais próximo de identificação, uma vez que localizam um indivíduo ou evento dentro de uma classe maior.

Assim, o *PT*, como uma entidade pertencente à classe dos partidos políticos, é identificado pelo falante como um partido imaturo; da mesma forma, o estado-de-coisas *juventude*, dentre os diferentes períodos da vida, é identificado como um período bastante importante para o falante.

Os casos de SN com modificador evidenciam que, no processo de GR e dessentencialização das orações desenvolvidas, o SN (*um partido*, por exemplo) pode ser apagado na oração reduzida, favorecendo maior integração. Esse apagamento é possível porque não descaracteriza a entidade avaliada (*o PT*, em (190)), visto que a propriedade atribuída por esse SN (*um partido* em (190)) não é definidora dessa entidade. Trata-se de uma propriedade mais geral cuja função é identificar um elemento em uma classe maior.

Tais afirmações ficam evidentes, sobretudo, quando se comparam as construções acima apresentadas às construções reduzidas cujo avaliativo é um SA, como a mostrada abaixo:

- (192) então eu acho que isso é uma coisa muito importante... que todo pai toda mãe devia tê(r) como consciência... pra tá geran(d)o famílias... com consciência... porque o mundo lá fora tem muito pra mostrá(r)... só que a gente tam(b)ém tem que mostrá(r) o que é bom pra eles... porque lá fora tem coisas boas e tem coisas ruins... então você



tem que tá sempre junto e falan(d)o –“filho esse é bom e esse é ruim”–... e tá com ele sempre... então **eu acho muito importante a formação da família...** (AC - 112, 325, RO)

Conforme se verifica, o emprego de um SA prototípico como *importante* reforça a natureza mais avaliativa das reduzidas, isto é, confere mais expressividade à avaliação em comparação às desenvolvidas as quais permitem mais expressão de identificação. Como pode ser visto por meio da descrição do parâmetro *ordem do elemento avaliativo* feita anteriormente, quando o SA está anteposto à entidade avaliada nas reduzidas, essa expressividade é ainda maior em relação às desenvolvidas, como reflexo da maior proximidade entre predicado matriz e elemento avaliativo.

Constata-se, portanto, que a forma do avaliativo é mais uma evidência de que as predicções reduzidas constituem estruturas mais gramaticalizadas do que as desenvolvidas, já que, como foi mostrado, o SA é uma categoria mais prototípica para a expressão da subjetividade, característica inerente às predicções reduzidas, tipo em que essa categoria ocorreu com maior frequência.

Diante do exposto no presente capítulo, é possível, à guisa de conclusão, propor um *continuum* de GR para essas construções a partir do elaborado por Lehmann (1988). Na referida proposta, elaborada para predicções *verbais*, o ponto focal não-finito caracteriza uma oração infinitiva cujo verbo perde os traços de tempo, modo e força ilocucionária, o que não se verifica nas predicções não-verbais aqui investigadas. Isso porque a redução do verbo *ser* nessas construções, em português, levaria a uma construção agramatical (cf. 193), diferentemente do que ocorre em outras línguas como, por exemplo, na língua inglesa em que a redução desse verbo é possível (cf. 194).

(193) \*Eu acho Maria ser inteligente.

(194) *I think Mary to be intelligent.*

Desse modo, a trajetória de GR dessas construções pode ser ilustrada conforme o esquema apresentado em (195). Como pode ser visto, as predicções não-verbais desenvolvidas ocupam a posição inicial nesse *continuum*, uma vez que ainda se observa a presença do complementizador e da cópula, característicos de uma integração fraca entre o predicado matriz e a oração encaixada.

(195) *Continuum* de GR das predicções não-verbais encaixadas no verbo *achar*

Predicação não-verbal desenvolvida	>	Predicação não-verbal reduzida
<i>achar</i> [que + [entidade avaliada] cópula + [avaliativo]]		<i>achar</i> [avaliativo] + [entidade avaliada]

A perda do complementizador e da cópula, por meio do processo de dessentencialização, leva a uma construção mais integrada que mantém em seu domínio um SN e um predicador avaliativo, estabelecendo uma relação de predicação. O último ponto focal desse *continuum* compreende as orações reduzidas, dentre as quais as orações com avaliativo anteposto à entidade avaliada podem ser consideradas mais integradas do que aquelas em que o avaliativo está posposto, dada a proximidade desse elemento ao predicado matriz. Assim, as reduzidas cujo elemento avaliativo está posposto à entidade avaliada, apesar de serem menos integradas em relação às anteriores, ainda são mais integradas do que as desenvolvidas.

Ainda acerca do *continuum* proposto, os contextos com SNs identificadores e elemento avaliativo posposto poderiam constituir casos menos integrados da predicação reduzida e, assim, corresponder a estágios intermediários entre a forma desenvolvida e a

completamente reduzida, de modo que a inclusão desse ponto intermediário resultaria no *continuum* mostrado em (196):

(196) *Continuum* de GR das predicções não-verbais encaixadas no verbo *achar* e seus pontos intermediários

Predicação não-verbal desenvolvida	> Predicação não-verbal desenvolvida (SN identificador)	> Predicação não-verbal reduzida (avaliativo posposto)	> Predicação não-verbal reduzida (avaliativo anteposto)
<i>achar</i> [que + [entidade avaliada] cópula + [avaliativo]]	<i>achar</i> [[entidade avaliada (SN)] + cópula + [entidade identificadora (SN)] + [avaliativo]]	<i>achar</i> [[entidade avaliada] + [avaliativo]]	<i>achar</i> [avaliativo] + [entidade avaliada]
<i>acho que o PT é um partido imaturo</i>	<i>acho o PT um partido imaturo</i>	<i>acho o PT imaturo</i>	<i>acho imaturo o PT</i>

O último ponto focal do *continuum* apresentado não pode ser considerado como uma nominalização, conforme previsto em Lehmann (1988), visto que a natureza do verbo *achar* não permite que a proposição encaixada se reduza a uma entidade nominalizada, como ocorre com predicções verbais. Observe-se o contraste entre (197) e (198):

(197) a. Eu acho [**que o seu cabelo é lindo**].  
 b. \*Eu acho [a lindeza do seu cabelo].  
 c. Eu acho [**lindo seu cabelo**].

(198) a. Eu vi [**Maria sair**].  
 b. Eu vi [**a saída de Maria**].

Em (197), verifica-se que *a lindeza do seu cabelo* não é a contraparte nominalizada de *seu cabelo é lindo*, ao passo que, em (198), *a saída de Maria* corresponde à nominalização do evento *Maria sair*. Logo, o último ponto focal do *continuum* de GR das PNVRA corresponde a uma construção reduzida, estruturada sem o complementizador e a cópula, a qual mantém em seu domínio apenas dois constituintes: um predicador adjetival (*lindo*) e um constituinte não-oracional (*cabelo*), que estabelecem entre si uma relação de predicação, uma vez que o predicado *lindo* assume como alvo de sua função predicativa o SN (*cabelo*).

Desse modo, a estrutura em (197c) representa um caso de dessentencialização, marcado pelo apagamento do complementizador e da cópula, cuja consequência é a redução de grau de sentencialidade da predicação encaixada que difere, no entanto, de predicções verbais infinitivas encaixadas, como em (198a).

Conforme se aventou anteriormente, essa forte integração observada nas PNVRA é resultado da atuação do princípio da proximidade proposto por Givón (1980, 1985), que estabelece que quanto mais integrados estiverem conceptualmente dois conteúdos, maior a tendência de que essa integração se reflita no modo como esses conteúdos são codificados sintaticamente. Revela-se assim, também para o português, no tocante a completivas equivalentes a PNVRA, a atuação desse princípio, proposto por Givón como um provável universal cognitivo na estruturação de construções completivas.

## CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve por objetivo investigar as motivações sintáticas, semânticas e pragmáticas que levam os falantes a empregarem as predicções não-verbais reduzidas encaixadas no verbo *achar* em detrimento das desenvolvidas.

Baseado nos pressupostos teóricos da GR, especificamente, da GR de orações complexas, desenvolvidos por Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (2003), este trabalho procurou determinar também quais fatores seriam responsáveis pelo processo de integração/gramaticalização verificado nas construções em estudo.

A hipótese inicial deste estudo era a de que as predicções não-verbais reduzidas (como em *acho lindo seu cabelo*) poderiam representar estruturas mais gramaticalizadas do que as orações de mesmo tipo desenvolvidas (*acho que é lindo seu cabelo*), por serem estruturadas por um predicador adjetival sem recurso à cópula, o que evidenciaria que tais predicções seriam resultantes do processo de gramaticalização e dessentencialização, tal como proposto por Lehmann (1988).

A investigação das construções por meio de diferentes parâmetros de ordem gramatical, semântica e pragmática revelou que as orações reduzidas constituem de fato estruturas mais integradas em que se verifica maior grau de gramaticalização/integração entre matriz e predicção completiva do que as orações desenvolvidas.

Conforme se ressaltou nas análises, as motivações semânticas e pragmáticas que determinam o emprego da predicção reduzida em detrimento da desenvolvida estão relacionadas ao grau de experiência do falante com o alvo da avaliação. Constatou-se que, quando o falante demonstra uma experiência direta com a entidade avaliada, opta por codificar esse grau de experiência mais próximo na forma de uma oração reduzida. Já quando o sujeito não demonstra ter uma experiência com a situação enunciada, esse distanciamento

em relação à entidade avaliada é codificado sintaticamente na forma de uma oração desenvolvida. Os dados revelaram que esse funcionamento pode ser estendido para o referente sujeito da matriz (3ª pessoa, quando ocorre o relato da avaliação), independentemente de este corresponder ou não ao falante (1ª pessoa).

Os dados analisados revelaram, portanto, que as reduzidas constituem índices de que o grau de experiência do falante com o alvo da avaliação é maior, experiência que é manifestada no contexto linguístico e refletida sintaticamente por meio da proximidade entre os conteúdos da oração matriz e da encaixada. Essa constatação evidencia que a língua tende a refletir iconicamente a estrutura da experiência humana.

Outro fator que corrobora a forte integração observada entre predicado matriz e predicação encaixada é a atuação do *princípio da proximidade* proposto por Givón (1980, 1985), a partir do qual se constata que quanto mais integrados dois conteúdos estiverem no plano conceitual, maior a tendência de que esses conteúdos sejam expressos de modo mais integrado sintaticamente.

Desse modo, a comprovação da hipótese desta pesquisa de que as predicções não-verbais reduzidas constituem construções mais integradas do que as desenvolvidas culminou na elaboração de um *continuum* de GR para essas construções a partir da escala de GR proposta por Lehmann (1988) quando do tratamento da dessentencialização de orações complexas.

Nesse *continuum*, à esquerda estão localizadas as predicções não-verbais desenvolvidas que apresentam o complementizador e a cópula. O processo de dessentencialização leva ao apagamento do complementizador e da cópula, resultando em uma construção mais integrada que mantém em seu domínio um SN e um predicador avaliativo, estabelecendo uma relação de predicação. O último ponto focal desse *continuum* compreende as orações reduzidas, dentre as quais as orações com avaliativo anteposto à

entidade avaliada podem ser consideradas mais integradas do que aquelas em que o avaliativo está posposto, dada a proximidade desse elemento ao predicado matriz. Logo, as predicções reduzidas cujo elemento avaliativo está posposto à entidade avaliada, apesar de serem menos integradas em relação às anteriores, ainda são mais integradas do que as desenvolvidas e, por esse motivo, estão alocadas no ponto intermediário desse *continuum*. Também nesse ponto focal estão as predicções desenvolvidas que apresentam SNs modificadores, consideradas menos integradas do que as predicções reduzidas em que o avaliativo está posposto à entidade avaliada.

Tendo em vista a escala de GR elaborada nesta pesquisa para as construções estudadas, faz-se necessária, em uma investigação futura, a realização de um estudo diacrônico que busque validar a escala proposta, a fim de averiguar se ela corresponde a uma possível trajetória de mudança das predicções avaliativas encaixadas no verbo *achar* na história da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, M. L. *As sentenças complexas no dialeto carioca*. Relatório CNPq, 1999.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JANDA, R.; JOSEPH, B. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

CARDINALETTI, A.; GUAISTI, M. T. Small Clauses: some controversies and issues of acquisition. In: \_\_\_\_\_. *Small clauses I: Syntax and Semantics*. Califórnia: Academic Press, 1995. v. 28. p. 1-23.

CASTILHO, A. T. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. *Alfa*, São Paulo, n. 38, 1994. p. 75-95.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1992. v. 2, p. 213-260.

GALVÃO, V. C. C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CEZARIO, M. M. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística)-Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

DIK, S. Complex and derived constructions. In: \_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. Pt. 2.

FERRARI, L. V. Integração conceptual em construções epistêmicas no português do Brasil. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005. p. 140-156.

FOLEY, W.; VALIN, R. van. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.



FORTILLI, S. C. *As construções não-verbais no português falado no interior do Estado de São Paulo*. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2007.

FREITAG, R. M. O papel da frequência de uso na gramaticalização de *acho* (que) e *parece* (que) marcadores de dúvida na fala de Florianópolis. *VEREDAS: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 113-132, 2003.

GIVÓN, T. The pragmatics of de transitive voice: functional and typological aspects of inversion. In: \_\_\_\_\_. *Voice and inversion*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 3-46.

\_\_\_\_\_. Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*, Philadelphia, v. 1, n. 15, 1991.

\_\_\_\_\_. Iconicity, isomorphism, and non-arbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-222.

\_\_\_\_\_. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, Philadelphia, v. 1, n. 4, 1980.

\_\_\_\_\_. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. In: REGIONAL MEETING OF CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 7., 1971, Chicago. *Anais...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971. p. 394-415.

GOMES, A. R. Considerações acerca das estruturas denominadas *small clauses*. *Analecta*, Guarapuava, v. 8, n. 2, p. 55-64, jul. 2007.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

GONÇALVES, S. C. L. [Coord.]. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. São José do Rio Preto: UNESP, IBILCE, GPGF: [2007]. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em: 20 set. 2013.

GONÇALVES, S. C. L. Gramaticalização e dessentencialização de construções com predicados de atitude proposicional. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 147-166, 2006.

\_\_\_\_\_; LIMA-HERNANDES, M. C.; GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

GONÇALVES; S. C. L.; SOUSA, G. C.; GALVÃO, V. C. As construções subordinadas substantivas. In: CASTILHO, A., ILARI, R., NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado culto no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. v. 2, cap. XI, p. 1021-1084.

HAIMAN, J. *Natural syntax: iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. *Language*, [S.l.], n. 59, p. 781-819, 1983.

HALLIDAY, M. A. K. Clause as exchange. In: *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994. p. 69-105.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. London: University Chicago Press, 1991.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. From cognition to grammar: evidence from african language. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1, p. 149-187.

HENGEVELD, K. *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P., TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993].

HORNE TOOKE, J. *The diversion of Purley*. London, [s. n], 1805. v. 2.

HUMBOLDT, W. Von. *Über das Entstehen der grammatischen Formen und ihren Einfluß auf die Ideenentwicklung*. Berlin: Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Berlin, 1822.

KATO, M. A. Free and dependent small clauses in brazilian portuguese. *DELTA: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 23, p. 85-111, 2007. Número especial. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502007000300007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502007000300007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

KURILOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. In: *Esquisses Linguistiques*, Munich, p. 38-54, 1965.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. Munich: Lincom Europa, 1995 [1982].

\_\_\_\_\_. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. THOMPSON, S. A. (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181-225.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. N. *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press. 1997. p. 57-129.

\_\_\_\_\_. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1991. v. 2.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Disponível em: <[http://www.discursioeagramatica.lettras.ufrj.br/download/publicacao\\_livro\\_gramaticalizacao.pdf](http://www.discursioeagramatica.lettras.ufrj.br/download/publicacao_livro_gramaticalizacao.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2013.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948 [1912]. p. 130-148.

MIOTO, C.; FOLTRAN, M. J. In favor of small clauses. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 49, n. 1, p. 11-28, 2007. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1500/1063>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 6, p. 163-200.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 43-140.

PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles Sanders Peirce: elements of logic*. Cambridge: Harvard University Press, 1932. v. 2.

PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.

SIBALDO, M. A. Sobre cópulas e sentenças copulares: um panorama interlinguístico. In: SEDRINS, A. P. et al. *Por amor à linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 272-280.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

STOWELL, T. Remarks on clause structure. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. *Small clauses*. Califórnia: Academic Press, 1995. (Syntax e semantic, v. 28).

VOGT, C.; FIGUEIRA, R. A. Dois verbos achar em português? In: VOGT, C. *Linguagem pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 165-2010.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.; MARTELORTTA, M. E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004. p. 11-49.

ZANUTTINI, R.; PORTNER, P. Exclamative clauses: at the syntax-semantics interface. *Language*, Washington, v. 79, n. 1, p. 39-81, 2003.

WERNER, H.; KAPLAN, B. *Symbol-formation: an organismic developmental approach to language and the expression of thought*. New York: Wiley, 1963.